

GEANE CÁSSIA ALVES SENA

**RESGATANDO O SENTIDO DO TEXTO: contribuições da Teoria da
Argumentação na Língua para a reconstrução do sentido de textos orais
radiofônicos**

Dissertação apresentada à Universidade de Franca, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Flávia Figueiredo

**FRANCA
2012**

GEANE CÁSSIA ALVES SENA

**RESGATANDO O SENTIDO DO TEXTO: contribuições da Teoria da
Argumentação na Língua para a reconstrução do sentido de textos orais
radiofônicos**

COMISSÃO JULGADORA DO PROGRAMA DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA

Presidente: Prof.^a Dr.^a Maria Flávia Figueiredo
Universidade de Franca

Titular 1: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Carmelino
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Titular 2: Prof. Dr. Juscelino Pernambuco
Universidade de Franca

**FRANCA
2012**

DEDICO este trabalho a todos os meus familiares que tanto me apoiaram, principalmente a meu filho Pedro Henrique, prova do amor de Deus na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus que me deu forças para permanecer firme e tornou possível chegar até aqui.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Flávia Figueiredo pelos direcionamentos, pela serenidade e sorriso sempre acolhedor e, principalmente, por ter aceitado este desafio junto comigo.

Aos professores Dr. Juscelino Pernambuco e Dr^a Maria Regina Momesso por terem participado da minha banca de qualificação e pelas valiosas contribuições que deram a este trabalho, os quais me permitiram trilhar um caminho mais concreto.

Aos meus pais e irmãos que dividiram comigo todas as angústias nos momentos de dificuldades, onde encontrei forças para não desanimar.

A Edson pelas sugestões e conselhos durante todo este tempo.

Ao meu marido Ederson por todo o apoio incondicional que tanto me ajudou a seguir em frente.

Ao meu filho Pedro Henrique que teve, em muitos momentos, que conviver com a minha ausência e esperou sempre a minha chegada com paciência e amor.

A todos meu muito obrigada.

*Lutar com palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
mal rompe a manhã.*

[...]

*Palavra, palavra
(digo exasperado),
se me desafia,
aceito o combate.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

SENA, Geane Cássia Alves. **Resgatando o sentido do texto: contribuições da Teoria da Argumentação na Língua para a reconstrução do sentido de textos orais radiofônicos**. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

Esta pesquisa tem como objetivo principal mostrar como a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) pode colaborar com o resgate do sentido de textos orais radiofônicos pelo leitor/ouvinte. O texto radiofônico, devido ao seu estilo “oral-auditivo” se organiza de maneira bastante diferente dos textos impressos, pois é construído para ser falado e tem apenas uma chance de ser ouvido. Sendo assim, requer bastante atenção do leitor que, além de ouvinte, deve posicionar-se diante do texto radiofônico como um pesquisador que busca, através das marcas deixadas pelo locutor, reconstruir o sentido do texto; não sendo apenas um mero destinatário ou um “leitor comum”. Apesar de não ter sido pensada para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita de textos, a Teoria da Argumentação na Língua possui preceitos teóricos que podem ser utilizados durante o processo de leitura para auxiliar o resgate do sentido de textos, como será mostrado neste trabalho. A fim de alcançar o nosso objetivo, procuramos responder à seguinte pergunta: Como a Teoria da Argumentação na Língua poderá colaborar para o resgate do sentido de textos orais radiofônicos pelo leitor/ouvinte? Para isso, buscamos suporte nos estudos sobre a Retórica e a Teoria da Argumentação na Língua desenvolvidos por autores como Meyer (1994), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1988), Tringali (1988), Ducrot (1987, 1988, 1989), Ducrot e Carel (2008), Cabral (2010), entre outros. Ainda nos apoiamos em teóricos que discutem sobre os gêneros radiofônicos, a história do rádio no Brasil, a linguagem e construção do texto radiofônico, como Barbosa Filho (2009), Cabello (1994, 1995), Otrivano (1985), etc. O *corpus* se constitui de três textos radiofônicos transcritos veiculados pela rádio CBN (Central Brasileira de Notícias). Os procedimentos de análise basearam-se em alguns fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua, principalmente da terceira fase desta teoria, que foram elencados como procedimentos a serem aplicados pelo leitor/ouvinte perante o texto, a saber: construção de bloco semântico, encadeamentos argumentativos, aspectos argumentativos, conectores, articuladores e organizadores textuais, além da análise polifônica de enunciados a partir da Teoria dos Blocos Semânticos. Após o desenvolvimento das análises, verificamos que a Teoria da Argumentação na Língua apresenta fundamentos bastante úteis para o resgate do sentido dos textos orais radiofônicos por favorecer um nível de leitura mais complexo.

Palavras-chave: Resgate de sentido; Leitor/ouvinte; Teoria da Argumentação na Língua; Gêneros orais radiofônicos; Gênero comentário.

ABSTRACT

SENA, Geane Cássia Alves. **Resgatando o sentido do texto: contribuições da Teoria da Argumentação na Língua para a reconstrução do sentido de textos orais radiofônicos.** 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

The main objective of this research is to show how the Theory of Argumentation in the Language (TAL) can cooperate with the rescue in the meaning of radiophonic oral texts by the reader/ listener. The radiophonic text, due to its 'oral-audio' style organizes itself quite differently from printed texts, because it's built to be spoken and has only one chance to be heard. Therefore, it requires close attention of the reader, who besides being the listener, must be positioned in front of the radio text as a researcher who seeks, through the marks left by the interlocutor, rebuild the meaning of the text and not being a mere receiver or a 'common reader'. Though it wasn't meant for the development of reading and writing skills of texts, the Theory of Argumentation in the Language theoretical has rules that can be used during the process to assist in the rescue of the meaning of texts, as shown in this paper. In order to achieve our objective, we try to answer the following question: How can the Theory of Argumentation in Language help in the rescue of the meaning of radiophonic oral texts by its reader/ listener? To answer to that question, we sought for support in the studies about Rhetoric and in the Theory of Argumentation in the Language developed by authors such as Meyer (1994), Perelman and Olbrechts-Tyteca (1988), Tringali (1988), Ducrot (1987, 1988, 1989), Ducrot and Carel (2008), Cabral (2010), among others. We also based our answer in theories that discuss the radiophonic genres, the history of the radio in Brazil, the language and the building of radiophonic text such as Barbosa Filho (2009), Cabello (1994, 1995), Otriwano (1985), etc. The *corpus* consists of three radiophonic texts transcripts broadcast by Radio CBN (Central Brasileira de Notícias). The analysis procedures were based on some principles of the Theory of Argumentation in the Language, specially in the third phase of the theory, which were listed as procedures to be applied by the reader/ listener to the text, such as: the building of the semantic block, argumentative threads, argumentative aspects, connectors, text articulators and organizers, as well as the polyphonic analysis of statements from the Theory of Semantic Blocks. After the development of these analyses, we found that the Theory of Argumentation in the Language presents very useful foundations to the rescue in the meaning of the radiophonic oral texts, since it favors a more complex level of reading.

Key words: Rescue of sense; Reader/ listener; Theory of Argumentation in the Language; Oral radiophonic genres; Genre comment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Constituição do signo linguístico	32
Figura 2 –	Bloco Semântico 1	48
Figura 3 –	Bloco Semântico 2	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gêneros do discurso de Aristóteles	22
Quadro 2 – Segmentos do tipo normativos	44
Quadro 3 – Segmentos do tipo transgressivos	44
Quadro 4 – Domicílios com rádio no Brasil	64
Quadro 5 – Indicação de data de veiculação e duração dos comentários	91
Quadro 6 – Temas mais abordados pelos comentaristas da rádio CBN	92
Quadro 7 – Normas para transcrição dos comentários radiofônicos	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ARCABOUÇO TEÓRICO	15
1.1 A RETÓRICA	15
1.1.1 Os sofistas: grandes propagadores da Retórica	17
1.1.2 Contribuições de Aristóteles para a Retórica	19
1.1.3 A Nova Retórica	24
1.2 A ARGUMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA	27
1.2.1 Primeiras fases da Teoria da Argumentação na Língua: a Forma <i>Standard</i> e a Teoria dos <i>Topoi</i> Argumentativos	34
1.2.2 A Teoria dos Blocos Semânticos	42
1.2.3 Contribuições da Teoria dos Blocos Semânticos para a análise polifônica de enunciados	58
2 OS GÊNEROS RADIOFÔNICOS	62
2.1 BREVE HISTÓRICO DO RÁDIO NO BRASIL	62
2.2 O TEXTO RADIOFÔNICO: LINGUAGEM E CONSTRUÇÃO	71
2.2.1 A linguagem do rádio	73
2.2.2 A construção do texto radiofônico	75
2.3 OS GÊNEROS RADIOFÔNICOS	80
2.4 CARACTERIZAÇÃO DO GÊNERO COMENTÁRIO	87
3 METODOLOGIA E ANÁLISE DO CORPUS	89
3.1 DETALHAMENTO DO <i>CORPUS</i>	89
3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	94
3.3 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	136

INTRODUÇÃO

O rádio é uma mídia que agrega uma diversidade de gêneros textuais, com uma variedade de formatos, com objetivos diferentes, direcionados a um público diversificado e que se constitui como um eficaz meio de comunicação, interação e construção de conhecimentos. Devido a suas características, como dinamicidade, rapidez, baixo custo, simplicidade e, principalmente, mobilidade, alcança um grande número de ouvintes. Desde a criação do transitor, o rádio apresenta uma grande mobilidade, podendo, assim, ser ouvido em diversos lugares, como no carro, no trabalho, no shopping, etc.

Quando comparado a outros veículos de comunicação, o rádio torna-se bastante peculiar devido ao seu estilo “oral-auditivo”. Pois os textos veiculados durante as transmissões radiofônicas são construídos para serem falados e ouvidos e, conseqüentemente, alcançar a compreensão do leitor/ouvinte¹ que terá apenas uma chance de ler/ouvir a mensagem veiculada. Diferentemente dos textos impressos que podem ser “revisitados” pelo leitor inúmeras vezes, já que estão diante dele, em suas mãos.

Lembramos que o texto radiofônico, mesmo que construído previamente, ao ser veiculado durante a programação do rádio, conta com vários recursos dos quais o locutor “lança mão” para alcançar o seu leitor²/ouvinte, como improviso, ritmo, pausas, sons complementares, voz humana, entonação, dentre outros, os quais o tornam bastante singular. Por isso, o leitor/ouvinte que se dispõe a ler/ouvir um texto radiofônico não pode ser apenas um leitor/ouvinte ingênuo, mas um leitor/ouvinte perspicaz, competente e atento, que se posiciona como um pesquisador perante o texto, em busca de marcas deixadas pelo locutor para que consiga percorrer e explicitar o sentido construído. Essas características tão singulares dos textos veiculados pelo rádio suscitam um leitor/ouvinte diferente do leitor de outros textos que não sejam radiofônicos.

¹ Como o nosso *corpus* se constitui de textos veiculados pelo rádio, neste trabalho optamos por utilizar leitor/ouvinte para nos referirmos àquele que além de ouvir o texto radiofônico também posiciona-se como um leitor diante dos textos veiculados pelo rádio.

² Ressaltamos que na presente pesquisa concebemos *leitor* como aquele que além de decodificar o texto busca compreendê-lo, construindo significados a partir das ideias que estão explícitas ou que não aparecem de forma direta dentro do texto, ou seja, aquele que procura construir o sentido do texto.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo principal mostrar como a Teoria da Argumentação na Língua pode colaborar com o resgate³ do sentido de textos orais radiofônicos pelo leitor/ouvinte, uma vez que essa teoria possui fundamentos capazes de favorecer uma leitura mais aprofundada e complexa do texto. Assim, acreditamos que a Teoria da Argumentação na Língua pode favorecer uma leitura que vai além daquela superficial, geralmente, realizada por um “leitor comum”, ou seja, uma leitura não só das informações que estão evidentes, na superfície do texto, mas também daquelas informações presentes nas entrelinhas, que estão subentendidas. Isso nos leva a idealizar formas de aplicação dessa teoria no ensino de leitura e produção de texto na escola, principalmente de textos orais, tão pouco explorados na sala de aula se comparados aos textos escritos. É importante ressaltarmos que esta prática na escola de maior valorização da escrita em relação à oralidade tem se apoiado, principalmente, na ideia de que a escola é o lugar de ensino da escrita, a pretexto de que o aluno já aprendeu em casa a língua falada.

A Teoria da Argumentação na Língua foi desenvolvida por Oswald Ducrot, com a colaboração de Jean-Claude Anscombre, nas duas primeiras fases (denominadas Forma *Standard* e Teoria dos *Topoi* Argumentativos), e Marion Carel, na terceira fase (denominada Teoria dos Blocos Semânticos). É uma teoria ainda em fase de desenvolvimento e tem como principais objetivos: mostrar que a argumentação está inserida dentro da própria língua e se constitui como um elemento estruturante do discurso; mostrar como se realiza a construção de sentido através de estruturas linguísticas. Mesmo estando em fase de desenvolvimento, é uma teoria que possui fundamentos teóricos bastante consistentes.

Para a escolha do *corpus* levamos em consideração textos orais radiofônicos classificados como *comentário* – por serem textos que possibilitam ao comentarista expor o seu posicionamento de forma bastante evidente e que, por isso, possuem grande força argumentativa – veiculados na rádio CBN (Central Brasileira de Notícias), no período de 1 a 25 de setembro de 2011. Ressaltamos que o comentário pode ser utilizado tanto na fala quanto na escrita e possibilita àquele que o elabora apresentar notas, opiniões sobre algum assunto. Dentre os dez comentários pré-analisados, a partir de alguns fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua, como a construção de blocos semânticos e de encadeamentos argumentativos, selecionamos três com vistas à constituição do *corpus* da presente pesquisa.

³ Esclarecemos que, assim como no título, no decorrer de todo este trabalho, o termo *resgate* deve ser entendido como *construção*, uma vez que o sentido dos textos orais radiofônicos por nós analisados não está perdido, precisando ser encontrado. Mas se encontra presente dentro desses textos à espera de um leitor/ouvinte atento, competente e perspicaz.

Para esta escolha também levamos em consideração os comentários que possuíam uma maior concentração de marcas argumentativas e, conseqüentemente, maior força argumentativa.

Após a seleção do *corpus*, realizamos a gravação e, em seguida, transcrição dos textos orais radiofônicos selecionados. Sendo assim, o nosso *corpus* se constitui de textos orais transcritos e não de textos previamente escritos para serem falados ou servirem de suporte para os locutores durante a programação radiofônica. Os demais critérios de seleção e os procedimentos de análise do *corpus* serão apresentados detalhadamente no terceiro capítulo desta dissertação.

Este estudo tem como objetivos específicos:

- a) levantar fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua capazes de favorecer o resgate do sentido de textos orais radiofônicos classificados como comentário;
- b) analisar os comentários radiofônicos a partir de preceitos teóricos da Teoria da Argumentação na Língua;
- c) evidenciar a força argumentativa e o sentido presentes nos comentários radiofônicos analisados.

Após definirmos os objetivos desta pesquisa, fizemos o levantamento de algumas hipóteses que pudessem nortear a nossa investigação. Sendo elas:

- a) o leitor/ ouvinte de um texto radiofônico tem que ser mais perspicaz, competente e atento que o leitor de qualquer outro texto;
- b) o leitor/ ouvinte de um texto radiofônico deve ser um pesquisador;
- c) para construir sentido, o leitor/ ouvinte precisa buscar as marcas/ pistas no texto;
- d) a Teoria da Argumentação na Língua possui fundamentos capazes de favorecer a construção de sentido de textos orais radiofônicos.

Com o intuito de alcançarmos os nossos objetivos e para que nossas hipóteses fossem testadas, procuramos responder a seguinte pergunta: Como a Teoria da Argumentação na Língua poderá colaborar para o resgate do sentido de textos orais radiofônicos pelo leitor/ ouvinte?

Para isso, nos embasamos em teóricos como Reboul (2004), Tringali (1988), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) que discutem sobre a Retórica e a Nova Retórica. Nos estudos desenvolvidos por Ducrot (1987, 1988, 1989, 1999) sobre a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) e suas contribuições à teoria polifônica dos enunciados. Além dos autores

que trazem importantes contribuições aos estudos sobre a mídia rádio, a linguagem e estrutura dos textos radiofônicos, como Cabello (1994, 1995) e Ortriwano (1985) e acerca da classificação dos gêneros radiofônicos, como Barbosa Filho (2009).

Este trabalho se organiza em três capítulos, seguidos das considerações finais. O primeiro apresenta o Arcabouço Teórico que sustenta as nossas análises e discussões, trazendo uma abordagem sobre a Retórica, do seu surgimento à Nova Retórica, a Teoria da Argumentação na Língua e algumas contribuições da Teoria dos Blocos Semânticos para a análise polifônica de enunciados. O segundo contempla os gêneros radiofônicos, dando ênfase ao gênero comentário, apresenta uma breve história do rádio no Brasil, além de abordar a linguagem e a construção de textos veiculados no rádio. Finalmente, o terceiro capítulo expõe os critérios de seleção, escolha e descrição do *corpus*, os procedimentos de análise utilizados e a análise do *corpus*. Em seguida, apresentamos as nossas considerações finais.

1 ARCABOUÇO TEÓRICO

Neste capítulo apresentamos um breve resumo dos estudos da argumentação iniciando pela Retórica, evidenciando o seu surgimento, as contribuições dos sofistas para o seu desenvolvimento, perpassando pela Retórica aristotélica, o advento da Nova Retórica com Perelman & Olbrechts-Tyteca, que traz uma nova concepção de argumentação, até chegarmos à Teoria da Argumentação na Língua (TAL) proposta por Ducrot e colaboradores, abordagem de bastante repercussão dentro dos estudos da argumentação. Todo esse aparato teórico contribuirá para alcançarmos o objetivo principal deste trabalho que é mostrar como a Teoria da Argumentação na Língua pode colaborar com o resgate do sentido⁴ de textos orais radiofônicos pelo leitor/ ouvinte.

1.1 A RETÓRICA

Os registros históricos revelam que a Retórica teve seu início por volta do sec. V a.C. na região da Siracusa, na Magna Grécia, após a expulsão dos tiranos do território grego. Mas, antes mesmo desse período que registra o seu surgimento, a Retórica já era praticada por Empédocles e pelos pitagóricos. Como propõe Tringali (1988), “as origens mais remotas da Retórica se ligam a Empédocles e aos pitagóricos que já desenvolvem uma Retórica medicinal pelo poder encantatório que se conferia às palavras e ao discurso” (TRINGALI, 1988, p. 38).

Na mesma época do surgimento da Retórica, emergiu o primeiro tratado de Retórica de que se tem registro, o qual buscava dar exemplos para os cidadãos de como poderiam recorrer à justiça para reivindicarem os seus direitos. Como ressalta Tringali (1988, p. 38), “o primeiro tratado de Retórica que se guarda notícia se deve a Córax e a seu discípulo Tísias (Século V a.C.). Coincidentemente a Retórica desponta, depois da queda da ditadura de Siracusa (em 465 a.C.), por injunções de ordem prática”.

Esse tratado, que tem como título “Arte Retórica” (tekhné rhetoriké) corresponde a uma coletânea de ensinamentos práticos que apresentavam às pessoas exemplos para utilizarem quando necessitassem recorrer à justiça. Nesse contexto, a Retórica surgiu como

⁴ A expressão “resgate do sentido” será explicitada ao longo do capítulo teórico.

um instrumento que possibilitava a reivindicação de direitos pelos cidadãos. Pois, com a ação dos tiranos, a população foi despojada de seus bens e buscava meios para reivindicá-los. Além disso, ainda existiam diversos conflitos judiciais gerados pela guerra civil.

A Retórica, apesar de ter sua origem na sociedade grega, logo se instalou em Atenas que mantinha uma boa relação diplomática com a Grécia e não possuía advogados para resolver questões judiciais dos seus cidadãos. Devido a essa ausência de advogados, “[...] os litigantes recorriam a logógrafos, espécie de escrivães públicos, que redigiam as queixas que eles só tinham de ler diante do tribunal” (REBOUL, 2004, p. 2). Os retores, então, valendo-se da sua boa oratória, apresentaram tanto aos litigantes quanto aos logógrafos um instrumento de persuasão que garantiam ser eficaz para convencer qualquer cidadão de qualquer coisa que quisesse.

Nessa perspectiva, a Retórica busca argumentar a partir do que é verossímil (*eikos*) e não verdadeiro. Isso significa que o verossímil possuía uma maior estima em relação ao verdadeiro de maneira que “a busca por provas (*pisteis*) assumia o aspecto técnico de uma arte com preceitos assentados cientificamente e tinha por objetivo demonstrar a verossimilhança de uma tese” (FERREIRA, 2010, p. 41).

A Retórica pode ser vista, de certo modo, como uma criação dos gregos, assim como a Geometria e a Filosofia, apesar de já ser praticada antes da sua história. Pois é inaceitável pensar nas relações humanas sem levar em conta a persuasão. “Pode-se, aliás, encontrar a Retórica em hindus, chineses, egípcios, sem falar dos hebreus” (REBOUL, 2004, p. 1).

Cabe aqui ressaltar que, quando falamos em Retórica, é preciso levar em consideração o fato de que não existe apenas um tipo, mas que convivemos com várias. Apoiando-nos em Tringali (1988, p. 9-11), evidenciamos quais são estas Retóricas:

- **Retórica Antiga** – Retórica integral, nascida na Grécia;
- **Retórica Clássica** – tem esta denominação por ter se consolidado durante o classicismo da Renascença;
- **Retórica das Figuras** – reduz a elocução apenas às figuras, figuras de estilo ou figuras retóricas como, por exemplo, a metáfora, a aliteração, a ironia, etc.;
- **Retórica Nova** – restringe-se ao estudo da invenção e se inclui na lógica, a lógica da argumentação provável, não científica;
- **Retórica Semiótica** – resulta da relação entre a Retórica e a Semiótica.

Apesar da primeira Retórica, com o tempo, ter sofrido reparações ela continua presente nos estudos retóricos. Com o surgimento das Novas Retóricas, não ocorreu uma invalidação das anteriores e, atualmente, convivemos com muitas delas (cf. TRINGALI, 1988).

1.1.1 Os sofistas: grandes propagadores da Retórica

Os sofistas foram de grande importância para a divulgação da Retórica, pois através dos seus ensinamentos cultivaram esta *arte de falar bem*⁵. Por isso, muitas vezes, a referência à Retórica é feita como discurso de sofismas, que busca através do jogo de palavras “vencer” o outro e não convencê-lo.

Os sofistas vieram de várias partes, como do norte da Grécia, da Sicília e da ilha de Keos. Mas, o sofista que mais contribuiu para a divulgação da Retórica não só em Atenas, mas em diversas partes do território grego, foi o siciliano Górgias (487- 380 a.C.), discípulo de Empédocles e Tísias. Através de Górgias, a Retórica teve a sua consolidação definitiva em Atenas onde os sofistas abriram as primeiras escolas de Retórica para ensinarem, principalmente, como elaborar belos discursos independentemente do assunto. Nesse sentido, Tringali (1988) afirma que os sofistas

[...] como professam o ceticismo (não acham que se pode chegar à certeza) daí considerarem a verdade, a justiça relativas e, como consequência, treinam seus alunos a defender qualquer dos lados de uma questão, não importando se o justo ou o injusto, cobiçando apenas ganhar a causa, sem levar em conta os aspectos éticos. Em resumo, aos alunos compete converter uma causa fraca em forte. (TRINGALI, 1988, p. 38)

Górgias, “preocupado com os aspectos ornamentais do discurso, promoveu um estudo da linguagem voltada para si mesma e ficou famoso por proferir discursos elegantes, brilhantes, recheados de efeitos, figuras e ritmos” (FERREIRA, 2010, p. 42). Esse sofista elaborava discursos tão belos e carregados de ornamentos que se assemelhavam à poesia.

Segundo Ferreira (2010), Górgias afirmava existir um conhecimento não absoluto, mas relativo que deveria ser levado em consideração pelos filósofos. Assim, defendeu que a verdade absoluta não mais fosse vista como irrefutável. Ainda, criou o discurso epidíctico

⁵ Segundo Tringali (1988, p. 22), essa é a definição apresentada por Quintiliano para a Retórica.

(uma espécie de elogio público), através da utilização de uma prosa eloquente, com uma diversidade de figuras, como de sentido e de pensamento, e o aproximou ao discurso político e ao judiciário. Desse modo, “a retórica de Górgias é a do aparato, mas é também a do psicagogo, a do condutor de almas por meio do bom manejo da arte das palavras, com o objetivo de encantar o auditório” (FERREIRA, 2010, p. 42).

Esse sofista contou com a colaboração de alguns discípulos que, assim como ele, buscaram ensinar os preceitos retóricos, como Pródicus, Hípias e Protágoras. Sendo que este último se mostra mais engajado do que seu mestre e é através dele que se constitui o elo entre Retórica e a Filosofia.

Os sofistas muito contribuíram para o desenvolvimento do pensamento filosófico, pois, através do seu livre pensamento, derrubaram o pensamento mítico da época, que representava uma tradição inquestionável a ser seguida, e deu lugar à livre e racional escolha do indivíduo em aderir ou não a determinado discurso. Ainda, os sofistas foram os primeiros pedagogos, favoreceram o desenvolvimento da eloquência e colocaram o homem no centro das reflexões, além de apresentarem argumentos que poderiam ajudar os defensores a vencer as suas piores causas através da utilização da razão.

Quanto às contribuições dos sofistas para a retórica, Reboul (2004) ressalta que

De qualquer forma, pode-se dizer que os sofistas criaram retórica como a arte do ensino persuasivo, objeto de um ensino sistemático que se fundava numa visão do mundo. Ensino global: é aos sofistas que a retórica deve os primeiros esboços de gramática, bem como a disposição do discurso e um ideal de prosa ornada e erudita. Deve-se a eles a idéia de que a verdade nunca passa de acordo entre interlocutores, acordo final que resulta da discussão, acordo inicial também, sem o qual a discussão não seria possível. A eles se deve a insistência no *Kairós*, momento oportuno, ocasião que se deve agarrar na fuga incessante das coisas, ao que se dá o nome de espírito da oportunidade ou de réplica vivaz, e que é a alma de qualquer retórica viva. (REBOUL, 2004, p. 9)

A sofística, no entanto, recebeu críticas de alguns filósofos e estudiosos da época, sendo Platão o mais incisivo deles. Em um dos seus conhecidos diálogos, intitulado “Górgias”, Platão evidencia que a retórica tem apenas como preocupação a opinião, independentemente se esta é falsa ou verdadeira; não admitindo que tanto o justo quanto o injusto sejam igualmente defendidos já que “a justiça é a suprema felicidade do homem” (FERREIRA, 20010, p. 43). Para ele a Retórica não deve ser concebida como um simples ato de persuadir, sem distinção de assuntos. Pois a persuasão depende do conteúdo que pode salvá-la ou condená-la.

Reboul (2004) aponta que, para mostrar a ineficiência do método retórico apresentado pelos sofistas,

[...] Platão volta contra o retor o seu próprio argumento. Seu pretenso “poder” nada é. Por quê? Porque ele desconhece o verdadeiro, porque lhe falta a ciência, especialmente a da justiça, única que concebe o poder real da felicidade. Assim como é a medicina que proporciona o bem-estar, não a confeitaria. (REBOUL, 2004, p. 18)

Devido à autoridade de Platão, as críticas direcionadas por ele à Retórica se propagaram através do tempo. E, a Retórica assim como viveu os seus momentos de prestígio, conheceu a sua desvalorização. Mas, com Aristóteles, discípulo de Platão, a Retórica ganha um novo conceito e direcionamento, conforme apresentaremos a seguir.

1.1.2 Contribuições de Aristóteles para a Retórica

Aristóteles nasceu em 384 a.C. na pequena cidade de Estagira, situada entre Salônica e o monte Atos, na região da Macedônia. Discípulo de Platão, seguiu os passos do seu mestre, desde os dezessete anos, divulgando seus ensinamentos. Mas, por não poder suceder Platão, em 335 a.C., fundou uma escola concorrente: o Liceu.

No prefácio do livro *Retórica das paixões*, Meyer explica que, devido ao fato de Aristóteles ter perdido os pais quando ainda era muito jovem⁶,

ficou sob os cuidados do Próxeno de Atarneu, cidade da Eólida na Ásia Menor. Em 367 a.C., foi enviado pelo seu protetor para Atenas, onde iria freqüentar a Academia de Platão. Aí permaneceu vinte anos até a morte do mestre, ocorrida em 347 a.C. Espeusipo, filho de uma irmã de Platão, sucedeu a este na academia, mas Aristóteles e Xenócrates da Calcedônia partiram de Atenas com destino a Asso, na Mísia da Ásia Menor. (MEYER, 2000, p. IX)

Grande pensador da época, trouxe importantes contribuições para os estudos retóricos e para outras áreas do saber, como para a Linguística. Assim, a partir de Aristóteles, a Retórica ganhou um novo impulso passando a ser definida como a arte de persuadir através

⁶ Época em que Aristóteles ficou sob a proteção de Próxeno que acolhia em sua cidade todos os estrangeiros.

da utilização do raciocínio lógico⁷, ou seja, a escolha de meios adequados para persuadir, e não mais como a *arte da oratória*, do bem falar, como era definida pela sofística.

Na visão de Aristóteles, “o sofista manipula, para persuadir, os fatores irracionais que são o *ethos* (o caráter do orador) e o *pathos* (as paixões do auditório, por exemplo, servir-se da xenofobia para justificar a não nacionalização dos estrangeiros” (STIRN, 2006. p. 63-64). Nos seus ensinamentos, deixa claro que a Retórica se apoia no verossímil sem ter a pretensão de apresentar uma verdade única e irrefutável e seu raciocínio lógico não é aplicável em todas as situações.

Ele travou uma verdadeira luta contra os sofistas que, para ele, praticavam uma enganação.

Em primeiro lugar, porque ela tinha colocado o conhecimento do objeto em segundo plano. A sua prioridade era o estudo das evidências exteriores à arte que poderiam ser úteis para promover e amplificar a emoção do auditório. [...] Em segundo lugar, ele dizia que a sofística não se interessava por uma pesquisa adequada dos gêneros discursivos mais comuns no cotidiano da *polis* e, por isso mesmo, menos especializados. Pois são discursos em que o auditório não se encontra na posição de juiz de uma causa alheia mas delibera em seu próprio benefício e o interesse da cidade. Em terceiro lugar, para ele, o conhecimento da sofística não passava de simulacro, pois o raciocínio dessa parecia silogístico somente na forma. Um exame mais detido do mesmo seria capaz de demonstrar algum vício ou defeito que comprometia o caráter lógico, servindo para enganar o auditório. Pois, não se postulava correspondência entre a linguagem e a realidade. (MENEZES, 2001, p. 183)

Com a publicação da obra *Arte Retórica (composta por três livros- I: 1354a – 1377b, II: 1377b – 1403a, III: 1403a – 1420a)*, Aristóteles inovou os estudos retóricos dando início à sistematização da estrutura do pensamento racional, possibilitando a construção de provas argumentativas para persuadir o outro. Nessa perspectiva, “[...] passa-se de uma arenga propagandística, do tipo ‘vocês vão ver o que vocês vão ver’ para uma argumentação rigorosa” (REBOUL, 2004, p. 23). No entanto, as suas contribuições não se encerram nesta obra, mas se estendem em *Órganon*, obra onde estabelece as bases da lógica formal.

O raciocínio lógico apresentado por Aristóteles limitava-se, porém, em analisar os meios de provas demonstrativos (cf. RIBEIRO, 2009, p. 24). Desse modo, a argumentação só tem validade se alcançar a adesão do auditório. Nesse contexto, a noção de auditório ganha grande destaque, pois é em função dele que o orador organiza a sua fala e a argumentação

⁷ “A finalidade da Retórica aristotélica é persuadir e, ao mesmo tempo, esta finalidade específica o discurso retórico em oposição ao discurso não retórico. Entretanto, no Século I da era cristã, Quintiliano, em nome da lógica, critica a validade desta definição” (TRINGALI, 1988, p. 22).

para que ela se concretize. Assim, “a fala do orador é concebida como forma de ação, embora a ênfase não esteja no que diz, no conhecimento produzido por ela e sim na finalidade de persuadir o outro” (RIBEIRO, 2009, p. 24).

Além de estabelecer o devido lugar do auditório no campo da argumentação, Aristóteles apresenta alguns meios que podem ser utilizados para organizar um discurso persuasivo, podendo ser de ordem racional (*logos*) ou afetiva (*ethos* e *pathos*), “Ou melhor dizendo, uns mais racionais, outros mais afetivos, pois em retórica razão e sentimentos são inseparáveis” (REBOUL, 2004, p. XVII).

Após determinar o tipo de discurso a ser utilizado, o orador deve ir em busca dos argumentos adequados. Sendo assim, as provas

[...] podem ser referentes ao caráter moral ou **ethos** do orador (Ele é de confiança? É simpático? Possui credibilidade?), disposições criadas no ouvinte ou **pathos** (A quem se dirige? Quais são as suas paixões, emoções e sentimentos?) e aquilo que o próprio discurso demonstra ou parece demonstrar ou **logos** (A materialidade do discurso indica alguma verdade? Há algum efeito demonstrativo – através do exemplo (que permite a indução) ou do entinema (que permite a dedução). (MENEZES, 2001, p. 184, grifo do autor)

Ainda delimita a existência de três elementos na composição do discurso:

- aquele que fala;
- aquilo sobre o que se fala e
- aquele a quem se fala.

Também evidencia a existência de três tipos diferentes de ouvintes que atuam no discurso:

- espectador que olha o presente;
- assembleia que olha o futuro;
- juiz que julga sobre coisas passadas.

Com base nesses três tipos de posicionamentos, Aristóteles vincula três tipos de gêneros de discurso retórico:

- deliberativo;

- judiciário;
- demonstrativo ou epidíctico.

Reboul (2004) mostra que esses gêneros do discurso apresentados por Aristóteles podem ser organizados de acordo com o seu auditório, tempo, forma e função, como mostra o **Quadro 1**.

Quadro 1 – Gêneros do discurso de Aristóteles

Gêneros do Discurso	Auditório	Tempo	Ato	Valores	Argumento-tipo
Judiciário	Juízes	Passado (fatos por julgar)	Acusar Defender	Justo Injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo	Assembléia	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo	Exemplo (indutivo)
Epidíctico	Espectador	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil	Amplificação

Fonte: REBOUL, 2004. p. 47.

Na elaboração do discurso, o orador divide a Retórica em quatro fases: invenção (*heurésis*), disposição (*táxis*), elocução (*lexis*) e ação (*hypocrisis*). A invenção é a etapa inicial, fase em que o orador escolhe o tema e busca os argumentos adequados para sustentação do seu discurso. A disposição corresponde à etapa em que o orador procura organizar a estrutura do seu discurso, a fim de alcançar o seu objetivo, ou seja, persuadir o seu interlocutor. Já a elocução é a fase em que o orador imprime seu próprio estilo a partir da construção linguística do discurso. E, a última etapa pela qual passa o orador, a ação é a fase em que o discurso é colocado em prática e conta com o auxílio de recursos linguísticos (semânticos e sintáticos) e extralinguísticos (gestos, entonação, ritmo, etc.) para alcançar o efeito desejado sobre o interlocutor.

Quanto à argumentação desenvolvida no interior dos gêneros do discurso, Aristóteles lembra que não é totalmente construída pelo orador, pois está relacionada diretamente com os valores, crenças do auditório, ou seja, com os lugares comuns (*topoi*) que devem ser compartilhados entre eles. Como exemplo, “na deliberação, os lugares dirigem-se para aquilo que é bom ou mal, o agradável ou o inverso. No epidíctico, para a virtude e o vício, o belo e o vergonhoso. No judiciário, para as causas da injustiça: o vício-maldade e a intemperança” (MENEZES, 2001, p. 184-185). Portanto, “Para que uma tese consiga a adesão de um auditório, ela necessita, de certa forma, estar em conformidade com as crenças desse

auditório ou, a *fortiori*, com o que esse auditório é capaz de admitir como sendo racional” (SOUZA, 2001, p. 163).

Outra grande contribuição desse filósofo para os estudos da Retórica foi a divisão do raciocínio em três tipos distintos: analíticos, dialéticos e sofísticos. Os analíticos são raciocínios de caráter científico, verdadeiros e que levam a conclusões corretas. Os dialéticos são raciocínios prováveis, de caráter verossímil, que se apoiam nas opiniões, crenças das pessoas e não têm como pretensão conduzir a conclusões totalmente corretas, mas prováveis, pois baseia-se na *doxa*⁸. Já os sofísticos são raciocínios falaciosos que levam a conclusões incorretas e se mostram como verdadeiros para convencer o auditório. Os raciocínios “dialéticos ficam entre os raciocínios científicos e sofísticos. Aristóteles os estuda em dois livros: “Tópica” e “Arte Retórica”. Fixemos que tanto a Retórica como a Dialética só lidam com raciocínios dialéticos ou prováveis” (TRINGALI, 1988, p. 149).

Todas essas contribuições⁹ foram de grande relevância para o desenvolvimento dos estudos da Retórica e, conseqüentemente, da Argumentação, uma vez que não dá para conceber uma sem a outra. Segundo Meyer, a ligação entre Retórica e Argumentação é bastante antiga, pois

O caráter argumentativo está presente desde o início: justificamos uma tese com argumentos, mas o adversário faz o mesmo. Neste caso, a retórica não se distingue em nada da argumentação. Trata-se de um processo racional de decisão numa situação de incerteza, de verossimilhança, de probabilidade. (MEYER, 1994, p. 17)

Os ensinamentos de Aristóteles contribuíram tanto para os estudos retóricos, quanto para o desenvolvimento de distintas áreas do conhecimento, sendo muitos deles “válidos até hoje, sobre elementos de gramática, de Filosofia, Filosofia da Linguagem, Lógica e Estilística” (FERREIRA, 2010, p. 44). Além disso, serviu de ponto de partida para o advento da Nova Retórica, a partir dos estudos desenvolvidos por Perelman, sobre a qual falaremos neste trabalho.

⁸ Sistema de opiniões comuns (Cf. FERREIRA, 2010, p. 85).

⁹ Aqui apresentamos apenas um breve resumo de algumas das contribuições de Aristóteles para os estudos retóricos que consideramos relevantes para a nossa discussão.

1.1.3 A Nova Retórica

Devido à sua relevância, a Retórica passou a fazer parte do currículo das escolas greco-romanas. Entretanto, no século XIX, por causa dos fortes ataques do Romantismo¹⁰ e do Positivismo cientificista¹¹, foi excluída das escolas e ficou, por muito tempo, relegada ao plano de uma simples prática mundana que se apoiava em artifícios estilísticos para compor discursos. Mas, no ano de 1960, começou a ganhar forças novamente.

Como afirma Ferreira (2010, p. 45), “A retórica declinou, sim, mas não morreu. [...] Renasceu vigorosa, na Europa, a partir dos anos 1960 com o advento da nova retórica: a força da palavra saiu vitoriosa, ainda que menos embelezada com suas roupas de festa”. No entanto, apenas na segunda metade do século XX que a Retórica realmente *ressuscitou*¹², quando passou a ser considerada como objeto de estudo da linguagem. Essa revalorização da Retórica deve-se, especialmente, ao filósofo polonês Chaïm Perelman que retomou os estudos da argumentação a partir dos ensinamentos de Aristóteles. De acordo com Tringali (1988, p. 149), “A Retórica Nova é uma das últimas fases da evolução da Retórica, em nosso século. Foi chamada assim pelo seu fundador e líder, Chaïm Perelman”.

Perelman, com a colaboração de Olbrechts-Tyteca, no ano de 1996, publicou o livro *Tratado da Argumentação: a nova retórica* propondo uma nova “roupagem” para os estudos retóricos, porém, sem desprezar os preceitos da Retórica aristotélica. Na verdade, a Nova Retórica é um retorno à Dialética de Aristóteles e não à própria Retórica. Os principais fundamentos da Nova Retórica serão aqui apresentados a partir dos estudos de Tringali (1988, p. 149-151), conforme discorreremos abaixo.

Embora Perelman não negue a validade da Retórica Antiga, pelo contrário, ele a valoriza, a sua Nova Retórica também se inclui entre as Retóricas redutivas, pois, a reduz à invenção. Podemos assim defini-la como uma Retórica da invenção. Ora a invenção se confina à busca de provas, o que nos leva a uma maior precisão: A Nova Retórica se atém às

¹⁰ “Esta corrente rejeita a Retórica em nome da sinceridade. De acordo com Vitor Hugo, grande defensor do romantismo, o escritor deveria respeitar a língua sem se sobrecarregar com um segundo código, declarando, assim, guerra à Retórica e paz com a sintaxe” (REBOUL, 2004, p. 81).

¹¹ “Rejeita a Retórica em nome da verdade científica. Segundo esta corrente, a Retórica deveria ser excluída até mesmo de sua última trincheira, a elocução, sendo substituída pela filologia e pela história científica das literaturas” (REBOUL, 2004, p. 81).

¹² Termo utilizado por Ferreira em seu livro *Leitura e Persuasão: princípios de análise retórica*.

provas. De fato pertence mais à Lógica que à Retórica. A Retórica exerce apenas um papel subsidiário, irrelevante.

Pois bem, Perelman, ao mesmo tempo que restaura a dialética aristotélica, rompe intransigentemente com o racionalismo da civilização ocidental, racionalismo absoluto, monopolizador. Ele recupera a Dialética de Aristóteles e integra-a de novo à lógica juntamente com a Analítica. Assim, a Lógica volta a se compor de uma Analítica, uma Dialética e uma Sofística. Não repudia a Lógica dos raciocínios científicos, a Analítica, mas reintroduz a Dialética e faz dela objeto exclusivo de suas investigações e de seu grupo. Porém, ele denomina a Analítica de “Lógica Demonstrativa” e a Dialética de “Lógica da argumentação”, fugindo, dessa maneira, da palavra Dialética.

A Nova Retórica é, pois, uma Dialética Nova. E por que não a chamam assim? É fácil entender porque a chamam de “Nova”, porque participa de um movimento neo-aristotélico e se incumbe de restaurar, de introduzir de novo, renovando, a Dialética de Aristóteles, mas sob o nome de Retórica. Por que Retórica? É fácil de compreender, pois a palavra Dialética já havia se comprometido totalmente com o sentido hegeliano e marxista e parecia absurdo empregar a palavra também com o sentido Aristotélico, embora seja o sentido fundamental, básico. Por outro lado, ele julgou que a palavra Retórica se achava disponível porque caiu em desuso. Faltou-lhe um nome adequado para substituir a palavra Dialética no sentido aristotélico.

A Retórica Antiga continua viva e atual. Mas a razão decisiva que levou Perelman a batizar a Dialética de Aristóteles de Retórica se deve ao fato de que tanto a Retórica quanto a Dialética supõem um auditório e ambas buscam persuadir alguém. Convenceu-se que esse traço comum e relevante o autorizava a fazer a substituição. Porém, acontece que o conceito de auditório de Perelman não coincide com o conceito da Antiga Retórica. Ele pensa num auditório construído pelo argumentador, auditório virtual de leitores. E menospreza o auditório heterogêneo e de baixo nível da verdadeira Retórica.

Perelman, então, se apoia nos fundamentos da Retórica Antiga conservando em seus estudos, além da concepção de auditório, a ideia de orador e discurso, “elementos responsáveis pelo movimento argumentativo” (RIBEIRO, 2009, p. 26). Até a definição de Retórica apresentada por Perelman e Olbrechts-Tyteca não é diferente da que Aristóteles propõe. Para esses autores, a Retórica corresponde ao “estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos à teses que lhes apresentam ao assentimento*” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4, grifo do autor). Desse modo, a argumentação é compreendida como

um ato persuasivo com o objetivo de provocar ou aumentar a adesão dos interlocutores às teses apresentadas. Assim, a eficácia da argumentação está associada à capacidade de aumentar essa intensidade de adesão, desencadeando nos ouvintes a ação pretendida ou criando uma predisposição para esta ação, que se manifestará em um momento oportuno. (RIBEIRO, 2009, p. 26)

Segundo esses teóricos da Nova Retórica, a argumentação se divide em dois tipos: convincente e persuasiva. De modo que propõem

chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional. O matiz é bastante delicado e depende, essencialmente, da idéia que o orador faz da encarnação da razão. Cada homem crê num conjunto de fatos, de verdades, que todo homem “normal” deve, segundo ele, aceitar, porque são válidos para todo ser racional. Mas será realmente assim? Essa pretensão a uma validade absoluta para qualquer auditório composto de seres racionais não será exorbitante? Mesmo o autor mais consciencioso tem, nesse ponto, de submeter-se à prova dos fatos, ao juízo de seus leitores. Em todo caso, ele terá feito o que depende dele para *convencer*, se acredita dirigir-se validamente a semelhante auditório. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 31)

Diante disso, verificamos que a ideia de auditório presente na Retórica aristotélica é retomada pela Nova Retórica como elemento fundamental para o desenvolvimento da argumentação. Logo, “é a relação entre orador e auditório que constitui o sentido da argumentação” (RIBEIRO, 2009, p. 27).

De acordo com Ribeiro

Isto explica a concepção de auditório vista sob a ótica da heterogeneidade, que supõe a existência de vários indivíduos, pensando de forma diferente e possivelmente chegando também a conclusões diferentes. Dessa forma, não teríamos apenas um auditório e sim vários deles, cada um com suas especificidades, mas, ao mesmo tempo, mantendo uma relação de universalidade consigo próprio e com os outros. Isto equivale a dizer que não teríamos também uma única forma de argumentar, considerando que cada auditório determina interações e propósitos diferentes. (RIBEIRO, 2009, p. 27)

Pensando na diversidade de indivíduos que podem compor um auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) distinguem três tipos de auditórios: particular, universal e individual. O primeiro é concebido por eles como aquele composto por um tipo de interlocutor ou interlocutores a quem o orador direciona o seu discurso. O segundo corresponde a um auditório constituído por todos os homens. Já o terceiro é aquele composto pelo próprio sujeito que delibera.

Conforme esses mesmos autores

Acrescentamos que mesmo quando o ouvinte único, seja ele o ouvinte ativo ou do diálogo ou o ouvinte silencioso a quem o orador se dirige, é considerado a encarnação de um auditório, nem sempre se trata do auditório universal. Ele também pode ser- e muito amiúde- a encarnação do auditório particular. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 44)

Perelman e Olbrechts-Tyteca ainda acrescentam que

Com efeito, parece que o homem dotado de razão, que procura formar-se a uma convicção, tem de desprezar todos os procedimentos que visam conquistar os outros: ele não pode, crê-se, deixar de ser sincero consigo mesmo e é, mais do que ninguém, capaz de experimentar o valor de seus próprios argumentos. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 46)

Além da condução da argumentação através do modelo lógico, embasado nos ensinamentos de Aristóteles, surge no cenário da argumentação, a partir de 1970, um novo momento denominado lógico-linguístico. Conforme Plantin (2008), esta nova fase da argumentação representa uma renovação do conceito de argumentação proposto até então. E, é sobre esta nova forma de pensar a argumentação, isto é, sob uma perspectiva da lógica da língua ou lógico-linguística, que discorreremos, a seguir, por ser objetivo deste estudo.

1.2 A ARGUMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) ou *L'Argumentation dans la langue (ADL)*, nome original desta teoria, ou, ainda, Semântica Argumentativa, surgiu a partir de 1970 através dos estudos desenvolvidos pelo teórico francês Oswald Ducrot com a colaboração de Jean-Claude Anscombe nas duas primeiras fases de desenvolvimento da teoria (denominadas de Forma *Standard* e Teoria dos *Topoi* Argumentativos) e de Marion Carel na terceira fase (denominada Teoria dos Blocos Semânticos)¹³. Essa teoria tem como principal objetivo mostrar que a argumentatividade se encontra presente dentro da própria língua e, por isso, deve ser compreendida como “um ato lingüístico fundamental, um elemento estruturante do discurso” (RIBEIRO, 2009, p. 29). E, conseqüentemente, trazer uma nova concepção de argumentação.

Como propõe Ducrot (1989, p. 18), “a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado da frase veicula. Neste

¹³ Neste trabalho discorreremos sobre essas três fases da Teoria da Argumentação na Língua.

caso, dir-se-á que a argumentação está na ‘língua’, nas ‘frases’”. Reafirmando essa ideia de Ducrot, Koch ressalta que

[...] a argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação [...]. (KOCH, 2000, p. 159)

Nessa perspectiva, a argumentação, constituída linguisticamente, é vista como uma atividade capaz de organizar o discurso (cf. RIBEIRO, 2009, p. 31).

De acordo com Koch

[...] toda língua possui, em sua gramática, mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados: a argumentatividade [...]. É a esses mecanismos que se costuma denominar marcas lingüísticas da enunciação ou da argumentação (como se pode ver, tomadas aqui no sentido amplo). (KOCH, 2007, p. 29)

Assim, os conectivos, bem como outros mecanismos da língua, “funcionam como operadores no discurso argumentativo, encadeando e determinando o valor dos enunciados, comprovando que a própria língua tem seus mecanismos para operar argumentativamente” (RIBEIRO, 2009, p. 31).

A Teoria da Argumentação na Língua se distancia da concepção tradicional de argumentação apresentada pelos estudiosos da Retórica. A seguir, discorreremos sobre as distinções existentes entre a Teoria da Argumentação na Língua e o modelo tradicional de argumentação, ou modelo de Toulmin¹⁴. Além disso, evidenciaremos as críticas apresentadas por Ducrot a esta concepção tradicional de argumentação que serviram para sustentar o seu modelo de argumentação. Para isso, nos embasaremos nos estudos de Platin (2008, p. 31-32).

Ducrot opõe-se à visão tradicional de argumentação e a considera como um modelo bastante “ingênuo”. Essa concepção “ingênua” corresponde ao modelo de Toulmin:

- 1/ ela distingue dois elementos lingüísticos (A) e (C);
- 2/ o segmento (A) designa um fato (F); ponto essencial: o fato pode ser apreendido independentemente da conclusão (C);

¹⁴ Mais informações sobre este modelo de argumentação podem ser encontradas em Toulmin (1958).

3/ “a conclusão (C) pode ser inferida a partir do fato (F)” (DUCROT, 1990, p. 72-76).

Como explica Platin

Para fazer justiça à condição (2), não há dúvida de que é preciso esclarecer que a implicação se faz exatamente entre o fato (F) e um fato (F'), designado por (C). Por outro lado, a condição 3/ estabelece que se “pode inferir”, o que supõe a existência de uma “permissão para inferir” à maneira de Toulmin. No plano cognitivo, e não mais no plano lingüístico, o caminho, portanto, será: percepção de um fato F; detecção de uma lei natural; aplicação dessa lei a F, o que leva à percepção (intelectual) de F'. Neste modelo, o papel da linguagem é simplesmente remeter a um processo fundamentalmente não lingüístico, garantindo uma designação correta para os diferentes elementos do processo; em outros termos, Toulmin pressupõe uma língua científica perfeita. (PLATIN, 2008, p. 31-32)

É a esse processo argumentativo que Ducrot direciona a sua crítica. Pois, para esse teórico da Teoria da Argumentação na Língua, a argumentação é reconstruída em um plano exclusivamente lingüístico de acordo com o programa estruturalista em lingüística e não fora da língua, ou plano não lingüístico, como propõe Toulmin (1958).

Como a TAL¹⁵ teve como ponto de partida a teoria estruturalista proposta por Ferdinand Saussure, considerado o pai da lingüística moderna, faz-se relevante apresentarmos alguns conceitos propostos por esse linguista para que a teoria apresentada por Ducrot seja melhor compreendida. Mais precisamente, julgamos relevante apresentarmos a concepção saussuriana sobre: língua/ fala, o signo lingüístico e a noção de relação.

De acordo com Barbissan

A Teoria da Argumentação na Língua faz a descrição semântica da linguagem fundamentada no quadro do estruturalismo saussuriano. O princípio que assume é o de que o sentido é produzido pelas relações que se estabelecem, no discurso, entre palavras e frases. Nessa Teoria, o signo é a frase complexa: o significado de uma frase simples só pode ser definido por suas possibilidades de combinação com outras frases simples. (BARBISAN, 2007, p. 121-122)

No pensamento Saussuriano são apresentadas algumas dicotomias, entre elas a relação entre língua e fala. Segundo Saussure, a linguagem deve ser concebida como um objeto duplo. Nesse sentido, defende a ideia de que a linguagem possui duas facetas inseparáveis: um lado social, *a língua* (langue) e um lado individual, *a fala* (parole). De forma que um não pode ser concebido sem o outro. Essa dualidade se confirma logo no início do

¹⁵ Essa abreviatura será utilizada daqui em diante para nos referirmos à Teoria da Argumentação na Língua.

livro *Curso de Linguística Geral (CLG)*¹⁶ quando Saussure argumenta que “o fenômeno lingüístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra” (CLG, 1969, p. 15).

De acordo com esse teórico, a língua corresponde à parte fundamental da linguagem e constitui como um verdadeiro “tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos” (CLG, 1969, p. 21). Ainda, a língua “é ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade aos indivíduos” (CLG, 1969, p. 17). É “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (CLG, 1969, p. 22).

Como afirma Carvalho, a língua

Trata-se da mais coercitiva de todas as instituições sociais. A sociedade pode abolir qualquer uma de suas instituições, exceto a língua. Lembremos o exemplo da Revolução Francesa (1789), que conseguiu derrubar a monarquia (*o ancien regime*), mas a língua francesa permaneceu, mais forte e mais rica do que antes. (CARVALHO, 2008, p. 59)

Já a fala, ao contrário da língua, é um ato individual, de vontade e inteligência. Como diz o próprio Saussure, em relação à fala, “[...] nos convém distinguir: 1º) as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º) o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (CLG, 1969, p. 22).

Como ressalta Carvalho

A fala, ao contrário da língua, por se constituir de atos individuais torna-se múltipla, imprevisível, irredutível a uma pauta sistemática. Os atos lingüísticos individuais são ilimitados, bem diferentemente, formam um sistema, pela sua própria natureza homogênea. Ora, a Lingüística como ciência só pode estudar aquilo que é recorrente, constante, sistemático. Os elementos da língua podem ser, quando muito, variáveis,

¹⁶ Esse livro é resultado das anotações e compilação dos ensinamentos de Saussure “por dois discípulos seus dos três cursos de Linguística Geral que ministrara entre 1906 e 1911 na Universidade de Genebra, onde era titular desde 1896. Esses dois alunos foram Charles Bally e Albert Sechehayé, com a colaboração de outro discípulo, Albert Riedlinger. Trata-se, portanto, de obra póstuma e inacabada, calcada em anotações colhidas em aula por seus alunos e, como tal, explicam-se as possíveis obscuridades e contradições das idéias de Saussure” (CARVALHO, 2008, p. 25).

mas jamais apresentam a inconstância, a irreverência, a heterogeneidade características da fala, a qual, por isso mesmo, não se presta a um estudo sistemático. (CARVALHO, 2008, p. 60)

Daí a predileção de Saussure pelos estudos da língua. O que não quer dizer que, em seus estudos, ele desmereça a fala, pelo contrário, ressalta a sua importância quando afirma a existência de uma linguística da língua e uma outra da fala. O mestre genebrino argumenta sobre a eleição da língua como objeto de estudo da Linguística da seguinte maneira:

Para atribuir à língua o primeiro lugar no estatuto da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o argumento de que a faculdade – natural ou não [...] de articular palavras não se exerce senão com a ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade; não é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem. (CLG, 1969, p. 18)

Apoiando-se na dicotomia saussureana *língua/fala*, Ducrot desenvolve as noções de *frase*, *enunciado*, *texto* e *discurso* – tão importantes para o desenvolvimento da sua teoria. Na concepção de Ducrot, a *frase* é uma construção linguística, abstrata, ligada à significação. Enquanto o *enunciado* é “uma descrição, uma representação que ele traz de sua enunciação, uma imagem do acontecimento histórico constituído pelo aparecimento do enunciado” (DUCROT, 1980, p. 34), ligado ao *sentido*. É o resultado do processo de enunciação “pelo qual o indivíduo põe em uso o sistema linguístico. Ela não é o texto do enunciado, mas simplesmente o ato de produzi-lo” (CABRAL, 2010, p. 28). Como propõe Benveniste, a enunciação é “conversão da língua em discurso” (BENVENISTE, 1974, p. 81). Ao estabelecer esta relação da *frase* com a *significação* e do *enunciado* com o *sentido*, Ducrot evidencia o valor semântico tanto da *frase* quanto do *enunciado*. Já o *discurso* corresponde ao agrupamento de vários enunciados que se relacionam uns com os outros. E, o *texto* corresponde a uma união de frases que se relacionam entre si, resultando no *discurso*.

Como reforça Barbisan (2007),

os conceitos de língua e de fala, estabelecidos por Saussure, foram úteis à construção da Teoria. Em vários de seus escritos, Ducrot mostra que a língua, no sentido estruturalista, não pode ser construído sem que se faça alusão à atividade da fala, isto é, a língua (objeto teórico) deve conter referência à fala (uso da língua). Em termos de pragmática (como teoria do contexto) e semântica (como teoria linguística), certos aspectos da pragmática devem ser integrados à semântica. De um lado, a semântica linguística deve ser estrutural, contemplando sobretudo a noção de *relação*, de outro, a significação deve incluir a enunciação. Assim, nem semântica, nem pragmática podem ignorar a enunciação. É a partir das palavras que a enunciação e seu contexto devem ser caracterizados, porque a escolha das palavras cria uma imagem da fala e essa imagem é pertinente para a compreensão do

discurso. É o discurso, produzido pelo locutor, que estabelece o contexto: este não preexiste ao discurso. (BARBISAN, 2007, p. 121-122)

Outro aspecto bastante relevante na teoria saussuriana que inspirou Ducrot no desenvolvimento da TAL é a teoria do signo linguístico. Para Saussure a língua é uma “união do sentido e da imagem acústica”. Sendo que

“sentido” é a mesma coisa que conceito ou ideia, isto é, a representação mental de um objeto ou da realidade social em que nos situamos, representação essa condicionada, plasmada pela formação sociocultural que nos cerca desde o berço. Em outras palavras, para Saussure, conceito é sinônimo de significado, algo como o lado espiritual da palavra, sua contra-parte inteligível, em oposição ao significante, que é a sua parte sensível. (CARVALHO, 2008, p. 30, grifo do autor)

Já a imagem acústica é o mesmo que *significado*, pois “não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som” (CLG, 1969, p. 80). Assim, verificamos que o signo linguístico é “uma entidade psíquica de duas faces” (CLG, 1969, p. 80), isto é, o signo linguístico é composto por duas partes inseparáveis – significado/significante. A **Figura 1**, abaixo, representa a constituição do signo linguístico conforme apresentado por Saussure:

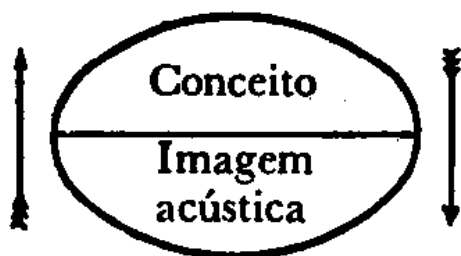


Figura 1 - Constituição do signo linguístico
Fonte: CGL, 1968, p. 80.

Ainda, na concepção saussuriana, os signos linguísticos só possuem um valor a partir da relação que exercem entre si. Como diz Saussure

O valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra que significa “sol” se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; línguas há em que é impossível dizer “sentar-se ao sol”. (CLG, 1969, p. 135, grifo do autor)

Nessa perspectiva, “Saussure defende que a noção de relação é de grande importância para a descrição semântica” (DELANOY, 2008, p. 15). Esta concepção defendida

por Saussure também serviu de apoio para Ducrot na estruturação da TAL, uma vez que, “Em termos gerais, [...] a TAL é uma aplicação do estruturalismo saussuriano à semântica lingüística na medida em que, para Saussure, o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 11).

Desse modo, as palavras só apresentam um sentido completo quando relacionadas umas com as outras. Como lembra Delanoy

Somente ao entrarem em relação, isto é, no discurso, é que são passíveis de produzir sentido. Assim, a expressão *hoje está frio* somente tem sentido quando articulada a uma conclusão, como *vamos ficar em casa*. É um frio convidativo à permanência no lar. Por outro lado, se *hoje está frio* for articulado à conclusão *vamos tomar sol*, seu sentido já mudou – é um frio que estimula à exposição solar. Então, nesse exemplo há dois sentidos diferentes para a mesma expressão, dependendo da continuação discursiva que se dá a ela. É também pela noção de relação e pela sua importância na construção do sentido que se confirma o vínculo de Ducrot com o estruturalismo. (DELANOY, 2008, p. 16)

Assim, para estruturar as duas primeiras fases da Teoria da Argumentação na Língua denominadas *Forma padrão da teoria ou Standard* e *Teoria dos Topoi*, Ducrot recorreu mais uma vez aos ensinamentos do mestre Saussure sobre o signo lingüístico. Pois, assim como o valor de um signo só se constrói a partir da relação entre eles, as frases também só possuem um sentido quando se relacionam entre si. Segundo Ducrot (1999, p. 2), “o significado de uma frase seria igualmente constituído pelas relações que ela entretém com outras frases da mesma língua”.

A partir da teoria das relações sintagmáticas e paradigmáticas existentes entre os signos lingüísticos, Ducrot propõe a teoria dos encadeamentos argumentativos. De modo a privilegiar em seus estudos as relações sintagmáticas, “ou de combinação, que são aquelas estabelecidas entre os signos lingüísticos, que se organizam numa determinada ordem no sintagma” (DELANOY, 2008, p. 17). Enquanto que “as paradigmáticas, ou associativas, referem-se àquelas baseadas na seleção de elementos passíveis de figurar num mesmo ambiente do enunciado” (DELANOY, 2008, p. 17).

Como explica Delanoy, na teoria proposta por Ducrot

a aplicação das relações sintagmáticas está na noção de encadeamento argumentativo. Na forma *standard* (1983) um encadeamento argumentativo era uma relação entre dois signos lingüísticos, um argumento e uma conclusão, conectados por *portanto*. No segundo momento da Teoria, o argumento relacionava-se com a conclusão por meio de um terceiro elemento, o *topos*, formando o sentido. O *topos* funcionava como uma passagem entre o argumento e a conclusão. Já na terceira fase da TAL, a TBS, a relação não se dá entre argumento e conclusão, mas entre dois

segmentos articulados por um conector, sem a presença de um elemento exterior (o *topos* é suprimido). (DELANOY, 2008, p. 17, grifo do autor)

Ducrot argumenta a favor da escolha das relações sintagmáticas e não das paradigmáticas para desenvolver a sua teoria ao afirmar que

o problema é [...] que essas relações [paradigmáticas], se têm por termos elementos da língua, as frases, não são elas próprias do tipo lingüístico. Para estabelecê-las, é preciso que sejam dadas as condições de verdade das frases, e que sejam essas condições de verdade comparadas em seguida por uma reflexão do tipo lógico, buscando aquelas entre as quais há implicação, contrariedade ou equivalência. Uma tal maneira de proceder vai certamente de encontro ao postulado estruturalista que eu gostaria de respeitar na minha pesquisa semântica: para dizer que há inferência da frase A à frase B, é preciso saber que a realização das condições de verdade de A implica a das condições de verdade de B, e não é nosso conhecimento da língua que pode nos ensinar isto. (DUCROT, 1999, p. 3)

Discorreremos, a seguir, sobre os dois momentos iniciais da Teoria da Argumentação na Língua divulgados a partir da publicação do livro *Polifonia y Argumentación*, por Oswald Ducrot, no ano de 1988, para, posteriormente, chegarmos à terceira fase da TAL cujos preceitos sustentarão nossas análises e possibilitarão alcançarmos os objetivos desta pesquisa, já apresentados na introdução deste estudo.

1.2.1 Primeiras fases da TAL: a Forma *Standard* e a Teoria dos *Topoi* Argumentativos

A Forma Padrão ou *Standard* da TAL, primeiro momento da Teoria da Argumentação na Língua, foi desenvolvida por Oswald Ducrot, com a colaboração de Jean-Claude Anscombre, em oposição à concepção tradicional de argumentação, ou modelo de Toulmin – conforme apresentado na seção 1.2 deste trabalho, que concebe a argumentação como independente da língua. De modo que a língua apenas fornece os conectivos (logo, já que...) para estabelecer uma relação entre os enunciados **A** e **C**, além de possibilitar a condução de um fato **F** para **C**.

Segundo Ducrot (1989, p. 17) o que o levou a recusar essa concepção tradicional foi o fato da maior parte das línguas possuir duplas de frases que apresentam as seguintes propriedades:

- (1) Indica-se o mesmo fato **F** enunciando, em uma situação de discurso dada, uma ou outra destas frases.
- (2) Um enunciado de uma e um enunciado da outra (frase)- mesmo supondo idêntica a situação de discurso- não autoriza a mesma argumentação.

Assim, frases como (a) Pedro trabalhou pouco e (b) Pedro trabalhou um pouco, comunicam o mesmo fato, sendo ambas verdadeiras. Entretanto, a opção por uma e não pela outra frase indica as intenções argumentativas do falante. Já que elas não conduzem a uma mesma conclusão. Isso evidencia que “a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado veicula. Nesse caso, dir-se-á que a ‘argumentação está na língua’, nas frases, que [...] são argumentativas” (DUCROT, 1989, p. 18). Assim, é reafirmada a concepção, na qual se apoiaram os autores da TAL, de uma argumentação intrínseca à língua.

Ducrot (1989) afirma que algumas frases apresentam em seu significado instruções que conduzem a intenção argumentativa dos seus enunciados; desse modo será a frase que conduzirá a forma como a argumentação poderá ou não ocorrer a partir dos seus enunciados. Isso se torna possível a partir de certos morfemas classificados pelo referido teórico como “operadores argumentativos” (O.A).

Mas, para que um morfema **x** seja considerado O.A.¹⁷ em relação a uma frase **P**, é necessário que atenda a três condições essenciais:

- (1) Que uma frase **P'** possa ser construída a partir de uma frase **P** com a introdução de **x** em **P**.
- (2) Em uma determinada situação discursiva, um enunciado de **P** como de **P'** apresentam valores argumentativos distintos.
- (3) A diferença argumentativa entre **P** e **P'** não poderá decorrer devido a diferenças existentes entre as informações veiculadas.

Como exemplo, Ducrot retoma a frase “Pedro trabalhou pouco” para mostrar que o morfema *pouco* é considerado um O.A por atender às três condições necessárias:

¹⁷ Assim como utilizado por Ducrot (1989), aqui optaremos por utilizar a sigla O.A para nos referirmos a operadores argumentativos.

- (1) A frase **P'** “Pedro trabalhou *um pouco*” pode ser criada a partir da frase **P** “Pedro trabalhou pouco” trocando-se *pouco* por *um pouco*.
- (2) Dependendo da situação comunicativa em que se inserem, os enunciados de “Pedro trabalhou *pouco*” e de “Pedro trabalhou *um pouco*” não possuem o mesmo valor argumentativo.
- (3) A diferença de valores argumentativos entre “Pedro trabalhou *pouco*” e “Pedro trabalhou *um pouco*” não provém da distinção informacional existente entre estas frases.

Assim, o morfema *pouco* é considerado O.A em relação à frase **P** (“Pedro trabalhou pouco”) por atender às três condições acima. É importante ressaltar que o valor informacional fornecido por ambas as frases é o mesmo, ou seja, elas comunicam o mesmo fato. Pois quem *trabalhou pouco*, trabalhou pelo menos *um pouco*. Entretanto a força argumentativa é bem diferente, já que algumas argumentações, por exemplo, no sentido de que “**o trabalho dignifica o homem**” tornariam improcedentes diante de um enunciado **P'**. Pois conduzem a conclusões distintas e opostas: no primeiro caso conclui-se que *Pedro não será considerado digno* por não ter trabalhado o suficiente, já no segundo ele será considerado *um homem digno* por ter trabalhado uma certa quantidade vista como relevante. Essa oposição entre *pouco* e *um pouco* se torna evidente quando esses morfemas são unidos pelo **mas** em frases como: “Pedro trabalhou *pouco*, **mas** trabalhou *um pouco*”.

Desse modo, Anscombe e Ducrot (1994) procuram mostrar que, na maioria das vezes, as frases possuem argumentatividade, pois nos orientam a alcançar certas conclusões a partir do sentido presente em morfemas como *pouco* e *um pouco*, que determinam a força argumentativa de um enunciado. Essa é a base dessa primeira fase da Teoria da Argumentação na Língua que, assim como a segunda fase, procura definir o conceito de “possibilidades argumentativas”, isto é, a força argumentativa de um enunciado.

Como propõe Ducrot

a força argumentativa de um enunciado A deve ser definida como um conjunto [...] dos enunciados C1, C2... etc. que podem aparecer como conclusões de A. Assim a força argumentativa de um enunciado “Pedro trabalhou um pouco” consistiria no conjunto dos enunciados que podem eventualmente lhe ser encadeados em um discurso por um *portanto* ou um conectivo deste tipo, explícito ou implícito. Neste conjunto, encontrar-se-iam, por exemplo, os enunciados “Ele está cansado”, “Ele tem o direito de descansar”, “Ele talvez tenha terminado o artigo”. (DUCROT, 1989, p. 20)

Essa fase da teoria, entretanto, apresentou vários problemas. De forma geral, mostrou-se problemática por não conseguir abarcar os princípios que estabelecem a relação entre argumento e conclusão, ou seja, não conseguiu contemplar com eficácia a descrição do valor semântico dos morfemas responsáveis pelo valor argumentativo dos enunciados; não possibilitar identificar o traço comum existente entre as possíveis conclusões geradas a partir de um determinado morfema; não contemplar o fato de dois operadores argumentativos diferentes e opostos gerarem uma conclusão idêntica e de um mesmo operador poder gerar conclusões distintas, em duplas de frases, como em “Pedro trabalhou *pouco*” e “Pedro trabalhou *um pouco*”.

Diante disso, Ducrot reformula a sua teoria e insere a noção de *topos*¹⁸ *argumentativo* como o princípio responsável pela ligação entre argumentos e conclusões. Assim, para que um morfema possua um valor argumentativo, um terceiro elemento deve ser levado em consideração, já que a orientação argumentativa de um argumento A para C (suas possíveis conclusões) “deve estar fundamentada em um princípio argumentativo, ou, na minha terminologia, em um ‘topos’” (DUCROT, 1989, p. 24).

Assim, no enunciado “João será o vencedor da corrida, ele treinou bastante” verifica-se a presença de um enunciador que acredita que *quem se dedica aos treinos terá mais chances de vencer*. Esse ponto de vista assumido pelo enunciador corresponde ao *topos* argumentativo, pois possibilita a passagem do argumento para a conclusão presente no enunciado. Conforme Ducrot, o *topos* é um princípio argumentativo presente no interior da língua e não fora dela. Além disso, está relacionado ao ponto de vista assumido pelo enunciador dentro de um determinado enunciado.

Segundo Cabral

Se a conclusão está explícita, o *topos* torna claro o percurso entre o argumento e a conclusão; se ela está implícita, ele é o princípio que permite o raciocínio que dá acesso a ela. O fato é que as argumentações apóiam-se em lugares comuns, ou regras de verossimilhança que determinam o que é aceitável como verdadeiro numa comunidade. (CABRAL, 2010, p. 53)

Nesse sentido, são os *lugares comuns*, isto é, as crenças existentes e aceitas por uma determinada comunidade que permitem que os encadeamentos argumentativos ocorram;

¹⁸ “O conceito de *topos* tem origem na Retórica Aristotélica e está ligado à ideia de *lugares comuns*, isto é, categorias formais de argumentos que têm uma aplicação geral. Eles constituem princípios gerais que servem de base para os raciocínios que permitem o acesso a uma conclusão, sem precisar estar expressamente ditos” (CABRAL, 2010, p. 53).

de modo que o locutor, responsável pelo enunciado, poderá ou não identificar-se com o ponto de vista assumido pelos enunciadores, supostos responsáveis pelos discursos que perpassam o enunciado.

Para esclarecer a noção de *topos*, Ducrot (1989) apresenta três propriedades inerentes a esse princípio argumentativo: é *universal*, *geral* e *gradual*. O *topos* é *universal* por ser comum a uma determinada comunidade linguística, num sentido bastante limitado. É *geral* por poder ser aplicado em várias situações similares, não só no momento em que se fala. E é *gradual* por relacionar duas escalas, duas gradações, de modo que, “quando se percorre uma das escalas, percorre-se também a outra, e que o sentido no qual se percorre uma implica um certo sentido para o percurso na outra” (DUCROT, 1989, p. 26).

Recorremos ao enunciado “Está fazendo calor, vamos à praia”¹⁹ para exemplificarmos essa gradação e a sua interpretação, segundo a qual o *topos* presente seria “o calor torna a praia agradável” o qual convoca duas escalas: a escala da *temperatura* e a escala do *agradável*. Nesse sentido, se está mais quente em uma praia X que em Y, será mais agradável banhar-se em X que em Y, ou seja, quanto mais *quente* estiver, mais *agradável* será a praia. Entretanto, se a praia X é mais quente, mas pode ter a presença de tubarões, ela será menos agradável que a praia Y. Essa relação de gradação (quanto mais...quanto menos) presente na teoria dos Topoi é “uma propriedade decisiva da argumentação, o que possibilita e implica a existência de **escalas argumentativas**” (CABRAL, 2010, p. 54-55, grifo do autor).

Segundo Guimarães, a *escala argumentativa* “é uma classe argumentativa em que se configura uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados”. (GUIMARÃES, 1987, p. 28).

Desse modo, as *escalas argumentativas* permitem “avaliar os argumentos em termos de força, isto é, há argumentos que são mais fortes do que outros em relação a uma mesma conclusão” (CABRAL, 2010, p. 54-55). Sendo assim, a argumentação deve ser vista como um fenômeno gradual e não absoluto. Na língua existem elementos responsáveis por indicar a gradação da força dos argumentos que são os *operadores argumentativos*. Como lembra Cabral (2010, p. 55), “Os operadores também indicam a direção para a qual apontam os enunciados, isto é, se eles estão orientando para uma mesma conclusão ou para uma conclusão oposta”.

Quando os enunciados direcionam para uma mesma conclusão dizemos que pertencem a uma mesma *classe argumentativa* que, como postula Guimarães,

¹⁹ Exemplo apresentado por Ducrot (1989, p. 26).

é constituída pelos enunciados cujos conteúdos, regularmente, se apresentam como argumentando para uma conclusão que define a classe argumentativa. E não só numa situação particular específica, mas como uma regularidade que se apresenta como se desse em todas as situações de enunciação possíveis. (GUIMARÃES, 2007, P. 27)

Para exemplificarmos sobre a noção de *classe argumentativa*, consideremos os enunciados abaixo apresentados por Guimarães (2007, p. 26):

E1- Zico errou um pênalti no jogo de hoje.

E2- Até o Zico errou um pênalti no jogo de hoje.

Conforme Guimarães (2007), o E1, acima, pode ser compreendido apenas como uma informação sobre um fato ocorrido durante o jogo. Já o E2 não. Como explica Guimarães (2007), o enunciado E1 poderá ser visto, necessariamente, e o E2, possivelmente, como uma razão a favor de uma conclusão como: “O Brasil jogou mal”. Assim, ambos conduzem a uma mesma conclusão, ou seja, fazem parte de uma mesma *classe argumentativa*. Entretanto, o E2- “Até o Zico errou um pênalti no jogo de hoje” se apresenta como mais forte que E1- “Zico errou um pênalti no jogo de hoje” na *escala argumentativa* constituída pelo *até* (*mesmo, até mesmo*). Desse modo, “toda seqüência X até Y é de uma escala argumentativa cujos conteúdos A e B são argumentos para r e B é um argumento mais forte que A” (GUIMARÃES, 2007, p. 28). Assim, o argumento introduzido pelo *até* é mais forte que o anterior prevalecendo sobre ele de forma a conduzir a argumentação para a conclusão desejada.

De acordo com Cabral

As noções de classe argumentativa e de escala argumentativa nos permitem organizar os argumentos de acordo com a sua força e os operadores argumentativos nos auxiliam na sinalização de nossas intenções, ou seja, nos permitem marcar os argumentos que consideramos mais fortes em relação a determinada conclusão de acordo com o contexto enunciado. (CABRAL, 2010, p. 56)

Nessa fase da teoria, a descrição de uma frase está condicionada aos *topoi*²⁰ argumentativos (lugares comuns à disposição dos enunciadores) e aos pontos de vista expressos pelos enunciadores através do enunciado, isto é, ao aspecto polifônico. Pois, além

²⁰ Plural de *topos*.

da noção de *topos*, Ducrot inclui em sua teoria o conceito de polifonia²¹, já que para descrever o valor semântico de uma frase julgava necessário levar em consideração, também, o posicionamento assumido pelos enunciadores em um enunciado. Para Ducrot, a polifonia pode ser compreendida “como a incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadores ou personagens discursivos – ao (s) interlocutor (es), a terceiros ou à opinião pública em geral” (KOCH, 2009, p. 140). Assim, “o autor de um enunciado não se expressa nunca diretamente, mas coloca em cena no mesmo enunciado um certo número de personagens” (DUCROT, 1988, p. 16).

Ao apresentar o conceito de polifonia, Ducrot também estabelece a noção de *enunciador*, *locutor* e *sujeito empírico* para que a polifonia seja mais bem compreendida. Sendo que o enunciador (E) corresponde aos seres responsáveis pelos pontos de vista expressos através da enunciação, não são seres do mundo real, mas abstratos, aos quais não são atribuídas palavras. O locutor (L) é o ser responsável pelo enunciado, que se evidencia através das marcas de primeira pessoa. Já sujeito empírico (λ) é o ser do mundo real, pertencente ao extralinguístico, diferente do locutor que se encontra no plano linguístico. Ressaltamos que os estudos de Ducrot estão centrados na língua e não fora dela.

Para mostrar a presença de enunciadores dentro de um enunciado, Ducrot (1988, p. 24) apresenta o seguinte exemplo: “Pedro não veio; ao contrário, ficou em casa”. Nesse enunciado podemos identificar a presença de dois enunciadores que assumem os seguintes posicionamentos:

E1- Pedro veio.

E2- Pedro não veio.

No enunciado acima percebemos a presença do enunciador (E1), que se encontra implícito dentro do enunciado, como também do enunciador (E2), que se posiciona de forma oposta ao enunciador (E1). Sendo que o locutor assume o mesmo posicionamento de (E2), “Pedro não veio”, e recusa o ponto de vista de (E1), “Pedro veio”.

Como afirma Delanoy,

²¹ Esse conceito foi desenvolvido por Bakhtin e serviu de base para o desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua. Por não ser objetivo deste trabalho, não discorreremos sobre o conceito bakhtiniano de polifonia, mas apresentaremos apenas a concepção de polifonia desenvolvida posteriormente por Ducrot.

Do diálogo entre locutor e enunciadores vem a noção de polifonia na linguagem. A polifonia se explica como um conjunto de vozes que estão implícitas num enunciado quando um locutor se dirige a um interlocutor. Na verdade, são pontos de vista frente aos quais o locutor toma uma posição. (DELANOY, 2008, p. 26)

Essa segunda fase da teoria de Ducrot também se mostrou insuficiente, pois tanto a noção de *topos* quanto a teoria da polifonia, aqui apresentada de forma bastante simplista por não ser objetivo deste estudo aprofundar nessa discussão teórica, não foram suficientes para solucionar o problema dos enunciados paradoxais existentes na língua por não conseguirem explicar as construções que se apoiam em lugares comuns que vão contra ao que, geralmente, a sociedade tem como crença, nem a oposição de pontos de vista expressos pelos enunciadores em um enunciado.

Para Carel e Ducrot (2001), se admitirmos, por exemplo, que o sentido da palavra *trabalho* se apoia no *topos* “O trabalho leva ao sucesso” ou “O trabalho cansa”, verificaremos, por exemplo, que a partir do lugar comum “O trabalho cansa”, podemos construir o paradoxo:

- (1)O trabalho *cansa*.
- (2)O trabalho *descansa*.

A construção (2) apresenta-se como uma oposição ao que a sociedade tem como lugar comum sobre a significação da palavra *trabalho*, uma vez que a crença que temos é a de que o trabalho gera o cansaço e não o descanso. Apesar da construção (2) ser totalmente possível na língua, Carel e Ducrot (2001) chamam a atenção para a incapacidade desse modelo teórico em explicar esta ocorrência.

A teoria da polifonia, assim como a noção dos *topoi*, também não é suficiente para explicar a ocorrência de construções paradoxais na língua. Ao utilizar, por exemplo, a palavra *trabalho* como sendo *uma atividade que descansa*, o locutor do enunciado aciona o posicionamento de dois enunciadores, um que afirma que *o trabalho cansa* e o outro que afirma que *o trabalho descansa*, sendo este último posicionamento o mesmo assumido pelo locutor. Esse confronto de vozes que ecoam no enunciado, entretanto, não consegue explicar o significado da palavra *trabalho*, uma vez que para se compreender o significado desse termo é preciso buscar informações sobre as propriedades inerentes a essa atividade no mundo extralinguístico, ou seja, na realidade. Carel e Ducrot para tentarem, então, preencher essa lacuna na Teoria da Argumentação na Língua, propõem a Teoria dos Blocos Semânticos.

1.2.2 A Teoria dos Blocos Semânticos

A Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) foi fundada em 1990 por Marion Carel e Oswald Ducrot e tem como pretensão rever algumas concepções apresentadas pelos precursores da Teoria da Argumentação na Língua, Ducrot e Anscombe, nas fases iniciais dessa teoria (forma *standard* e dos *topoi* argumentativos), como a noção de *topos*; além de buscar mostrar como se realiza a construção de sentido através de estruturas linguísticas e de trazer importantes contribuições à teoria da polifonia²². Como lembra Delanoy,

A Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) suprime a noção dos *topoi* da fase anterior, pois é abandonada a idéia de princípio argumentativo ligando um argumento a uma conclusão. Na nova etapa, a unidade mínima de argumentação é uma relação entre dois segmentos e um conector. Anteriormente, tomavam-se o argumento e a conclusão como unidades semanticamente independentes, unidas por um *topos*, como em *está calor* (A), *vamos passear* (C), cujo princípio que garantiria a passagem de A a C seria *o calor é bom para sair*. Porém, ao se enunciar *está calor* (A), *vamos ficar em casa* (C) percebe-se que A tem sentidos distintos nos exemplos acima: num o calor é bom para sair e noutra é bom para ficar em casa, ou seja, são “calores” diferentes. (DELANOY, 2008, p. 30)

Nessa perspectiva, o sentido se constrói a partir da relação de interdependência existente entre dois segmentos, ou seja, entre argumento e conclusão e não mais na passagem de um argumento A para uma conclusão C, como se argumento e conclusão fossem elementos semanticamente independentes. Isso significa que o sentido se constrói a partir de um bloco semântico que corresponde à “[...] interdependência entre os segmentos de um encadeamento argumentativo” (DELANOY, 2008, p. 30).

Para Ducrot,

A teoria dos “blocos semânticos” mantém, e até mesmo radicaliza as decisões iniciais da Teoria da “Argumentação na Língua” (renunciando principalmente a certas facilidades que nós tínhamos dado. Jean-Claude Anscombe e eu recorrendo aos “topoi”. Para M. Carel, o sentido de uma entidade lingüística é ou de evocar um conjunto de discursos ou, se ela tem função puramente combinatória, de modificar os discursos associados a outras entidades. Só o discurso é portanto doador de sentido. (DUCROT, 2002, p. 7, grifo do autor)

Essa é uma teoria que busca levar até as últimas consequências as ideias do mestre genebrino Saussure: “de que o sentido de uma palavra não é um conceito, não é uma ideia,

²² As contribuições da Teoria dos Blocos Semânticos à teoria polifônica, pertinentes às discussões apresentadas neste trabalho, serão apresentadas no tópico seguinte (1.2.3).

ou um fato material, nem um objeto, mas simplesmente um conjunto de relações entre essa entidade e as outras da língua” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 29).

A partir da Teoria dos Blocos Semânticos, a argumentação passa a ser concebida “como um encadeamento de dois segmentos de discurso, eventualmente ligados por um conector” (CABRAL, 2010, p. 117). Segundo Carel (2002), de modo geral, é denominado encadeamento argumentativo “qualquer discurso sintaticamente analisável em duas frases que, de um ponto de vista semântico, são interdependentes e exprimem finalmente, ambas, uma única coisa” (CAREL, 2002, p. 29).

Ducrot, a fim de explicar a constituição do encadeamento argumentativo, ressalta que

Entende-se por essa expressão (escolhida de modo amplamente arbitrário), e entende-se unicamente, seqüências de duas proposições (no sentido sintático do termo) ligadas por um “conector”. [...] os conectores aos quais se dá a função de construir “encadeamentos argumentativos” são ou do tipo geral de *donc* (portanto) ou do tipo *pourtant* (no entanto). (DUCROT, 2002, p. 8)

Um encadeamento argumentativo se constitui, então, por dois segmentos, X e Y, ligados por um conector, ou seja, por duas entidades linguísticas ligadas por um conector. Sendo admitidos nessa teoria somente dois tipos de conectores, o que resulta em apenas dois tipos de encadeamentos argumentativos: *normativos* e *transgressivos*.

Desse modo, a argumentação pode ser do tipo *normativa* ou *transgressiva*, sendo *normativa* aquela cujos componentes estão interligados semanticamente por um conector do tipo DONC (conector da língua francesa que corresponde ao conector LOGO da língua portuguesa) e a *transgressiva* é aquela cujos segmentos se encontram inter-relacionados por um conector do tipo POURTANT (conector da língua francesa que corresponde ao conector NO ENTANTO da língua portuguesa). (Cf. CAREL; DUCROT, 2005, p. 14).

Nesse sentido, Campos lembra que

argumento e conclusão não tem sentido independente um do outro e que argumentação só se constitui na relação entre eles, o sentido de cada um de seus segmentos é constitutivo do sentido do outro. Essa definição nega qualquer caráter informativo e logicista ao discurso argumentativo e recusa considerá-lo nos termos de uma justificação, como uma seqüência em que um argumento é posto com o objetivo de justificar uma conclusão que vem a *posteriori* e independente. (CAMPOS, 2007, p. 156)

Através dos **quadros 2 e 3** abaixo, apresentados por Cabral (2010, p. 118), evidenciaremos como esses dois tipos de argumentação (normativa e transgressiva) se organizam. Sendo que tanto o conector *DONC* (representado por DC dentro do

encadeamento), quanto o *POURTANT* (representado por PT no encadeamento) podem ser substituídos dentro dos segmentos por conectores equivalentes, como *então* e *entretanto*, conforme apresentamos a seguir.

Quadro 2 – Segmentos do tipo normativos

X logo Y	João é competente, logo conseguirá o emprego.
X então Y	João é competente, então conseguirá o emprego.
X pois Y	João conseguirá o emprego, pois é competente.

Fonte: CABRAL, 2010, p. 118.

Quadro 3 – Segmentos do tipo transgressivos

X no entanto Y	João é competente, no entanto não conseguirá o emprego.
X entretanto Y	João é competente, entretanto não conseguirá o emprego.
embora X, Y	Embora João seja competente, não conseguirá o emprego.
mesmo que X, Y	Mesmo que João seja competente, não conseguirá o emprego.

Fonte: CABRAL, 2010, p. 118.

Os três encadeamentos presentes no **Quadro 2**, assim como os do **Quadro 3**, ao serem agrupados com outros que se relacionam com eles, formarão um “aspecto argumentativo”. De modo que pertencerão ao aspecto representado pela fórmula X DONC Y, aqueles classificados como normativos, ou X PT Y, quando forem transgressivos. Carel (2001) argumenta que o “aspecto” corresponde à relação existente entre X e Y. Como esclarece Cabral (2010, p. 119), “se tomarmos, por exemplo, o adjetivo *prudente*, diremos que a relação entre *prudente* e o nome acidente compreende **dois aspectos**, ligados à mesma regra”. Assim, o “aspecto” se constitui a partir do agrupamento de encadeamentos que possuem um valor normativo ou transgressivo. Sendo o normativo uma afirmação da norma, ou seja, do que consideramos convencional, o mais lógico de ocorrer, e o transgressivo a sua negação²³, isto é, o contrário ao que se esperava que ocorresse.

²³ “No âmbito da teoria dos blocos semânticos, norma e transgressão são de caráter discursivo, isto é, inerentes ao próprio discurso. Não representam ideologias, crenças, comportamentos, etc., que são exteriores à língua” (DELANOY, 2008, p. 31).

Como exemplifica Ducrot (2002, p. 8), serão considerados normativos os seguintes encadeamentos:

(1') João está com pressa de chegar, portanto ele corre.

(1'') Se João está com pressa de chegar, então ele corre.

(1''') João corre porque está com pressa de chegar.

Esses três encadeamentos podem ser, então, abreviados pela seguinte fórmula:

(1)Ter pressa DC agir rapidamente. (Lemos:Ter pressa LOGO agir rapidamente)²⁴

Entretanto, os seguimentos abaixo são classificados como transgressivos:

(2') João tem pressa de chegar, no entanto não corre.

(2'') Ao mesmo tempo que ele tem pressa de chegar, João não corre.

(2''') Embora tenha pressa de chegar, João não corre.

Os encadeamentos (2'), (2''), (2''') são representados pela fórmula abaixo em que a abreviação PT²⁵ corresponde ao conector POURTANT, conforme explicitado anteriormente:

(1) Ter pressa PT neg-agir rapidamente. (Lemos: Ter pressa NO ENTANTO não agir rapidamente)

A partícula "neg" presente no encadeamento acima representa todas as formas de negação, ou seja, tanto *pouco* quanto *não*. Essa partícula é classificada por Ducrot (1988) como um *desrealizante inversor*, por não só atenuar a força argumentativa, mas inverter a orientação argumentativa. Nesse sentido, essa negação não corresponde somente à negação

²⁴ Ao realizarmos a leitura dos encadeamentos normativos e transgressivos apresentados aqui neste trabalho, levaremos em consideração que os conectores DONC e POURTANT devem ser lidos como LOGO e NO ENTANTO, já traduzindo do francês para o português, a fim de evitar problemas de compreensão.

²⁵ Carel e Ducrot (2005) ao apresentarem a fórmula do encadeamento argumentativo transgressivo utilizam a abreviação PT para representar o conector POURTANT da língua francesa que corresponde ao conector NO ENTANTO da língua portuguesa.

sintática, mas equivale a morfemas como *pouco* e a todas as construções sintáticas de função negativizante.

Com o acréscimo da negação, diferentes encadeamentos podem ser desenvolvidos. Partindo, por exemplo, do bloco semântico²⁶ *esforço – resultado satisfatório*, construído aleatoriamente²⁷, teremos os seguintes encadeamentos:

- (3) Esforçou-se DC terá êxito (Lemos: Esforçou-se LOGO terá êxito)
- (4) Esforçou-se PT neg- terá êxito (Lemos: Esforçou-se NO ENTANTO não terá êxito)
- (5) Neg- esforçou-se DC neg-terá êxito (Lemos: Não esforçou-se LOGO não terá êxito)
- (6) Neg- esforçou-se PT terá êxito (Lemos: Não esforçou-se NO ENTANTO terá êxito)

Os encadeamentos (3) e (5)²⁸ acima pertencem ao aspecto normativo do bloco semântico *esforçar – ter êxito*, enquanto o (4) e o (6)²⁹ pertencem ao aspecto transgressivo do mesmo bloco semântico. Na constituição do bloco semântico é utilizada a negação de maneira que o aspecto normativo se estrutura a partir da fórmula X DC Y (lemos: X LOGO Y) e o transgressivo através da fórmula X PT não- Y (lemos: X NO ENTANTO negação de Y).

Como ressalta Cabral (2010), é preciso lembrar que o sentido da palavra presente nos encadeamentos tanto normativos como transgressivos, como a palavra *esforço* no exemplo acima, é o mesmo. E, é esse ponto de vista semântico que o aspecto normativo e o transgressivo têm sobre a palavra *esforço* que constitui o bloco semântico. Isso não significa que esse seja o único sentido em que a palavra *esforço* possa ser utilizada.

Para Ducrot (2005, p. 31-46), em um encadeamento argumentativo (X CON Y), de forma geral, o segmento X é representado por A e o segmento Y por B, podendo ou não estar acompanhados da negação (neg). Esses segmentos são unidos por um conector do tipo

²⁶ É definido como o resultado da relação de sentido existente entre dois segmentos X e Y ligados por um conector que pode ser normativo (DONC /LOGO) ou transgressivo (POURTANT /NO ENTANTO).

²⁷ Em nossas análises mostraremos a partir de que dados ou informações podemos estruturar um bloco semântico.

²⁸ Lembramos que DC (conector da língua francesa) corresponde ao conector LOGO da língua portuguesa.

²⁹ É importante lembrarmos que nos encadeamentos transgressivos o conector PT da língua francesa corresponde a NO ENTANTO na língua portuguesa.

normativo ou transgressivo, representado na fórmula por *CON*. A partir desses segmentos (A e B), podem ser constituídos oito aspectos argumentativos que se agrupam em dois blocos de quatro aspectos interdependentes cada. O primeiro bloco semântico é constituído pelos seguintes aspectos:

Bloco Semântico 1:

A DC B (ou: A LOGO B)

A PT neg- B (ou: A NO ENTANTO negação de B)

neg-A PT B (ou: negação de A NO ENTANTO B)

neg-A DC neg-B (ou: negação de A LOGO negação de B)

Esses quatro aspectos são elementos de um mesmo bloco semântico por relacionarem-se do mesmo modo dentro do bloco. Lembramos que a formalização de um bloco semântico é denominada de *quadrado argumentativo*.

Já o segundo bloco semântico é composto pelos aspectos:

Bloco Semântico 2:

A DC neg-B (ou: A LOGO negação de B)

A PT B (ou: A NO ENTANTO B)

neg-A DC B (ou: negação de A LOGO B)

neg-A PT neg-B (ou: negação de A NO ENTANTO negação de B)

Esses aspectos do bloco semântico 2 são distintos dos aspectos que compõem o bloco semântico 1, pois apresentam um sentido contrário e os elementos A e B não se relacionam do mesmo modo que no bloco semântico 1.

Para melhor compreensão da composição do bloco semântico, se faz necessário esclarecermos que *CON* designa o conector de um tipo e o *CON'* designa o conector de outro tipo, sendo *normativo* ou *transgressivo*, X e Y correspondem, respectivamente, ao antecedente e ao conseqüente de um aspecto unidos pelo *CON*, podendo conter ou não negações. Também é importante esclarecermos os termos: *conversos*, *recíprocos* e *transpostos*. São conversos os aspectos (a) e (b) de um lado e, de outro (c) e (d) de um mesmo bloco semântico. É um procedimento realizado na diagonal do quadrado argumentativo.

- (a) A CON B (EXEMPLO: A LOGO B)
- (b) A CON' neg- B (EXEMPLO: A NO ENTANTO neg- B)
- (c) Neg- A CON' B (EXEMPLO: Neg-A NO ENTANTO B)
- (d) Neg -A CON neg- B (EXEMPLO: Neg-A LOGO neg-B)

São considerados recíprocos os aspectos (e) e (f) de um lado e, por outro lado, (g) e (h). Realiza-se no eixo horizontal do quadrado.

- (e) A CON B (EXEMPLO: A LOGO B)
- (f) Neg -A CON neg- B (EXEMPLO: Neg-A LOGO neg- B)
- (g) Neg- A CON' B (EXEMPLO: Neg-A NO ENTANTO B)
- (h) A CON' neg- B (EXEMPLO: A NO ENTANTO neg- B)

Para finalizar, são considerados transpostos os aspectos (i) e (j) de um lado, de outro (k) e (l). Realiza-se no eixo vertical.

- (i) A CON B (EXEMPLO: A LOGO B)
- (j) Neg-A CON' B (EXEMPLO: Neg-A NO ENTANTO B)
- (k) Neg-A CON neg- B (EXEMPLO: Neg-A LOGO neg- B)
- (l) A CON' neg- B (EXEMPLO: A NO ENTANTO neg- B)

Abaixo, ilustramos a formalização dos blocos semânticos 1 e 2

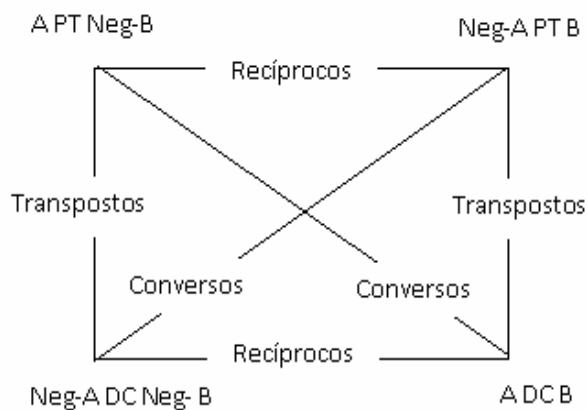


Figura 2 – Bloco Semântico 1
Fonte: CAREL e DUCROT , 2005, p. 46.

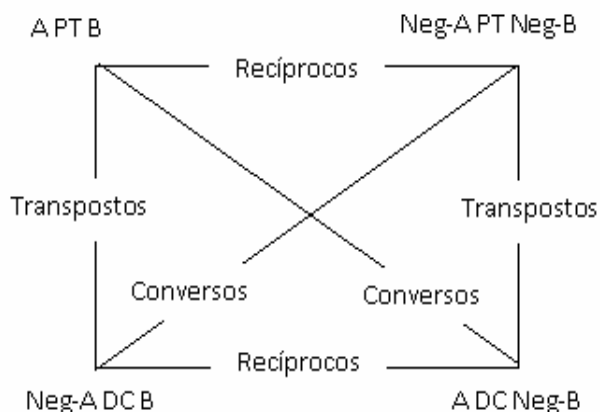


Figura 3 – Bloco Semântico 2
 Fonte: CAREL e DUCROT, 2005, p. 46.

Ducrot e Carel também contemplam na Teoria dos Blocos Semânticos dois modos distintos através dos quais um aspecto pode ser evocado a uma entidade: o *externo* e o *interno*. De forma que “Um aspecto é evocado por uma entidade de modo externo se esta entidade constitui um segmento do aspecto” (DUCROT, 2002, p. 8).

O modo externo ou argumentação externa ou, ainda, AE (abreviação utilizada por Ducrot na TAL para representar a argumentação externa), de uma estrutura linguística compreende, assim, à presença desta mesma entidade linguística na constituição dos aspectos argumentativos, tanto normativos quanto transgressivos, evocados por um enunciado. Isso pode ser verificado nos encadeamentos evocados pelo enunciado (3), uma vez que a palavra “estudioso” é parte integrante dos dois aspectos argumentativos.

- (3) Pedro é estudioso.
 (3') Pedro é estudioso, logo será aprovado no concurso. (estudioso DC aprovação)
 (3'') Pedro é estudioso, no entanto não será aprovado. (estudioso PT aprovação)

Ainda, dependendo do posicionamento assumido pela palavra, se corresponde ao segundo segmento, o aspecto se relacionará com ela de forma externa à direita ou à esquerda. Para exemplificarmos esta relação, recorreremos mais uma vez ao exemplo apresentado por Ducrot (2002, p. 8): “ter pressa DC agir rapidamente”.

Como explica Ducrot (2002), esse aspecto é classificado como um aspecto externo à direita da expressão “ter pressa”, evidenciando as consequências da pressa. Já o

aspecto externo à esquerda pode ser representado, por exemplo, pela expressão “estar apressado – ter pressa”, que assinala a causa para que alguém tenha pressa. Dessa forma, “Chamar-se-á ‘argumentação externa’ (AE) de uma entidade a pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua, e que estão ligados a ela de modo externo” (DUCROT, 2002, p. 9).

Segundo Ducrot, agora

podemos assinalar que, se a AE à direita de uma entidade X contém o aspecto “converso” “X CONN Y”, ela contém também o aspecto dito “X CONN’ neg-Y”, em que CONN’ designa PT, se CONN designa DC, e inversamente. O que implica que a AE de *ter pressa* contém também, à direita, o aspecto “ter pressa PT neg-agir rapidamente”. Se estabelecemos essa espécie de dualidade entre DC e PT, isso se deve ao fato de que não nos perguntamos o que se passa na realidade quando alguém tem pressa, mas que discursos podem seguir a indicação de que ele tem pressa. (DUCROT, 2002, p. 9, grifo do autor)

Para desenvolver a noção de *encadeamento argumentativo*, nas fases iniciais da Teoria da Argumentação na Língua, Ducrot e Anscombe centraram seus estudos na argumentação externa. Na Teoria dos Blocos Semânticos, a argumentação externa continua presente, porém de uma forma mais atualizada. Pois, além de auxiliar na distinção de particularidades existentes entre palavras de sentido muito próximo, favorecem a construção de encadeamentos não só do tipo DONC (LOGO), mas também do tipo POURTANT (NO ENTANTO).

A essa argumentação externa a Teoria dos Blocos Semânticos acrescenta a argumentação interna, ou AI, abreviação utilizada na TAL para representar a argumentação interna, que “é relativa aos encadeamentos que parafraseiam a entidade” (DUCROT, 2002, p. 9), ou seja, ocorre como uma paráfrase de uma entidade linguística presente nos aspectos argumentativos evocados por um enunciado. Como exemplo de argumentação interna, Ducrot (2002, p. 10) mostra que a partir do enunciado “João é prudente” podem ser evocados alguns encadeamentos que o parafraseiam, como: “Se há perigo, João toma precauções”. Assim, a AI³⁰ de “Prudente” assume o seguinte aspecto:

AI (prudente): perigo DC precaução

³⁰ Assim como proposto por Carel e Ducrot (2005), aqui utilizaremos a abreviação AI para nos referirmos à argumentação interna, uma vez que os teóricos da Teoria dos Blocos Semânticos constroem as fórmulas da argumentação interna de palavras e enunciados utilizando esta abreviatura (AI) e não o nome argumentação interna.

Como podemos verificar, na composição da argumentação interna tanto do enunciado “João é prudente”, quanto do adjetivo “prudente” não aparece em nenhum dos seus segmentos a entidade linguística “prudente”, isto é, esta palavra não se encontra presente nem no seu antecedente, nem no seu conseqüente³¹.

Esses dois modos que podem ser evocados em um aspecto argumentativo ocorrem, assim, de forma distinta. Pois, como afirma Cabral

A argumentação interna está inscrita no significado da palavra e os encadeamentos possíveis são internos à palavra em questão; a argumentação externa, por sua vez, contém encadeamentos que prolongam o significado da palavra. Ressaltamos, no entanto, que tanto a argumentação interna quanto a argumentação externa constituem um fenômeno geral [...]. (CABRAL, 2010, p. 123)

Ressaltamos que, além dos enunciados, as palavras e os sintagmas nominais também possuem argumentatividade, como, por exemplo, a palavra “prudente” que apresenta uma argumentação externa “prudente DC neg-acidente” e uma interna “perigo PT precaução”. Isso se evidencia a partir dos enunciados (4) e (5) evocados por esse termo:

(4) Pedro é prudente, logo evitará acidente. (AE)

(5) Se houver perigo, Pedro terá precaução. (AI)

Outra distinção bastante marcante entre a argumentação interna e a argumentação externa, na verdade a mais importante sob o ponto de vista teórico³², está no fato de uma entidade não poder comportar ao mesmo tempo em sua AI um aspecto e o aspecto converso, o que ocorre perfeitamente na AE³³. Sendo assim, a argumentação externa comporta a ocorrência dos aspectos X CON Y e o seu converso ou oposto X CON' Y, de modo que um é do tipo transgressivo, em PT, e o outro do tipo normativo, em DC e inversamente. Para compreender essas fórmulas é preciso levar em consideração que as abreviações **CON** e **CON'**, utilizadas por Carel e Ducrot (2005) para constituírem tais fórmulas, correspondem a **conector** e **conector'**, respectivamente.

³¹ “Os termos antecedente e conseqüente dizem respeito à posição, em relação ao conector, em que se encontram respectivamente cada um dos elementos que compõem o aspecto” (CABRAL, 2010, p. 123).

³² Cf. Ducrot, 2002, p. 10.

³³ Abreviação apresentada por Carel e Ducrot (2005) para representar a Argumentação externa que será também utilizada por nós no decorrer deste trabalho.

Retomaremos o adjetivo “prudente”, presente no enunciado (4), para exemplificarmos a ocorrência do aspecto converso:

“Prudente DC neg-acidente” (Normativo)

“Prudente PT acidente” (Transgressivo / converso)

O enunciado (5), que corresponde à AI do enunciado (4), evoca na sua argumentação interna:

“Perigo DC precaução” (Normativo)

“Perigo PT neg-precaução” (Transgressivo /converso)

Assim, no caso da argumentação interna, percebemos que o converso não corresponde ao mesmo sentido estabelecido pelo enunciado (5) de que “Pedro agirá com precaução, caso se encontre em situação de perigo”, pois gera, exatamente, o sentido oposto, que corresponde ao antônimo de “precaução”, isto é, corresponde ao sentido estabelecido pela entidade linguística “imprudente”. O que pode ser verificado a partir da AI de “imprudente” (perigo PT neg-precaução) em relação à AI de “prudente” (perigo DC precaução), sendo a primeira o converso da segunda.

Nesse sentido, verificamos que a “argumentação externa de um termo é estável para a conversão: se ela contém um aspecto, contém também seu converso. Inversamente, a argumentação interna de uma palavra não contém o seu converso” [...] (CABRAL, 2010, p. 128-129), ou seja, seu oposto. Para reforçar esta ideia, Ducrot diz que continua

a manter que a AE da palavra *perigo* contém ao mesmo tempo “perigo DC precauções” e “perigo PT neg-precauções”. É o emprego da palavra *prudente* que leva a escolher, para caracterizar alguém, o aspecto externo em DC dessa palavra *perigo*, com exclusão do aspecto em PT, e é o emprego de *imprudente* que leva a escolher PT. (DUCROT, 2002, p. 9, grifo do autor)

Na AI de uma entidade linguística, a possibilidade da ocorrência de encadeamentos que apresentem um significado oposto a esta entidade corresponde a mais uma das diferenças relevantes entre a AE e a AI. Para Carel e Ducrot (2001), esta é a característica principal da Teoria dos Blocos Semânticos por possibilitar que sejam gerados

encadeamentos com sentido paradoxal³⁴, construído pela língua. Além de possibilitar a explicação de “qualquer sentido na língua, por mais que possa ser tachado de absurdo, curioso ou [...] paradoxal” (CAMPOS, 2007, p. 159). Como exemplo de entidade paradoxal³⁵, Ducrot (2001) apresenta a palavra *masoquista* (sofrimento DC satisfação) cujo aspecto evocado apresenta um sentido contrário ao que se espera.

Além de distinguirem os modos internos e externos da argumentação, Ducrot e Carel acrescentam na Teoria dos Blocos Semânticos outros dois tipos de argumentação: a *estrutural* e a *contextual*³⁶. A argumentação estrutural, que pode ocorrer tanto de forma interna quanto externa, está relacionada ao significado de uma palavra construído pela própria língua. Já a argumentação contextual está ligada ao significado de uma entidade construído pelo discurso.

Carel e Ducrot não se ativeram ao estudo detalhado das distinções existentes entre a argumentação estrutural e a contextual, assim como fizeram com os modos interno e externo da argumentação. Apenas citaram em sua teoria. Como lembra Cabral (2010), essa distinção se faz imprescindível para as práticas de análise textual a partir dos preceitos da Teoria dos Blocos Semânticos, uma vez que “o contexto representa um elemento importante a ser levado em conta tanto no trabalho com a leitura quanto com a escrita” (CABRAL, 2020, p. 131).

Retomaremos, mais uma vez, a palavra “prudente” utilizada por Carel e Ducrot para exemplificarmos a ocorrência da argumentação estrutural. Os aspectos “*Prudente DC neg-acidente*” e “*Perigo DC precaução*”, por exemplo, evocados por esta entidade linguística (*prudente*) estão associadas a ela estruturalmente através da língua. Assim, não necessitam de nenhuma colaboração contextual para que se relacionem, de forma externa e interna, respectivamente, ao adjetivo “prudente”.

Como exemplo de argumentação contextual, Ducrot (2000) apresenta o seguinte encadeamento: “*João é virtuoso, no entanto tem alguns amigos*”. De acordo com esse teórico, encadeamentos como este só podem ser evocados através do apoio contextual. Pois, diferentemente do que ocorre no aspecto “*Prudente DC neg-acidente*”, a entidade linguística (*virtuoso*) não se liga ao aspecto “*virtuoso NE amado*” através da língua, mas pelo discurso.

³⁴ Termo utilizado pelos autores da teoria para explicar a ocorrência de encadeamentos que apresentam um sentido oposto à entidade linguística.

³⁵ “As palavras paradoxais são aquelas cuja **argumentação interna** contém, ao menos, um aspecto paradoxal” (CABRAL, 2010, p. 130, grifo do autor).

³⁶ Inicialmente, esses dois tipos de argumentação foram denominados por Carel (1999) como argumentação *intrínseca* e *extrínseca*. Posteriormente, foram renomeados por Ducrot (2000) como *estrutural* e *contextual*.

Cabral (2010) chama a atenção para o enunciado “*João teve a coragem de renunciar à perigosa escalada do Everest*”, representado pelo aspecto da AI de “*coragem*” que é “*perigo/risco LG faz*”, para mostrar que, apesar de Carel (2001) ter considerado que ele se relaciona à entidade “*coragem*” estruturalmente, é um aspecto que se liga à entidade contextualmente por ser uma particularidade. Entretanto, Cabral afirma que

se trata de uma argumentação interna contextual (*perigo/risco LG faz*), em que o risco se encontra na renúncia de João. Admitir a renúncia pode representar para João uma desqualificação perante os seus pares, por exemplo, e correr esse risco pode ser, nesse caso, sinal de coragem. (CABRAL, 2010, p. 132, grifo do autor)

Assim, a Teoria dos Blocos Semânticos tem se ocupado em descrever diversas palavras para mostrar que a argumentatividade não existe somente nos enunciados e operadores. Entretanto, a Teoria da Argumentação na Língua ainda não é capaz de atribuir uma AI e uma AE a todas as palavras³⁷. Na verdade, isso só será possível às palavras consideradas “*plenas*”, uma vez que as palavras classificadas como “*instrumentais*” ou “*gramaticais*” não remetem a nenhum “*elemento da realidade*”. Diferentemente das palavras *plenas* que possuem um “*conteúdo*” (cf. DUCROT, 2002, p. 11). Isso não significa que não seja possível construir o sentido das palavras *instrumentais* e, conseqüentemente, dos textos nos quais elas se fazem presentes, como nos que constituem o *corpus* deste trabalho.

Segundo Delanoy (2008, p. 32), “*as palavras ferramentas ou gramaticais não podem ser associadas a nenhum conjunto específico de discursos, mas adquirem seu sentido na relação com outros discursos que não estão diretamente ligados a elas*”.

As palavras *plenas* “*são aquelas às quais somos capazes de atribuir uma AI e uma AE. [...] Elas têm em comum evocar discursos, aqueles que pertencem aos aspectos que constituem sua AI e sua AE*” (DUCROT, 2002, p. 10). Já as palavras consideradas *instrumentais* são “*aquelas às quais não queremos ou não podemos associar um conjunto específico de aspectos e discursos. Isso não significa, é claro, que seu valor semântico seja estranho à ordem do discursivo*” (DUCROT, 2002, p. 10). As palavras *instrumentais* subdividem-se em três categorias: *articuladores*, *conectores* e *operadores*.

A categoria dos *articuladores*, ou *organizadores textuais*, serve para articular os encadeamentos argumentativos de modo a comparar “*as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem*” (DUCROT, 2002, p. 11). Ainda, têm

³⁷ “Embora a palavra não constitua o foco único da teoria, tal entidade lingüística tem assumido um papel central em seu interior” (CAMPOS, 2008, p. 164).

como função “organizar as partes do texto a fim de facilitar o tratamento interpretativo, vinculando unidades semânticas e, ainda, conferindo um papel argumentativo às unidades que relacionam” (MAINGUENEAU, 1996, p. 63).

Como exemplo de articulador, Ducrot cita o *mas*. Abaixo, verificamos a presença desse conector entre os encadeamentos:

(7) João é cauteloso, *mas* Maria não gosta de viajar com ele.

Os conectores têm como função compor encadeamentos argumentativos, isto é, os discursos doadores de sentido, e são “análogos a *donc* e *pourtant* do Francês” (DUCROT, 2002, p. 11).

Já os operadores têm como função estruturar os enunciados, articulando-os entre si. Como afirma Ducrot, o operador é “uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY cujo sentido está constituído por aspectos que contêm as palavras plenas já presentes na AI e na AE de X” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 166). Essa categoria subdivide-se em: modalizadores e internalizadores.

Os modificadores correspondem a “uma palavra gramatical Y que, associada a uma palavra X, forma o sintagma XY, cuja AI é constituída unicamente pelas palavras plenas contidas na AI de X” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 167). Sendo que “Y não introduz nenhum termo pleno novo nos aspectos que constituem a AI de X: ele se contenta em reorganizá-las, combinando-as de um modo novo com os conectores e a negação” (DUCROT, 2002, p. 12). O adjetivo *fácil*, enquanto predicado da palavra *problema*, o “desrealizante inversor” *pouco*, bem como *afastado*, quando predicado de *parente*, são exemplos de modificadores. Parafraseando o sintagma *Problema fácil* por *questão que alguém não pode compreender mesmo quando se esforce*, evocando na sua AI o aspecto “esforço PT neg- compreensão”, teremos como AI “esforço DC compreensão” (basta fazer esforço para compreender) (cf. DUCROT, 2002, p. 12).

Os modificadores podem ser utilizados tanto para reforçar, quanto para atenuar o valor de um enunciado. Quando os modificadores reforçam esse valor, são classificados como “modificadores realizantes”. Se atenuam, são considerados “modificadores desrealizantes”. Assim, no enunciado (8) verificamos a presença do modalizador realizante *grande* por

reforçar o valor³⁸ da palavra professor. Enquanto que no enunciado (9) há a presença do modificador desrealizante *mero* que atenua o valor da palavra *estudante*.

(8) Ele é um *grande* professor.

(9) Paulo é um *mero* estudante.

Já os internalizadores são operadores cuja denominação “evoca a ideia de que a AE de X se coloca no interior da AI de XY” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 169). Além disso, os internalizadores comportam os aspectos normativos e transgressivos. Sendo que esses dois aspectos não podem ocorrer ao mesmo tempo na AI de uma mesma entidade linguística, ou seja, de uma mesma palavra,

o transporte da AE de X para a AI de XY deve ser acompanhado de uma seleção: o internalizador assumirá ou o aspecto em DC ou o aspecto em PT, o que impõe já uma dualidade entre “internalizadores transgressivos”, que só conservam o aspecto em PT, e os “internalizadores normativos”, que só conservam o aspecto em DC. (DUCROT, 2002, p. 13, grifo do autor)

Para exemplificar, Ducrot (2002) apresenta o sintagma *procurar em vão* cuja AE evoca os aspectos: “procurar DC encontrar” e “procurar PT encontrar”. De modo a evidenciar que quando se fala em *procurar*, logo se remete também ao verbo *encontrar*, “até mesmo se a possibilidade permanece aberta de uma busca que não encontra: quando ela não encontra é o modo de *no entanto*” (DUCROT, 2002, p. 16). Quanto ao operador *em vão*, verificamos que ele funciona como um internalizador transgressivo do verbo *procurar*, o que resulta na AI “procurar PT neg- encontrar”. A partir desse exemplo, observamos que a AE de *procurar* encontra-se internalizada na AI do sintagma *procurar em vão*.

Conforme esboço apresentado por Ducrot (2002, p. 11), a classificação semântica das palavras pode ser assim resumida:

Palavras plenas (*prudente*)

Palavras instrumentais

A. Conectores (*donc...*)

B. Articuladores (*mas...*)

C. Operadores

³⁸ Entenda-se *Força argumentativa*.

- a. Modificadores (*pouco, um pouco, muito, certos empregos de demais, fácil* no sintagma *problema fácil...*)
- b. Internalizadores (outros empregos de *demais, quase, todos os empregos de em vão*)

Para mostrarmos como a TAL pode contribuir para o resgate do sentido de textos orais radiofônicos pelo leitor/ouvinte, serão levados em consideração alguns dos fundamentos dessa terceira fase da teoria, mais precisamente a construção do bloco semântico, de encadeamentos e aspectos argumentativos. Pois, segundo Carel e Ducrot (2005), o sentido se constrói a partir da relação de interdependência semântica existente entre entidades linguísticas, ou seja, do bloco semântico que comporta alguns encadeamentos argumentativos. Além dos *conectores, articuladores* ou *organizadores* e os *operadores textuais* por serem elementos que podem indicar a força argumentativa, a orientação argumentativa e favorecerem a organização temporal dos enunciados.

Diante de tantos elementos presentes dentro do texto, o leitor/ouvinte precisa estar atento, ser competente e perspicaz para que consiga resgatar o sentido construído pelo locutor do texto radiofônico. Sob a perspectiva da Teoria da Argumentação na língua, o leitor não é um leitor ingênuo³⁹. Pois

Seu olhar perante o discurso é o de um pesquisador que o vê sob uma concepção, isto é, tem um olhar teórico subjacente à leitura. Essa bagagem teórica vem da proposta da TAL de estabelecer o sentido vinculado à argumentação inerente ao discurso. Isso significa que o leitor/pesquisador recorrerá ao discurso, ou melhor, à argumentação ali presente, para resgatar o sentido. Para tanto, ele tem consciência de o discurso ser produzido por um *eu* (locutor) para um *tu* (interlocutor). O *eu*, ao produzir o discurso, vai expressar seu ponto de vista a respeito de determinado tema, isto é, segundo Ducrot, vai argumentar. E o sentido do discurso produzido está justamente no resgate dessa argumentação. Com isso, o leitor tem a tarefa de reconstruir o sentido a partir do que está expresso no discurso. (DELANOY, 2008, p. 28)

Nesse sentido, o leitor deve, então, buscar as marcas linguísticas deixadas pelo locutor para que consiga alcançar o sentido do texto. Assim, ao mesmo tempo que se coloca como interlocutor, o leitor também se posiciona diante do texto como um pesquisador a procura da argumentação construída pelo locutor para resgatá-la e reconstruir o sentido presente no texto.

³⁹ Cf. Delanoy (2008, p. 29).

Amossy (2006) ressalta que toda palavra possui argumentatividade. Assim, as escolhas linguísticas realizadas pelo locutor não são isentas de argumentação e nem aleatórias, uma vez que cada um escolhe as palavras que julga adequadas para alcançar o seu interlocutor, ou seja, que lhe possibilitem agir sobre o outro. Pois o homem é um ser de convicções movido pelo desejo de convencer. Na verdade, “Convencer é uma experiência específica da espécie humana. O animal informa e exprime, mas nunca se põe na posição de convencer” (BRETON, 1999, p. 24).

Como declara Breton,

Convencer, para o homem, é uma atividade complexa, multiforme. Trata-se tanto numa acepção ampla dada a esse termo- de convencer o ambiente material e submeter-se a um projeto que se formula a seu respeito (entalhar um osso como uma ponta de flecha ou na forma de agulha para costurar os sacos indispensáveis às migrações) como de convencer outra pessoa a partilhar determinada opinião ou a adotar certo comportamento. (BRETON, 1999, p. 24)

Ainda segundo Breton (1999), a palavra humana comporta três registros: exprimir, informar, convencer. “Ela é fruto de uma combinação original desses três elementos no interior da qual o convencer poderia de fato desempenhar um papel preponderante” (BRETON, 1999, p. 24).

Existem vários meios para convencer que “colocam em ação procedimentos complexos que utilizam toda a riqueza dos comportamentos humanos” (BRETON, 2003, p. 7). Um desses meios é a argumentação. Desde quando se comunica o homem pratica a argumentação

ou ainda, a partir do momento em que tem opiniões, crenças, valores e que tenta fazer com que os outros partilhem destas crenças e valores. Isto é, desde sempre, na medida em que o homem se identifica, ao contrário dos animais, com uma palavra, com um ponto de vista próprio sobre o mundo no qual ele vive. (BRETON, 2003, p. 23)

Além dos aspectos teóricos aqui apresentados, também serão utilizadas durante nossas análises algumas das contribuições da Teoria dos Blocos Semânticos à análise polifônica de enunciados, sobre as quais discorreremos a seguir.

1.2.3 Contribuições da Teoria dos Blocos Semânticos para a análise polifônica de enunciados

Na Teoria dos Blocos Semânticos, Ducrot e Carel (2008) apresentaram grandes contribuições para a análise polifônica dos enunciados, como a distinção entre a atitude do locutor diante dos enunciadores e o modo como o locutor assimila os enunciadores a determinados personagens do discurso – distinção que será aqui detalhada.

Segundo Ducrot e Carel (2008, p. 7), o locutor relaciona-se de duas maneiras com os enunciadores presentes no enunciado: os assimila a seres do discurso ou toma certas atitudes em relação a eles.

A assimilação corresponde à atribuição de um ponto de vista (um enunciador) a seres do discurso que podem ser determinados ou indeterminados (cf. DELANOY, 2005, p. 39). Como exemplo de assimilação Ducrot e Carel (2008) apresentam os enunciados “Eu me sinto cansado”, “Segundo meu médico, estou cansado”, “Segundo os bons estudantes, a prova era fácil” e “Parece que fará bom tempo amanhã”. Para esses teóricos, os enunciados acima são exemplos de assimilação, pois o ponto de vista neles expresso são atribuídos a seres do discurso. Assim, no primeiro enunciado, o ponto de vista é atribuído àquele que produz o enunciado representado pelo “eu”, no segundo enunciado, o ponto de vista é atribuído ao médico. Esses dois enunciados são exemplos de assimilação a seres determinados por atribuírem o ponto de vista a seres discursivos presentes de forma explícita nos enunciados, ou seja, determinados. Já nos enunciados “Segundo os bons estudantes, a prova era fácil” e “Parece que fará bom tempo amanhã” o ponto de vista também é atribuído a seres do discurso, porém indeterminados. Pois nesses dois enunciados não há a quem atribuir de forma precisa a responsabilidade pelo ponto de vista expresso. Uma vez que não é possível identificar “quais são os bons estudantes” e nem dizer quem dentro do discurso autoriza o locutor a afirmar que “fará um tempo bom amanhã”.

Quanto às atitudes do locutor frente aos enunciadores, Ducrot e Carel (2008) apresentam três tipos: o assumir, a concordância e a oposição. Assim, o locutor pode tomar três atitudes em relação aos enunciadores, ou seja, pode assumir o ponto de vista de um enunciador, pode ser contrário a ele, como pode concordar com ele. Assumir um enunciador é o mesmo que “dar como fim à enunciação, impor o ponto de vista desse enunciador” (DUCROT; CAREL, 2008, p. 8). Isso ocorre, por exemplo, em “eu me sinto cansado” em que é atribuído àquele que enuncia a origem do ponto de vista de *se estar cansado* sendo esse posicionamento imposto dentro do enunciado.

Dar concordância ao enunciador corresponde a não contestar o ponto de vista expresso por ele, como no caso do pressuposto em que o enunciador é a sua origem. Já a oposição acontece quando o locutor não concorda com o ponto de vista do enunciador,

posicionando-se de forma contrária dentro do enunciado, assim como atua o locutor de um enunciado negativo diante de um enunciado dito positivo. Como é o caso de um enunciado em que o locutor afirma que “Pedro não é estudioso” opondo-se ao que é afirmado pelo enunciador: “Pedro é estudioso”.

Segundo Ducrot e Carel,

Mantendo que o locutor intervém duas vezes em relação aos enunciadores, para assimilá-los e para tomar posição em relação a eles, abre-se a possibilidade de que qualquer assimilação seja compatível com qualquer atitude. Não verificamos se existem efetivamente todas as combinações, mas parece-nos claro e importante que certas combinações, à primeira vista contraditórias, sejam de fato observáveis, principalmente quando intervém a atitude de assumir. O “bom senso” pareceria pedir que a assimilação ao locutor fosse condição necessária e suficiente do assumir. (DUCROT; CAREL, 2008, p. 8)

Diante disso, Ducrot optou por extinguir de sua teoria o termo *identificação*, utilizado na versão anterior da teoria da polifonia, por contemplar tanto a assimilação quanto a atitude do locutor de assumir um enunciador gerando certa ambiguidade. Essas duas atitudes do locutor frente aos enunciadores são bem distintas e, por isso, não devem ser confundidas nem vistas como equivalentes. Para que um enunciador seja assimilado não é condição necessária que ele seja assumido pelo locutor, pode acontecer do locutor assimilar o ponto de vista do enunciador, mas não sustentá-lo no decorrer do discurso, como também assumi-lo sem assimilá-lo. No enunciado “parece que fará bom tempo amanhã”, por exemplo, o enunciador não é assimilado pelo locutor, entretanto, o locutor assume o mesmo posicionamento do enunciador de que “fará bom tempo amanhã”.

A relação existente entre a assimilação e a atitude do locutor em assumir o enunciador não é uma implicatura e nem tampouco uma condicional em que uma ação só ocorrerá se houver a presença também da outra. A distinção entre essas atitudes do locutor permite que o enunciador tenha um papel mais claro, e até mesmo indispensável, dentro da polifonia. Além disso, favorece a construção do sentido dos enunciados como em “eu me sinto cansado” em que o enunciador do cansaço é assimilado ao locutor identificado pelo “eu” que admite a ideia do cansaço assim como sente. Diferentemente do cansaço assumido e assimilado ao médico em “segundo meu médico, eu estou cansado”, em que o tipo de cansaço é visto de forma diferente, por ser uma observação “externa” que o médico faz do paciente.

Ressaltamos que não se resumem aqui as contribuições da Teoria dos Blocos Semânticos à teoria polifônica, mas não faremos neste trabalho a exposição das demais contribuições. Pois, para alcançarmos o objetivo principal desta pesquisa, no decorrer das

nossas análises nos apoiaremos apenas nas noções, aqui apresentadas, sobre as duas maneiras como o locutor relaciona-se com os enunciadores presentes no enunciado. Sendo assim, buscaremos explicitar a atitude do locutor do comentário radiofônico diante dos enunciadores que perpassam o comentário e o modo como esse locutor assimila tais enunciadores a determinados personagens do discurso para evidenciarmos o sentido presente nos textos analisados. Pois para alcançar o sentido “é necessário resgatar os pontos de vista apresentados e a posição do locutor em relação eles” (SANTOS, 2008, p. 53).

2 GÊNEROS RADIOFÔNICOS

Antes de iniciarmos nossas discussões acerca dos gêneros radiofônicos, com ênfase no gênero comentário por compor o *corpus* deste trabalho, apresentaremos um resumo da história do rádio no Brasil, abordando desde o surgimento dessa mídia até a sua fase atual. Ainda, abordaremos a linguagem e a construção dos textos radiofônicos por apresentarem algumas especificidades que devem ser levadas em consideração quando o foco de discussão são textos veiculados pelo rádio.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO RÁDIO NO BRASIL

No Brasil, a primeira transmissão radiofônica foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 07 de setembro de 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência. Na ocasião, o discurso do Presidente Epitácio Pessoa e trechos de ópera foram transmitidos através de duas estações de rádio norte-americanas e 80 aparelhos receptores foram importados para a ocasião. Alguns cidadãos puderam, então, acompanhar essa transmissão e muitos deles nem conseguiam acreditar que era possível determinada pessoa falar de um certo ponto e ser escutada por várias pessoas simultaneamente, em locais distintos. Assim, “as transmissões ainda que acompanhadas de muitos ruídos, espantaram e maravilharam as pessoas presentes, muitos dos quais imaginaram que estivessem presenciando algum tipo de truque” (CALABRE, 2004, p. 10).

Apesar do grande impacto causado pela chegada do rádio no Brasil, as transmissões radiofônicas não tiveram continuidade, sendo encerradas por falta de projetos e incentivo financeiro que possibilitassem o seu prosseguimento. Mas, no ano seguinte, com a radiodifusão, esta nova mídia se instaura no território brasileiro, quando inicia o funcionamento da primeira emissora brasileira: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Fundada por Roquette Pinto e Henry Morizé que tinham como pretensão “[...] criar uma rádio cuja programação teria finalidades estritamente culturais e educativas” (CALABRE, p. 2004, p. 10).

Nessa direção, Blois comenta

20 de abril de 1923; o local: a sala de física da Escola Politécnica, no largo de São Francisco, na cidade do Rio de Janeiro; os fundadores: Edgard Roquette-Pinto e cientistas da Academia Brasileira de Ciências; a emissora: A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, PR-1-A. Estavam lançadas as bases do uso massivo de uma tecnologia de comunicação como instrumento real e efetivo de cidadania e educação para muitos, num país de tantos contrastes (BLOIS, 2004, p. 148-149).

Oficialmente, no Brasil, a primeira cidade a implantar uma emissora de rádio foi o Rio de Janeiro, entretanto, documentos comprovam que no Recife esta mídia já estava sendo experimentada. Segundo Ortriwano

O Rio de Janeiro é considerada a primeira cidade brasileira a instalar uma empresa de rádio. Antes disso, porém, experiências já eram feitas por alguns amadores, existindo documentos que provam que o rádio, no Brasil, nasceu em Recife, no dia 06 de abril de 1919, quando, com um transmissor importado da França, foi inaugurada a Rádio Clube de Pernambuco por Oscar Moreira Pinto, que depois se associou a Augusto Pereira e João Cardoso Ayres. (OTRIWANO, 1985, p. 13)

No entanto, nesse período, o rádio é um privilégio apenas de uma parcela da população que detinha poder aquisitivo para adquirir os aparelhos de recepção que vinham do exterior e, por isso, ainda custavam muito caro. De acordo com Calabre,

Os primeiros aparelhos de rádio eram chamados de galena, de escuta individual, feita através de um fone de ouvido. A rádio-escuta era uma espécie de esporte, de hobby. As pessoas poderiam comprar seus aparelhos já montados ou adquirir peças separadas para montá-las em casa. Os receptores eram caros. (CALABRE, 2004, p. 16)

Além do alto custo dos equipamentos, os objetivos do rádio eram bem distintos do que propunha seus fundadores, já que, ao invés de buscar levar a todos educação, ensino e alegria, se voltava para um público específico composto por intelectuais e cientistas. Sendo assim, esse meio tinha finalidades basicamente culturais, educativas e altruístas. Apesar desse caráter seletista assumido pelas transmissões radiofônicas, Roquette Pinto acreditava, desde a sua fundação, que o novo empreendimento ganharia a credibilidade dos brasileiros e se tornaria um veículo de comunicação de massa. “E, devido a essa certeza e à vontade de divulgar a ciência pelas camadas populares, muitas iniciativas foram tomadas no sentido da implantação efetiva da radiodifusão no Brasil” (ORTRIWANO, 1985, p. 43).

Mas, não tardou muito para que as transmissões radiofônicas atingissem às camadas populares. Ainda na década de 1920, o rádio começa a expandir-se por todo o Brasil. As primeiras emissoras fundadas “[...] tinham sempre em sua denominação os termos ‘clube’ ou ‘sociedade’, já que assim eram definidas em seu estatuto fundador” (BARBOSA FILHO,

2009, p. 40). Nessa fase, a radiodifusão brasileira deparou-se com muitas dificuldades por ser uma novidade e, por isso, não ter ainda alcançado a credibilidade dos cidadãos. Ainda, por não deter recursos financeiros para se manter em funcionamento. Uma alternativa encontrada pelo rádio foi contar com a colaboração de alguns sócios que pagavam assinaturas. Porém, poucos sócios pagavam regularmente as mensalidades das rádio-sociedades.

Como afirma Calabre,

Os primeiros anos de vida do rádio no país estiveram repletos de dificuldades, refletidas num constante surgimento e desaparecimento de inúmeras emissoras. A fórmula utilizada, então, para a criação de uma nova emissora era a da formação de uma rádio-sociedade, que previa em seus estatutos a existência de associados com a obrigação de colaborar com uma determinada quantia mensal. A verba arrecadada dessa forma era a principal, senão a única, fonte de renda das emissoras. Muitas pessoas se associavam [...]. (CALABRE, 2004, p. 10)

Nessa época, o rádio brasileiro ainda era amador devido a certos fatores: a escassez de receptores, a falta de verbas e de ouvintes para acompanhar as programações. Como ainda não podia veicular propagandas comerciais, uma vez que a legislação brasileira não permitia tal prática, as emissoras mantinham-se através da colaboração de entidades públicas ou privadas. Além de contar com a colaboração dos sócios. Mesmo diante das dificuldades, a radiodifusão brasileira vai se propagando e se desenvolvendo no país. Calabre (2004), com base em dados do IBGE, apresenta o crescimento da radiodifusão no Brasil, conforme o **Quadro 4**.

Quadro 4 – Domicílios com rádio no Brasil

Ano da fundação	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1931	1931
Número de empresas	2	5	3	2	2	2	–	–	1
Ano de fundação	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
Número de empresas	–	5	15	9	8	5	–	6	10

Fonte: CALABRE, 2004, p. 13

A partir da década de 1930 o rádio começou a ganhar maior importância no setor de comunicação do Brasil. De acordo com Haussen

O contexto brasileiro na área da comunicação, nos anos 20, era, assim, basicamente representado pelos jornais e revistas. O rádio, neste sentido, quando foi introduzido, em 1922, fazia parte de uma indústria cultural praticamente inexistente. Mas, a partir da década de 30, o veículo viria a ter um papel de fundamental importância na construção da nação brasileira. (HAUSSEN, 2001, p. 21)

Nos anos de 1930, a radiodifusão brasileira passou por grandes mudanças que contribuíram efetivamente para que o rádio chegasse ao formato que tem atualmente. Em 1931, foi colocado em vigor o primeiro documento sobre a radiodifusão no Brasil. Nesse período, para garantir a sua sobrevivência, o rádio brasileiro já estava comprometido com os reclames (anúncios daquele tempo). Através do decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932, foi regulamentada a inclusão de propagandas comerciais na radiodifusão brasileira – regulamentando o decreto nº 20.047, de maio de 1932 – primeiro diploma legal sobre a radiodifusão, surgido nove anos depois da fundação do rádio. No entanto, após essa regulamentação, o governo passa a demonstrar preocupação com o novo veículo. Pois “O Estado passa a ter maior ingerência sobre o serviço de radiodifusão [...]” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 41).

Com a inserção das mensagens publicitárias, o rádio deixou de ser privilégio de poucos, passando a contemplar uma maior parcela da população que poderia, a partir desse momento, ter acesso a esta novidade. Assim, o “que era considerado de elite, sofisticado, transforma-se em popular, já que fatias mais abrangentes da população estavam tendo acesso à mais nova engenhoca que primava pelo lazer e pela diversão” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 41). A linguagem utilizada no rádio também foi se popularizando e tornando-se mais acessível à massa, de forma que termos e expressões menos usuais foram caindo em desuso, cedendo espaço para aqueles mais utilizados.

Nesse contexto, o comércio e a indústria passam a direcionar a organização das programações das emissoras que buscam participar das disputas do mercado que vão se acirrando cada vez mais. Inicialmente, esta competição “teve três facetas: desenvolvimento técnico, status da emissora e sua popularidade. A preocupação ‘educativa’ foi sendo deixada de lado e, em seu lugar, começaram a se impor os interesses mercantis” (ORTRIWANO, 1985, p. 48).

Dessa forma, o rádio apresenta-se como um meio de grande eficácia no incentivo ao consumo. Porém, apesar da crescente comercialização, o rádio ainda vivia do improviso. Pois os profissionais do rádio dessa época – denominados programistas – não possuíam uma função definida, exercendo, assim, várias atividades durante a programação radiofônica: contato, redação, produção e apresentação. Quando o improviso começa a reduzir, as equipes começam a se organizarem melhor.

Segundo Barbosa Filho,

No processo de rearranjo estrutural do rádio, a improvisação cedeu lugar para definições de cargos e funções. A urbanização, a tecnologia, a especialização dos serviços foram elementos que motivaram tais redimensionamentos e tornaram-se essenciais para a caminhada do rádio até os dias atuais, pois demarcaram seu papel e sua função na sociedade brasileira, estimulando em seus produtores posturas que garantissem a sobrevivência do meio na dinâmica da sociedade. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 42)

A década de 1930 foi essencial para o desenvolvimento e difusão do rádio no Brasil, uma vez que possibilitou a este meio traçar a sua própria trilha no cenário nacional e alcançar o seu apogeu na década seguinte, considerada a “fase dourada” da radiodifusão brasileira. Nesse sentido, Barbosa Filho afirma que

[...] o rádio brasileiro foi encontrando a si próprio, definindo sua linha de atuação e assumindo um papel cada vez mais importante na vida política e econômica do país. Este meio de comunicação, logo nas décadas seguintes, conseguiu considerável audiência e sucesso, de tal sorte que consolidou a sua fase de ouro. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 43)

A época de ouro do rádio brasileiro se consolidou na década de 1940, período em que a radiodifusão volta-se mais fortemente para o jornalismo, tendo como resultado desta fase o surgimento do *Repórter Esso*. Todavia, com o advento da televisão, em 1950, o rádio se depara com uma grande crise de modo que perdeu para esse novo meio de comunicação os seus quadros, seus profissionais e até mesmo a sua linguagem. Diante dessa situação, a estrutura do rádio precisou ser repensada para tentar impedir que o seu público o trocasse pela televisão. Assim, o rádio buscou desenvolver a sua própria programação.

Para não perder mais espaço para a televisão, o transistor foi tomado como uma importante estratégia para explorar as potencialidades do rádio, uma vez que possibilitava às pessoas ouvir rádio onde estivessem e quando desejassem, sem precisar ligá-lo a tomadas. Essa iniciativa contribuiu significativamente para o crescimento das transmissões radiofônicas. Outra iniciativa foi divulgar serviços de utilidade pública produzidos pela Rádio Jornal do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, idealizada pelo Conde Ernesto Pereira Carneiro e inaugurada em 10 de agosto de 1935.

Com o golpe militar de 1964, quando houve a cassação de muitos artistas do rádio e o fechamento de emissoras, o governo militar investiu na instituição da televisão no Brasil e “[...] as emissoras foram adotando modelo de rádios locais, com notícias e prestação de serviços, músicas gravadas e esportes” (CALABRE, 2004, p. 31). Com isso, a “fase de ouro” do rádio conhece o seu fim.

Mesmo diante das dificuldades encontradas, o rádio continuou aos poucos construindo o seu caminho para se consolidar no território brasileiro. Ainda na década de 1960 sofre alterações, passando a atuar não só na frequência AM (ondas médias), como ocorria desde a sua criação, mas também na frequência FM (frequência modulada). De acordo com Barbosa Filho,

As primeiras emissoras (frequência modulada) começaram a operar na década de 60, fornecendo inicialmente “música ambiente” para assinantes interessados. A primeira emissora a atuar exclusivamente nas ondas da frequência modulada foi a Rádio Difusora de São Paulo – FM. Há quem diga, no entanto, que foi a Rádio Eldorado de São Paulo a responsável pelo feito, pois quando foi fundada, em 1958, transmitia em ondas médias e por questão de prestígio usava também a FM para transmitir só música, fora da faixa comercial. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 44)

Mas as inovações não se encerram nessa época. Na década seguinte, o rádio passou por mais inovação quando foram criadas agências de produção radiofônica que apresentavam programas com artistas renomados e assuntos da época e vendiam para emissoras menores que não tinham como produzir esse tipo de programa. Em 1980, houve o surgimento das rádios-livres e comunitárias. Com elas surgiram as emissoras de cunho religioso e cultural.

A partir de 1990, quando a recepção do sinal passa a ser via satélite, o rádio acompanha os desenvolvimentos tecnológicos deste período. Desde o seu surgimento, o rádio vem acompanhando os desenvolvimentos tecnológicos, como, por exemplo, a internet- grande inovação tecnológica ocorrida no século XXI, e convergindo com as novas mídias que vão surgindo.

Com o advento da internet, o rádio ganhou um novo impulso, pois deixou de ser uma mídia propagada pelo transitor e pela antena, passando a ser materializado no computador. Segundo Barbeiro e Lima (2003, p. 45), “A internet não concorre com o rádio; é a salvação deste. O avanço tecnológico não deixa outra saída para o rádio senão a Internet, o que proporcionará um salto de qualidade tanto em programação como em conteúdo”.

A internet colabora para que haja uma maior interatividade entre o rádio e o ouvinte, pois permite ao ouvinte, através das rádios *on-line*, participar de promoções presentes no site da emissora, de encaminhar e-mails para os programas radiofônicos, participar ao vivo em programas com perguntas e sugestões, de chats e fóruns, etc.

De acordo com Gomez, as rádios *on-line* constituem

inovações oferecidas ao usuário da Internet. Os provedores UOL e TERRA, por exemplo, possuem várias emissoras musicais *on-line* para todos os gostos e estilos. Empresas de rádio sofisticam cada vez mais os seus *sites* oferecendo opções de rádios ou serviços de informação aos seus ouvintes, formando um cadastro atualizado dos internautas que pode mapear o perfil musical e curiosidades do visitante, assim como predeterminar tendências e expectativas futuras desse consumidor. Uma relação muito mais estreita com o ouvinte do que a que ocorre tradicionalmente com a emissora *off-line*. (GOMEZ, 2007, p. 105)

Com os avanços tecnológicos ocorridos no século XXI, o rádio foi inserido numa cultura digital onde as transmissões radiofônicas se distanciam das dificuldades e limitações enfrentadas pela transmissão analógica. Como lembra Gomez (2007, p. 98), “As ondas analógicas sofrem influência das grandes barreiras de concreto dos edifícios das metrópoles, do excesso de motores em funcionamento e até de nuvens carregadas, mas o sinal digital passa intacto por todos esses obstáculos”.

O aumento da qualidade das transmissões radiofônicas é a maior vantagem da rádio digital. Pois

O som digital é limpo, sem chiados e ruídos. O sinal de AM fica com qualidade de FM e o som da FM tem a limpidez do *Compact Disc*. Traduzindo para os dias de hoje, seria dar à transmissão digital em FM o mesmo resultado sonoro do *home theater*, grande sucesso comercial de tecnologia audiovisual para uso doméstico. (GOMEZ, 2007, P. 98)

Mas, a transmissão radiofônica digital ainda não está totalmente consolidada no Brasil, já que este é um processo que depende de alguns fatores. Segundo Gomez,

O surgimento do rádio analógico nos anos 20 foi o resultado da união da estratégia militar do governo americano durante a Primeira Guerra Mundial, aliada aos interesses econômicos de duas indústrias, a Westinghouse e a General Electric. Estas indústrias montaram verdadeiros laboratórios para estudos e pesquisas e contrataram inventores e técnicos para o desenvolvimento do produto. Assim também o desenvolvimento da Rádio Digital no País depende de vários fatores, entre eles os políticos e econômicos. A regulamentação do sistema digital no Brasil e as leis de incentivo para indústrias na fabricação de aparelhos receptores são fatores determinantes para a real implantação e popularização do sistema. (GOMEZ, 2007, p. 99)

Ainda de acordo com Gomez (2007, p. 98-99), as primeiras empresas de rádio a implantarem o sistema de transmissão radiofônica digital foram: Bandeirantes (SP), Sistema Globo de Rádio (RJ), Jovem Pan, Rádio Eldorado (SP) e a RBS (Rede Brasil Sul), cuja sede localiza-se em Porto Alegre. Além de duas emissoras do Sistema Globo de Rádio que já operam pelo sistema digital: a rádio CBN (FM) de São Paulo e a Globo Minas (AM) de Belo Horizonte.

A transmissão radiofônica digital ainda se encontra em testes no Brasil. Segundo o Ministério das Comunicações, os testes acontecerão até o mês de abril de 2012. O secretário de serviços de Comunicação Eletrônica do MiniCom, Genildo Lins, explica que os testes são necessários para se escolher o sistema de implementação da rádio digital no Brasil. Também comenta que “Ao final dos testes, teremos um resultado técnico para definição de qual a melhor tecnologia. A partir daí, vamos começar as discussões de indústria e relações internacionais para definir o modelo a ser adotado”.

Dos meios de comunicação de massa, “[...] o rádio é, sem dúvida, o mais popular e de maior alcance público, não só no Brasil, mas em todo o mundo” (ORTRIWANO, 1985, p. 37). Segundo relatório da Anatel (divulgado no estudo Mídia Dados), em 2011, no Brasil existem 1.707 emissoras de ondas médias (AM) e 2.311 de frequência modulada (FM) e 52 milhões de domicílios brasileiros com pelo menos um aparelho de rádio.

Devido a algumas de suas características, como a simultaneidade e a rapidez, o rádio pode ser considerado como o “[...] melhor e mais eficaz meio de serviço da transmissão de fatos atuais. Em vista de tudo isso, é fácil concluir que o rádio é o meio informativo mais adequado” (PRADO, 1985, p. 18). Outras características desse veículo de comunicação reafirmam a sua eficácia, entre elas

[...] a capacidade do rádio de ser entendido por um público muito diversificado, por não exigir um conhecimento especializado para a decodificação e a recepção nas condições mais diversas, todas elas favorecidas pela autonomia concedida ao aparelho receptor a partir do invento do transistor. (PRADO, 1985, p. 18)

McLeish (2001) afirma que o rádio possui pelo menos dezenove importantes características que foram se consolidando com o passar do tempo. Dentre elas, são de destaque:

- Construção de imagens;
- Capacidade de falar para milhares de pessoas e / ou para cada indivíduo;
- Velocidade;
- Caráter fronteiro;
- Simplicidade;
- Baixo custo;
- Efemeridade, entre outras.

Apesar do surgimento de novas mídias, como o computador, o rádio continua sendo um importante meio de aquisição de conhecimento e de interação com o “mundo”. Por isso, tem despertado o interesse de vários pesquisadores, principalmente da área da comunicação, que buscam compreender o seu processo de constituição, organização e influências que exercem na sociedade através das informações veiculadas.

Para Barbosa Filho,

O rádio foi um dos meios que suscitou estudos relativos ao avanço tecnológico de nossa época. Pensar no rádio é também pensar nas teorias da comunicação e vice-versa. Este meio possui papel fundamental no universo dos estudos desenvolvidos desde o início do século XX, uma vez que dinamizou a troca de informações ao encurtar as distâncias, despertando comentários defensivos e contrários. Acrescenta-se a isso o fato de que é ainda hoje um dos principais meios de comunicação da contemporaneidade. (BARBOSA FILHO, 2003, p. 28)

O rádio é uma mídia de fácil acesso, ouvida por um público bastante diversificado, de diferentes faixas etárias e classes sociais, e vem acompanhando a evolução tecnológica ocorrida na sociedade desde o seu surgimento. Piovesan ressalta que o rádio

inclui a todos: o letrado e o analfabeto, o pobre e o rico, o jovem e o idoso, a mulher e a criança [...]. Na programação, por mais segmentada que seja, o rádio inclui a música, a publicidade, os vários formatos de jornalismo, a educação, o esporte, a cultura, a prestação de serviços [...]. O rádio inclui tudo, o local e o global. Tudo cabe no rádio. (PIOVESAN, 2004, p. 36)

Hoje, as transmissões radiofônicas podem ser ouvidas desde um simples walkman a um sofisticado aparelho celular; até através da internet. Dentre tantos outros, é mais um instrumento de comunicação à disposição dos cidadãos.

O texto oral radiofônico possui uma linguagem bem peculiar para alcançar o ouvinte e as programações do rádio apresentam uma organização bastante complexa por comportar uma diversidade de gêneros radiofônicos (textuais) ou textos radiofônicos, sobre os quais discorreremos neste trabalho.

Apoiados nos estudos de Marcuschi (2008) sobre a noção de gênero textual, esclarecemos que aqui utilizamos texto radiofônico e gênero radiofônico como sinônimos. Pois, de acordo com Marcuschi (2008, p. 155), “Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida [...] são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas”.

2.2 O TEXTO RADIOFÔNICO: LINGUAGEM E CONSTRUÇÃO

Antes de iniciarmos a nossa discussão sobre a linguagem e a construção do texto radiofônico, julgamos relevante delimitarmos o que concebemos como *texto*. Diferentemente da concepção de Ducrot sobre *texto* que apresentamos no capítulo I, seção 1.2, concebemos, com base em Koch (2010), a partir de uma noção mais atualizada, o *texto* como

uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos co-enunciadores, durante a atividade verbal, de modo a permitir-lhes, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais. (KOCH, 2010, p. 27)

Também consideramos importante apresentarmos algumas características que singularizam o texto oral, quando comparado ao texto escrito, antes de discutirmos sobre o texto radiofônico, já que o *corpus* desta investigação se constitui de textos orais (radiofônicos).

O texto oral apresenta algumas características que são extremamente importantes quando tratamos desta modalidade de texto, dentre elas destacamos:

- a) interação face a face;
- b) planejamento simultâneo ou quase simultâneo;
- c) impossibilidade de apagamento;
- d) sem condições de consulta;
- e) ampla possibilidade de reformulação; é marcada, pública, pode ser promovida tanto pelo falante como pelo ouvinte;
- f) acesso imediato ao feedback do ouvinte;
- g) o falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do ouvinte.

Quanto ao texto escrito, ressaltamos as seguintes características:

- a) interação à distância;
- b) planejamento anterior à produção;
- c) possibilidade de revisão para operar correções;

- d) livre consulta;
- e) as formulações podem não ser tão marcadas, é privada e promovida apenas pelo escritor;
- f) sem possibilidades de feed-back imediato;
- g) o escritor pode processar o texto a partir das possíveis reações do leitor.

Como lembra Koch

A escrita é o resultado de um processo, portanto estática, ao passo que a fala é processo, portanto dinâmica [...]. Para o leitor, o texto se apresenta de forma sinóptica: ele existe, estampado numa página- por trás dele vê-se um quadro. Já no caso do ouvinte, o texto o atinge de forma dinâmica, coreográfica: ele acontece, viajando através do ar- por trás dele é como se não existisse um quadro, mas um filme. (KOCH, 2010, p.80)

Na sociedade circulam uma diversidade de textos tanto na modalidade oral quanto escrita, como panfletos, receitas culinárias, bulas de medicamentos, jingles, propagandas, etc., os quais são veiculados por variados meios de comunicação, como através de jornais impressos, da televisão e pelo rádio.

Em relação aos textos veiculados pelo rádio, verificamos que possuem um estilo bastante peculiar, denominado oral-auditivo, por serem redigidos para serem falados e alcançar a compreensão do ouvinte que tem apenas uma chance de ouvir a mensagem transmitida, já que não há possibilidades de repeti-la devido, principalmente, à rapidez, instantaneidade e dinamicidade- características próprias do rádio.

Mas, para que o texto veiculado pelo rádio seja eficaz é necessário seguir algumas normas inerentes a esse veículo de comunicação. De acordo Cabello,

a construção do *texto radiofônico requer adequação de linguagem*. Para dar conta dessa adequação, devem coexistir normas técnicas, gramaticais e lingüísticas, que, em separado, consistem em: (a) a norma técnica pode variar de uma emissora para outra, sem, no entanto, desconsiderar as especificidades do texto radiofônico e as facilitações necessárias da emissão, principalmente, porque o texto é escrito para ser falado – e não dito em tom de leitura - e para ser ouvido; (b) a norma gramatical (ditada pela disciplina gramatical) é, por vezes, rompida para atender a um maior grau de comunicabilidade, imposto pelas características do veículo e pela norma lingüística imperante; (c) a norma lingüística está atrelada a fatores referentes à emissão e à recepção, tais como idade, classe social, ideologia [...]. (CABELLO, 1994, p. 151)

É sobre essa linguagem peculiar e as normas tão específicas para a construção do texto radiofônico que discutiremos nas seções 2.2.1 e 2.2.2.

2.2.1 A linguagem do rádio

Para atingir o ouvinte e tornar a comunicação efetiva, a linguagem radiofônica deve levá-lo a criar imagens mentais. Sendo que “‘Uma imagem vale por mil palavras’ [...]. E o rádio realmente usa as ‘mil palavras’ para criar cada imagem, que vão permitir que se criem muito mais do que mil imagens mentais” (ORTRIWANO, 1985, p. 81). As imagens mentais se constroem a partir dos seguintes elementos: da palavra, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio (cf. MUÑOZ & GIL, 1990, p. 21). Esses elementos, combinados entre si de inúmeras maneiras ou isolados, contribuem significativamente para a construção da mensagem como um todo (cf. FERRARETO, 2001), lembrando que “A voz trabalha no campo da consciência, e os demais elementos, no inconsciente do ouvinte” (GOMEZ, 2007, p. 29).

Pelo fato de ser um veículo de comunicação essencialmente sonoro, o rádio precisa levar o ouvinte a “enxergar com o ouvido” as informações veiculadas, uma vez que o texto radiofônico é direcionado ao ouvido e não aos olhos do ouvinte. Desse modo, o rádio pode ser considerado como uma “mídia cega” (cf. MERAYIO PÉREZ, 1992, p. 20), já que as possibilidades de comunicação se apoiam na capacidade de ativar a criação de imagens mentais da realidade física através do som ouvido.

De acordo com Salinas (1994), a complexidade da programação radiofônica se encontra no som. Mas, apesar desta complexidade, ainda são poucos os estudos realmente consistes que consigam abarcar a diversidade da programação radiofônica e ao mesmo tempo a sua simplicidade.

Diferentemente dos outros meios de comunicação de massa,

O rádio é o único meio de comunicação de massa que se utiliza apenas do som em sua expressão. O rádio possui a exclusividade da magia sagrada do som. Atribui-se seu poder justamente à ausência da imagem, poder este que reside na sua capacidade de criar imagens mentais que correspondem ao som. (SALINAS, 1940, p. 26)

Por isso, a linguagem do rádio deve ser simples, clara, objetiva, expressiva, ao alcance do ouvinte; de forma que não exija muito esforço para que seja compreendida. Pois

Exigir demais do ouvinte não é objetivo do trabalho radiofônico. Isso porque o ouvinte só é capaz de receber frações de construções complexas, o que é frequentemente esquecido. As frases complexas são uma barreira à informação oral (muito mais que à escrita): o locutor lê uma frase de sete linhas em 15-20 segundos; assim, sobra muito pouco tempo para que o ouvinte possa assimilar as informações

imediate e totalmente (o ouvinte não pode “reler” as frases; passa, sim, para as informações seguintes). (CABELLO, 1994, p. 146, grifo do autor)

Além disso, a maioria dos ouvintes não consegue compreender uma linguagem mais complexa. Na verdade, “Um ouvinte atencioso e concentrado, que entenda uma linguagem mais elaborada e, ao mesmo tempo, mais exata, constitui a minoria” (CABELLO, 1994, p. 146). O rádio, ainda, tem que concorrer com diversos estímulos ao redor do ouvinte que podem dispersá-lo durante a recepção da mensagem, como “o ronco” dos motores de veículos que trafegam nas ruas, sirenes, conversas paralelas, entre outros. Por isso,

A linguagem radiofônica deve se aproximar ao máximo dos seus ouvintes [...]. Como a mensagem radiofônica é transmitida somente pela voz, e ouvir rádio é um ato que em geral está acompanhado de outras atividades, a comunicação tem que usar de artifícios sonoros e dramatizados para prender a atenção do ouvinte [...]. (GOMEZ, 2007, p. 31)

O texto radiofônico consegue atingir um grande número de ouvintes simultaneamente, de forma coletiva e, ao mesmo tempo, individual, em lugares diversos, com opiniões, comportamentos, crenças e gostos bastante distintos e, mesmo assim, se fazer compreender. Através do rádio, “As pessoas podem receber suas mensagens sozinhas, em qualquer lugar que estejam” (ORTRIWANO, 1985, p. 81). Isso

faz com que o emissor possa falar para toda a sua audiência, como se estivesse falando para cada um em particular, dirigindo-se diretamente àquele ouvinte específico. A mensagem oral se presta muito bem para a comunicação “intimista”. É como se o rádio estivesse “contando” para cada um em particular. Ao mesmo tempo, a atividade “de ouvir” não exclui a possibilidade de desenvolver outras tarefas como ler, dirigir, trabalhar, etc. O rádio se adapta muito bem ao papel de “pano de fundo” em qualquer ambiente, despertando a atenção quando a mensagem apresentada é de interesse mais específico do ouvinte. (ORTRIWANO, 1985, p. 81)

Pelo fato do rádio permitir ao ouvinte desenvolver outras atividades enquanto escuta as transmissões radiofônicas, precisa despertar constantemente o interesse e manter a atenção do ouvinte, o que não é uma tarefa fácil, uma vez que os textos radiofônicos contam apenas com os recursos próprios desse meio para alcançar o ouvinte. Comparado a outros meios de comunicação, o rádio “é o meio mais fugidio de expressão da linguagem, seu texto dirige-se ao ouvido. Assim, só pode contar com o som, com seus recursos próprios (verbais e não-verbais)” para atingir o ouvinte (CABELLO, 1994, p. 146).

Para Gomez,

Em se tratando de fugacidade, dois aspectos relevantes devem ser citados: a inerência da mensagem radiofônica e a obsolescência da informação. No primeiro aspecto, o ouvinte consome a mensagem no momento da transmissão, não há volta a um ponto mal compreendido. E no segundo aspecto, a notícia transmitida torna-se obsoleta, simultaneamente à sua transmissão. O profissional de rádio deve ter em mente que os textos para esse veículo devem ser produzidos para os ouvidos e não para os olhos. (GOMEZ, 2007, p. 29)

Apesar de ser direcionado ao ouvido, o texto radiofônico não se apoia somente na oralidade e na audição, mas conta também com a língua escrita, já que se apoia num texto construído previamente para ser falado e ouvido (cf. CABELLO, 1994, p. 4). Pois o texto radiofônico não deve ter como base o improvisado. Cabello (1994, p. 146) comenta que “talvez esteja aí a grande dificuldade em se redigir adequadamente uma notícia para o rádio”.

Segundo Muñoz & Gil (1990, p. 21), o rádio é considerado por alguns como um meio que não possui uma linguagem exclusiva. Mas, se possuísse uma linguagem específica

Contrariaria a essência mesma da linguagem, que não é outra senão comunicar, interagir. Na verdade, o rádio tem sua especificidade por apresentar um sistema de códigos compartilhados (códigos conceptuais e códigos físicos, sonoros) sem perder sua identidade. Assim [...], a linguagem radiofônica é o conjunto de elementos sonoros que se difundem tanto para produzir estímulos sensoriais estéticos ou intelectuais, como para criar imagens. (CABELLO, 1994, p. 147)

Sendo assim, é importante que o texto radiofônico seja redigido com certa cautela em termos de escolha de palavras e de vocabulário para que a mensagem veiculada alcance a compreensão do ouvinte. Dessa forma, o produtor do texto radiofônico não deve exagerar, por exemplo, no rebuscamento e complexidade do texto, no excesso de estrangeirismos, gírias e coloquialismos.

Para redigir um texto radiofônico é importante que o redator detenha habilidades para construir um texto escrito para ser falado e ouvido e não apenas conheça regras gramaticais e sintáticas. Assim, é preciso que saiba que “a construção do texto radiofônico exige, além de certa dose de correção gramatical, adequação técnico-lingüística concernente à estrutura do veículo rádio” (CABELLO, 1995, p. 145). Abaixo, discorreremos mais detalhadamente sobre essa construção do texto radiofônico.

2.2.2 A construção do texto radiofônico

O texto radiofônico, devido às peculiaridades do meio, exige uma estruturação própria para conseguir atingir o ouvinte. Por se tratar de um texto bastante peculiar, exige uma estrutura diversificada de textos veiculados por outros meios de comunicação, uma vez que “fala ao ouvido” e não pode ser repetido para aqueles ouvintes que não conseguiram acompanhar ou, até mesmo, compreender alguma das informações apresentadas. No jornalismo impresso, por exemplo:

o leitor, tendo literalmente o texto em suas mãos, pode ler rápida ou lentamente, superficial ou detidamente, e pode, até mesmo, analisar a interação texto- fotografia /ilustração.

Na televisão, o telespectador, perante a fusão de imagem e som, vê facilitada a decodificação da mensagem noticiosa. (CABELLO, 1995, p. 145)

Apoiando-nos em estudos desenvolvidos por Cabello (1994, 1995), apresentaremos a seguir as principais especificidades do texto radiofônico e algumas normas para a sua elaboração.

A construção do texto radiofônico requer a utilização de um estilo próprio- oral /auditivo- alcançado a partir da observação de algumas características específicas do rádio, referentes às seguintes condições: tempo, dinâmica, melodia, sons complementares, voz, articulação e linguagem (cf. CABELLO, 1995, p. 146).

Conforme Muñoz & Gil:

a) tempo: refere-se à *velocidade da fala*. Os textos devem apresentar, em média, de seis a oito linhas, de 65 toques datilografados, com períodos de duas linhas e meia, para serem considerados "enxutos";

b) dinâmica: diz respeito à *ênfase da frase*, quer dizer, aos elementos estilísticos concernentes às pausas, às alterações rítmicas etc. Embora a notícia (gênero básico da informação) requeira uma redação despersonalizada, o comunicador pode se valer de recursos supra-segmentais estilísticos para transmiti-la com clareza e expressividade;

c) melodia: caracteriza-se pela *seleção de palavras eufônicas*. A construção adequada do texto, em termos de seleção de palavras, é indispensável, de preferência usa-se a forma singular e conjuntos que soem harmonicamente, evitando-se cacofonias do tipo: "por cada", "buscar alho", "uma mão". Enfim, também é fundamental saber quando usar palavra forte, doce, musical ou emocional;

d) sons complementares: consistem em determinados recursos que não se configuram como entrevista, isto é, são os do tipo: declarações e testemunhos que só *ampliam dados*;

e) voz humana, por ser *rica de inflexões e persuasiva*, é capaz de conduzir qualquer tipo de mensagem;

f) no uso da voz, a articulação deve contemplar a clareza, o volume de voz e a intensidade no volume de voz. A forma de falar (dicção, locução) e escrever (seleção de palavras, colocação das frases) constituem o *estilo*, que revela características, tendências e personalidade de quem fala;

g) linguagem do comunicador, seja qual for o estilo, deve [...] atentar para uma formação *adequada* do texto radiofônico. (MUÑOZ & GIL, 1990, p. 57 apud CABELLO, 1995, p. 146-147)

Ainda, para a boa elaboração de um texto radiofônico, é importante que o redator leve em consideração duas normas: a técnico-linguística e a linguístico-gramatical. Pois o texto veiculado pelo rádio ora se apoia em questões mais técnicas, ou seja, técnico-linguísticas, ora na escrita do texto, isto é, na normatividade linguístico-gramatical.

Seguem algumas considerações relevantes sobre as normas técnico-linguísticas inerentes à construção do texto radiofônico, de acordo com Cabello (1995, p. 146):

- a) O uso de caixa alta (ou letras maiúsculas): é aconselhável, em determinadas empresas de radiodifusão, para iniciar nomes próprios de pessoas, em algumas outras emissoras é recomendada para a redação de todo o texto.
- b) A utilização de barras simples (/) e compostas (//), além da pontuação normativa: as barras simples são usadas por algumas emissoras para indicar pausa breve na locução ou o encerramento de cada período do texto; já as barras longas são utilizadas para indicar pausa longa na locução ou o fim do texto.
- c) O uso do recurso *sublinhar* em algumas expressões: é aconselhável utilizar o recurso sublinhar quando no texto aparecerem expressões que provoquem risos ou mais complicadas para alertar o locutor.
- d) A utilização de siglas: só devem ser utilizadas aquelas siglas mais usuais, caso sejam desconhecidas, devem ser escritas por extenso, sendo que após cada uma das letras que compõem a sigla deve aparecer um ponto para separá-las (C.P. I), a menos que deva ser pronunciada como se fosse uma palavra, como a sigla PIB.
- e) A escrita por extenso de numerais: devem ser escritos por extenso os numerais cardinais de “zero” a “nove”; além dos que repetem o mesmo numeral “trinta e três”, por exemplo, aqueles em que o locutor precisa ter certeza do número de zeros (150.000,00) e os numerais de forma mista (vinte e cinco mil 547) para não atrapalhar a locução. Ainda, devem ser redigidos por extenso os numerais ordinais (quinto, sétimo), os numerais que variam de gênero (uma casa), o nome de meses (março, abril) e os numerais que indicam dinheiro (dez mil reais), pesos (quinhentos gramas),

fração (dois oitavos), medidas (dez mil hectares), percentuais (quinze por cento) e numerais com vírgula (sete ponto três). Quanto aos números de telefone, podem ser escritos por extenso ou com espaços (99-69-26-95).

- f) O uso de artigos: é recomendável nos textos veiculados pelo rádio para evitar a monotonia da telegrafia.
- g) A apresentação de informações importantes para a compreensão do ouvinte: o cargo antes do nome da pessoa que o ocupa, o cargo político seguido do partido e do nome da pessoa que o ocupa, da instituição, como, por exemplo, a que desenvolveu a pesquisa, apresentou os dados, etc. e o nome da instituição de maneira simplificada.

Quanto à normatização linguístico-gramatical, para maior eficácia do texto radiofônico, é necessário que o seu produtor leve em consideração alguns fatores pertinentes a esta normatividade. São eles:

- a) construção estilística;
- b) sobriedade;
- c) objetividade;
- d) simplicidade;
- e) concisão;
- f) repetição e
- g) acréscimos estimuladores.

Como explica Cabello (1995, p. 149), em se tratando da estilística, o locutor⁴⁰ tem uma grande parcela de responsabilidade na manutenção do interesse e da atenção do ouvinte durante a transmissão da mensagem. Um bom locutor é capaz até mesmo de tornar partes complexas da informação mais fáceis de compreender. Já a sobriedade é necessária por favorecer “a escolha adequada de palavras e expressões que não sejam chulas, irônicas ou pejorativas [...]. É, ainda, considerar a ética, para não levar a multidão a ações perigosas, já que o rádio exerce grande poder de influência [...]” (CABELLO, 1995, p. 149).

A objetividade contribui para que o texto seja mais bem compreendido e memorizado pelo ouvinte. Enquanto que a simplicidade corresponde à utilização de palavras

⁴⁰ Deriva da palavra latina *locutare* e significa “aquele que fala”. Porém, mais do que falar, o locutor informa, interpreta, convence, dá ritmo, movimento e sentido ao texto.

conhecidas pelo ouvinte ou na explicação de termos técnicos por ele desconhecidos. Na verdade, “o uso de um vocabulário conhecido é mais indicado, por isso, há certas restrições ao uso de estrangeirismos, quando ainda não estiverem na fase de peregrinismo; e de adjetivos, quando forem dispensáveis” (CABELLO, 1995, p. 149). Diante disso, é importante lembrar que a clareza e o entendimento do texto estão diretamente relacionados com a interação existente entre o ouvinte e o texto. Sendo assim, “A complexidade da produção textual cresce, no entanto, à medida que *textos fáceis demais não despertam o interesse* e não prendem a atenção” (CABELLO, 1995, p. 149).

A concisão corresponde a “enxugar o texto”, ou seja, à redução de informações consideradas superficiais, sendo selecionadas apenas aquelas consideradas essenciais. Também “é recomendável a seleção de termos curtos e frases curtas, por concorrerem para o entendimento e a lembrança. Para quebrar a monotonia das frases curtas, a combinação de frases curtas e longas pode ser utilizada” (CABELLO, 1995, p. 149).

Por fim, a repetição de termos dentro do texto radiofônico é bastante importante por possibilitar ao ouvinte resgatar informações importantes apresentadas no decorrer da mensagem. Isso se torna possível através da reiteração de uma palavra, de uma sigla, um nome, etc., “Trata-se, pois, do uso de uma sinonímia, de variação léxica” (CABELLO, 1995, p. 149). E, os acréscimos estimuladores que podem ocorrer a partir da utilização de diversos elementos de informação, isso requer um trabalho sonoplástico adequadamente correlacionado ao texto.

Segundo Kopplin & Ferraretto (1992), existem mais alguns fatores que fazem parte da normatividade linguístico-gramatical, os quais concorrem para a maior eficiência – no nível da emissão e da recepção – do texto radiofônico (cf. CABELLO, 1995, p. 146). Esses teóricos apresentam, assim, o que é recomendável e o que não é recomendável na construção dos textos veiculados pelo rádio.

Não é recomendável:

(1) o uso de pronomes possessivos, por haver a identificação imediata do ouvinte com notícias do tipo: “.../ roubaram *seu* caro.”; (2) o uso de frases negativas, por confundirem o ouvinte e, assim, pairar uma dúvida sobre a informação; (3) o uso de orações intercaladas, por quebrarem o ritmo da frase e por poderem provocar um texto longo, contrariando, pois, a síntese noticiosa; (4) o uso de termos como “ontem”, “manter”, “permanecer” e “continuar”, por diminuírem o impacto da notícia, uma vez que denotam que não há nada de novo [...]; (5) o uso de forma verbal no pretérito mais-que-perfeito, por carregar a idéia do condicional; (6) o uso de forma verbal no gerúndio (por exemplo, na construção “*Sofrendo* pressão do Governador, os professores voltaram às aulas”, o gerúndio atenua o impacto da notícia; com isso, a forma presente, até por dar atualidade à notícia, torna-se mais indicada: “Os professores *sofrem* pressão do governo e *voltam* às aulas.”; (7) o uso

de forma verbal no futuro, exceto quando indispensável e, em vez do futuro simples, deve ser usado o futuro composto, por ser mais coloquial. (CABELLO, 1995, p. 150)

No entanto, é recomendável:

(1) o uso da ordem direta da oração, por ser uma construção mais simples; (2) o uso da voz ativa, uma vez que a voz passiva diminui o impacto da notícia por deslocar o foco de interesse do quem para o quê; (3) o uso do maior número possível de verbos, de preferência, verbos ativos, por facilitarem o entendimento; (4) o uso de verbos dicend/adequados, do tipo: "afirmar", "alertar", "anunciar", "apontar", "citar", "concordar", "considerar", "declarar", "destacar", "dizer", "esclarecer", "explicar", "expor", "lembrar", "mencionar", "propor", "ressaltar", "salientar" etc, para dar maior credibilidade às notícias veiculadas, uma vez que introduzem as palavras do primeiro enunciador por meio de discurso indireto do relatante (narrador/locutor). (CABELLO, 1995, p. 150)

É importante ressaltar que “é preciso não se estabelecer regras muito rígidas, posto que é necessário trabalhar a *criatividade* acima do preestabelecido” (CABELLO, 1995, p. 151). Pois o rádio é uma mídia bastante dinâmica. Nem mesmo a tipologia de programas deve ter muita rigidez, “uma vez que um programa pode ser, ao mesmo tempo, musical e falado, ao utilizar e combinar dois componentes: a música e a palavra, a canção e o radiodrama, quer dizer, ao utilizar e combinar a palavra cantada e a palavra falada” (CABELLO, 1995, p. 150).

2.3 OS GÊNEROS RADIOFÔNICOS

Discutir sobre gênero sempre nos leva a pensar acerca da complexidade da conceituação desse termo. Segundo Todorov apud Barbosa Filho

[...] disporíamos de uma noção cômoda e operante se conviêssemos em chamar de gêneros apenas as classes de textos que foram percebidos como tais no decorrer da história [...]. Os gêneros existem como instituição, verdadeiros modelos de expectativa e de escritura [...]. (TODOROV, 1980, p. 47 apud BARBOSA FILHO, 2009, p. 51-52)

Como ressaltava Barbosa Filho (2009, p. 54), “Bakhtin mostra-se para muitos autores [...] como um dos que melhor trataram a questão de gênero, ainda que ele não tenha

direcionado sua análise para o audiovisual contemporâneo”. Na concepção de Bakhtin⁴¹, “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que chamamos gêneros [...]” (BAKHTIN, 2000, p. 279). Bakhtin ainda acrescenta: “Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível” (BAKHTIN, 1997, p. 302)

Devido à complexidade da noção de gênero e por estarmos nos apoiando para a classificação e definição dos gêneros veiculados pelo rádio em teorias da área da comunicação, nesta pesquisa, sem desmerecermos as grandes contribuições de Bakhtin para os estudos de gêneros, nos apoiaremos na concepção de gênero apresentada por Barbosa Filho (2009).

De acordo com Barbosa Filho,

“os gêneros, relacionados à área de comunicação, podem ser entendidos como unidades de informação que, estruturadas de modo característico, diante de seus agentes, determinam as formas de expressão de seus conteúdos, em função do que representam num determinado momento histórico. Concepção [...] de fundamental importância para pensarmos os gêneros no rádio. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 61)

Diversos pesquisadores de várias áreas do conhecimento, não apenas da área de comunicação, têm se dedicado ao estudo dos gêneros radiofônicos por corresponderem a uma representação concreta da dinâmica da programação do rádio. Na busca pela compreensão dessa realidade da organização dos programas veiculados pelo rádio, torna-se relevante a abordagem conceitual de alguns termos que favorecem a compreensão da noção de *gêneros radiofônicos*. Nesse sentido, a definição de termos como *gênero radiofônico*, *formato radiofônico*, *programa de rádio*, *programação radiofônica* e *produtos radiofônicos* precisam ficar evidentes para evitar que sejam confundidos e utilizados como equivalentes durante as discussões sobre os gêneros que compõem a programação radiofônica.

Para Barbosa Filho (2009), faz-se relevante, principalmente, a distinção entre gênero radiofônico e formato radiofônico para que sejam compreendidos e classificados de forma adequada. Nessa perspectiva, esse autor afirma que

⁴¹ Devido a grande importância dos estudos de Bakhtin para o estudo de gêneros, sugerimos a leitura do livro *Marxismo e filosofia da linguagem* para maior aprofundamento e compreensão da concepção de gênero apresentada por este teórico.

Importante esclarecimento deve ser realizado sobre este transito conceitual, tendo em vista a demarcação de fronteiras entre *gênero radiofônico* e *formato radiofônico* e suas devidas posições no universo da programação sonora, incluindo-se o de *programa de rádio*, *produto radiofônico* e *programação radiofônica*. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 71, grifo do autor)

Os *gêneros radiofônicos* correspondem a uma classificação mais ampla e geral visando atender às expectativas dos ouvintes. Enquanto os *formatos radiofônicos* apresentam um caráter mais restrito da mensagem produzida pelo rádio e se constituem como modelos que podem incorporar programas desenvolvidos no interior dos variados tipos de gêneros radiofônicos.

O *programa de rádio* ou *produto radiofônico* constitui-se como um “módulo básico de informação radiofônica, reprodução concreta das propostas do formato radiofônico, que obedece a uma planificação e a regras de utilização de elementos sonoros” (BARBOSA FILHO, p. 71). Já a programação radiofônica pode ser definida como um grupo de “programas ou produtos radiofônicos apresentado de forma seqüencial e cronológica” (BARBOSA FILHO, p. 71).

No que tange aos estudos sobre os *gêneros radiofônicos*, a maioria dos teóricos se dedicam apenas à compreensão dos gêneros jornalísticos. Diante disso, faz-se relevante a apresentação da divisão de *gêneros radiofônicos* citada por Faus Belau (1973). De acordo com esse autor, os gêneros jornalísticos se dividem em quatro tipos, sendo eles:

- **informação:** tem como finalidade a notícia e a reportagem com o intuito de manter o ouvinte informado dos acontecimentos relevantes na sociedade;
- **documentação:** tem como pretensão emitir informações de cunho cultural, instruir e educar o ouvinte;
- **criação:** objetiva conseguir a uma obra de arte dentro do meio;
- **entretenimento:** busca entreter o ouvinte e servi-lhe de companhia.

Kaplun (1978) também contribuiu significativamente para a classificação dos gêneros radiofônicos, dividindo-os em 12 gêneros distintos:

- **locução ou comunicação:** divide-se em expositiva, crítica e testemunhal;
- **noticiário;**
- **nota ou crônica;**
- **comentário;**

- **diálogo**: pode ser diálogo-didático, radioconselho, ou consultório;
- **entrevista informativa**;
- **entrevista**;
- **radiojornal**;
- **radiorevista, miscelânea ou variedades**;
- **mesa-redonda**: divide-se em mesa-redonda propriamente dita, debate ou discussão;
- **radioreportagem**: pode ser com base em documentos vivos, com base na reconstrução de fatos, relato com montagens;
- **dramatização**: divide-se em unitária, seriada, novela.

Barbosa Filho (2009, p. 89), com base na classificação de gêneros jornalísticos proposta por Melo (1992), apoiado no esquema funcional de Lasswell e Wright, propõe uma classificação para os gêneros radiofônicos vislumbrando a funcionalidade de cada deles a partir das expectativas do ouvinte. Desse modo, elenca-os em: *jornalístico, educativo-cultural, de entretenimento, publicitário, propagandístico, de serviço e especial*.

O gênero jornalístico é “um instrumento que dispõe o rádio para atualizar seu público por meio da divulgação, do acompanhamento e da análise dos fatos. Os seus relatos podem possuir características subjetivas do ponto de vista dos conteúdos” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 89), tendo a possibilidade de incluir opiniões individuais aos fatos expostos para o ouvinte.

O gênero educativo-cultural corresponde a

[...] uma das colunas de sustentação da programação radiofônica nos países desenvolvidos. No Brasil é quase totalmente encoberto no cenário de possibilidades do rádio nacional. A comercialização e conseqüente banalização dos conteúdos dos programas radiofônicos da atualidade não propiciam a criação de projetos que visem instruir e educar por meio do veículo de massa mais popular e de maior penetração na sociedade brasileira. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 109)

Esse tipo de gênero, quando usado adequadamente, é de grande utilidade para a população, uma vez que pode auxiliar as pessoas no exercício da sua cidadania numa nação onde possui um déficit no atendimento a demandas básicas, como a aquisição de um registro civil (cf. BARBOSA FILHO, 2009, p. 110). Nessa direção, Kaplun argumenta que

A educação radiofônica não se restringe às emissões especializadas voltadas à alfabetização e à difusão de conhecimentos básicos, mas implica todas aquelas que procuram a transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comunidade, as que pretendem elevar o nível de consciência, a

reflexão, e converter cada homem em agente ativo da transformação de seu meio natural e social. (KAPLUN, 1978, p. 129)

O gênero de entretenimento, que durante um grande período foi considerado de pouca relevância por ter como característica principal a diversão, atualmente tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores e despertado o interesse de muitos profissionais. Para Barbosa Filho

As características deste gênero ligam-se ao universo do imaginário, cujos limites são intangíveis e causam proximidade e empatia entre a mensagem e o receptor que não podem ser desprezados, sob o preço cruel da perda de contundência na transmissão dos significados de uma determinada informação para o público. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 113)

Quando comparado com os outros gêneros radiofônicos, o gênero de entretenimento destaca-se por se capaz de contemplar mais profundamente a linguagem do rádio. É um gênero que apesar de fazer parte de uma mídia destinada a uma coletividade, consegue alcançar cada ouvinte individualmente. Além disso, permite uma aproximação entre a mensagem transmitida e o seu destinatário. Pois a mensagem é organizada e produzida conforme as especificidades e expectativas de audiência dos ouvintes. Nessa perspectiva, Barbosa Filho (2009) equipara o entretenimento à própria linguagem do rádio, evidenciando que suas contribuições vão desde o real ao ficcional.

Já o gênero publicitário ou comercial caracteriza-se pela utilização do espaço radiofônico para a comercialização de produtos e serviços. Devido a isso, durante muito tempo, o rádio exerceu a importante função de “[...] cenário de experiências vitoriosas, por meio de peças radiofônicas publicitárias” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 122).

Quanto à veiculação do gênero propagandístico, o rádio se apresenta como um meio de comunicação que mais tem veiculado propagandas neste século. Porém, algumas vezes, as propagandas têm revelado um caráter perigoso.

Para Pinho, a propaganda pode ser definida como “[...] o conjunto de técnicas e atividades de informação e persuasão destinadas a influenciar, num determinado sentido, as opiniões, os sentimentos e as atitudes do público receptor” (PINHO, 1990, p. 22). Diante disso, o rádio se constitui como um meio de propagação de ideias, ideais, crenças, princípios, ideologias e doutrinas que, através dos formatos propagandísticos, busca alcançar a sua finalidade que é influenciar as atitudes coletivas.

Nesse contexto, a difusão radiofônica comporta uma diversidade de utilizações capazes de influenciar as atitudes dos destinatários. Como afirma Barbosa Filho,

[...] os serviços internacionais de emissoras oficiais, os partidos políticos, os governos, as guerrilhas por todos os continentes, os grupos religiosos, as comunidades, os grupos minoritários e\ou discriminados, os participantes de movimentos artísticos e dos trabalhadores, difundindo suas idéias por meio das ondas hertzianas. Informação e contra-informação, liberdade de expressão e autoritarismo, eis o oceano de idéias por onde navegam os formatos propagandísticos. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 130-131)

Outro gênero radiofônico apresentado por Barbosa Filho é o gênero de serviços ou produtos radiofônicos de serviço que correspondem a “[...] informativos de apoio às necessidades reais e imediatas de parte ou de toda a população ao alcance do sinal transmitido pela emissora de rádio” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 134-135). Esse gênero se aproxima dos gêneros jornalísticos por ser o suporte da sua programação e ter uma vida curta, uma vez que busca acompanhar a transitoriedade e dinamicidade dos fatos.

Devido à grande relevância desse tipo de gênero, existem emissoras cujas programações privam pela transmissão dos produtos radiofônicos. Como postula Barbosa Filho (2009),

Existem, atualmente, nos grandes centros, emissoras que mantêm uma programação exclusivamente voltada para o serviço. Assim, o ouvinte pode estar sempre atento às mudanças no fluxo do trânsito de sua cidade, às condições meteorológicas, a anúncios de concursos, aos preços dos alimentos, aos espetáculos artísticos em cartaz, aos prazos de vencimento de impostos e taxas etc. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 135)

Para finalizar, o autor discorre sobre o gênero especial que, diferentemente dos outros gêneros, comporta diversas funções simultâneas. Com o objetivo de definir este gênero, o referido autor o classifica de especial

[...] o formato que não possui [...] função específica como os dos outros gêneros, mas, sim, apresenta várias funções concomitantes. A este formato *híbrido* resolvemos atribuir para efeito classificatório a terminologia *especial*, incluindo-o num gênero multifuncional. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 138, grifo do autor)

Esses tipos de *gêneros radiofônicos* propostos por Barbosa Filho (2009) englobam alguns formatos presentes na programação radiofônica, como evidenciamos abaixo:

- **Jornalístico:** nota, notícia, boletim, reportagem, entrevista, comentário, editorial, crônica, radiojornal, debate ou mesa-redonda, programa policial, programa esportivo, documentário jornalístico e divulgação tecnocientífica.

- **Educativo-cultural:** programa instrucional, audiobiografia, documentário educativo-cultural, programa temático.
- **Entretenimento:** programa musical, programação musical, programa ficcional.
- **Publicitário:** espote, jingle, testemunhal, peça de promoção.
- **Propagandístico:** peça radiofônica de ação pública, programas eleitorais, programa religioso.
- **De Serviço:** notas de utilidade pública, programete de serviço, programa de serviço.
- **Especial:** programa infantil, programa de variedades.

Os *gêneros radiofônicos* representam a realidade dinâmica da programação do rádio e tem como funções primordiais, além de atualizar a população sobre os acontecimentos, distrair, ensinar, vender, mostrar ideias e prestar serviço à comunidade. Tem o jornalismo como uma das suas bases de apoio, a partir da veiculação de notícias, reportagens, notas, entre outros. Isso evidencia a relação de interação entre o rádio e o jornal que se dá “[...] de tal forma que há quem considere o rádio apenas como veículo de divulgação dos acontecimentos” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 88).

Como lembra Consani (2007), existem várias tipologias para os gêneros que circulam no rádio, havendo, na verdade, um consenso, apenas, para a nomenclatura *gêneros radiofônicos*. Para esse teórico, por exemplo, os gêneros radiofônicos são organizados nos seguintes subgêneros: *jornalísticos*, *cultural* e *educativo*, *publicitários* e de *entretenimento*. Tais subgêneros são “definidos, assim, por sua finalidade principal, sendo que cada um desses subgêneros comporta outros gêneros” (SILVA, 2009, p. 91-92). É importante ressaltar que os gêneros radiofônicos não devem ser vistos como fechados e estáticos, mas dinâmicos e flexíveis. Pois são construídos a partir das necessidades de comunicação dos seres humanos. Nessa perspectiva, os gêneros, não só os radiofônicos, devem ser considerados como “instituições vivas que evoluem para ajustarem-se às funções próprias das atividades a que servem. E não só evoluir, também desaparecem e surgem outros novos” (SANCHEZ LOPEZ e PAN, 1998, p. 18).

Por não ser objetivo desta pesquisa, não adentraremos nas diferenciações existentes entre as tipologias apresentadas para os gêneros radiofônicos. Seguiremos aqui a classificação apresentada por Barbosa Filho (2009). Entretanto, ao invés de utilizarmos a nomenclatura *formato*, conforme Barbosa Filho (2009), para nos referirmos ao *comentário*, optaremos por usar a nomenclatura *gênero*, como utilizado por Consani (2007), pelo fato de o termo *formato*, na nossa concepção, não permitir que os gêneros radiofônicos sejam vistos

como realmente são: dinâmicos e flexíveis; além de facilitar a compreensão das noções apresentadas sobre o *gênero* jornalístico radiofônico *comentário* e as análises desenvolvidas neste trabalho.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DO GÊNERO COMENTÁRIO

O comentário faz parte do segmento jornalístico e pode ser usado tanto no jornalismo falado quanto escrito. De acordo com Costa, o comentário é

[...] um conjunto de notas ou observações, esclarecedoras ou críticas, expositivas e/ou argumentativas, sobre quaisquer assuntos. São análises, notas ou ponderações, por escrito ou orais, críticas ou de esclarecimento, geralmente curtas, acerca de um texto, um evento, um post de blog, um ato, etc. (COSTA, 2009, p. 72)

O comentário é classificado, segundo Melo (1985), como um gênero jornalístico opinativo, por isso, possibilita ao comentarista apresentar o seu posicionamento de forma explícita. Além disso, “[...] com a independência de que gozam os comentaristas⁴², há plena liberdade para que eles exercitem sua criatividade, demonstrando suas posições enquanto jornalistas e cidadãos” (COELHO, 1992, p. 80).

De acordo com Barbosa Filho (2009, p. 96), a função primordial do comentário centra-se “[...] no seu conteúdo opinativo que sugere conhecimento especializado”.

Melo (2003) lembra que a inserção do gênero comentário no jornalismo brasileiro pode ser considerada recente por ter seu início marcado a partir do ano de 1950, enquanto que nos Estados Unidos o comentário já era uma atividade presente no jornalismo desde muito tempo. Conforme esse mesmo autor, o comentário foi cultivado inicialmente no jornalismo impresso, mas não se limitou a ele, estendendo-se, posteriormente, para o jornalismo televisivo. O comentário também passou a circular nas programações radiofônicas. A princípio, o comentário era bastante carregado de marcas da linguagem escrita; não somente quando era lido, mas também na expressão da oralidade.

⁴² Conforme Melo (2003, p. 112), “[...] o comentarista é geralmente um jornalista com grande experiência e tirocínio, que acompanha os fatos não apenas na sua aparência, mas possui dados sempre disponíveis ao cidadão comum. Trata-se de um observador privilegiado que tem condições para descobrir certas tramas que envolvem os acontecimentos e oferecê-las à compreensão do público [...]. Atua assim como líder de opinião.” Mas, busca, dentro do possível, manter distantes dos acontecimentos. Ainda segundo Melo (2003, p. 112), “[...] seus juízos e apreciações merecem respeito não só dos receptores, mas também dos personagens do mundo da notícia”.

Silva (2009), apoiando-se nos estudos de Melo (2003), afirma que foi no rádio que o comentário teve uma maior expressividade no jornalismo brasileiro contemporâneo, apresentando, assim, “uma linguagem direta e coloquial, embora, ligada à construção verbal mais elaborada” (Silva, 2009, p. 96). No entanto, é

a partir da década de 1990 que o gênero comentário começa a sofrer mudanças mais acentuadas no que se refere ao uso de uma linguagem descontraída, natural e espontânea e à ampliação de seu universo temático. Os comentários jornalísticos que antes abordavam temas sobre economia, política, esporte ganham espaço para questões de saúde, habitação, educação etc. (SILVA, 2009, p. 96)

No radiojornalismo, o comentário possui uma grande relevância, pois consegue criar ritmo e expandir o seu universo sonoro “[...] visto que propicia a presença, por meio do comentarista, de mais uma voz que se acrescenta às já existentes na transmissão” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 95-96). Também, através da utilização de uma linguagem próxima ao ouvinte, possibilita ao receptor se informar e/ou aprofundar seus conhecimentos acerca de fatos ocorridos na sociedade, auxiliando na formação de opiniões, principalmente, aqueles menos informados.

Como afirma Reis (2010, p. 64), “Os comentários usam formas próprias da linguagem coloquial e se dirigem diretamente ao ouvinte”. Nessa perspectiva, o comentário, além de informar, procura “[...] orientar o ouvinte, influir sobre ele e incliná-lo em favor de uma determinada interpretação do fato, considerada justa e correta” (KAPLUN, 1978, p. 135).

Alguns dos comentários veiculados pelo rádio podem ser produzidos antecipadamente, sendo “escritos integralmente ou em forma de notas ou esquemas” (SILVA, 2009, p. 118). É importante lembrarmos que mesmo sendo escritos previamente, os comentários são adequados às peculiaridades do rádio, apresentando, assim, um estilo próprio: “oral-auditivo”.

O comentário ao ser veiculado transmite o posicionamento do seu autor que atua diretamente sobre o ouvinte que pode compartilhar da mesma opinião do comentarista ou, até mesmo, ser levado a mudar de opinião.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE DO *CORPUS*

Neste capítulo apresentamos os critérios de seleção e escolha dos textos que compõem o nosso *corpus*, englobando de forma sucinta informações sobre os comentaristas que os elaboraram. Em seguida, evidenciamos os procedimentos de análise nos quais nos apoiamos para analisar os comentários selecionados. Depois disso, apresentamos a análise do *corpus* a partir dos fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua que a ele se aplicam.

3.1 DETALHAMENTO DO *CORPUS*

Nosso posicionamento, desde o princípio, foi a opção pela análise de textos orais radiofônicos, em função de suas possíveis contribuições para a esfera escolar.

Para seleção do *corpus*, guiamo-nos pela asserção de Cabral, a qual revela que o sentido é “dotado de uma parte que lhe é constitutiva chamada força argumentativa” (CABRAL, 2010, p. 41). Nessa linha de raciocínio, optamos por analisar textos que fossem opinativos, isto é, em que o posicionamento do locutor em relação a determinado tema fosse apresentado de forma explícita a partir da utilização de argumentos; ou seja, que possuíssem elementos de argumentação que lhes conferissem certa força argumentativa e, conseqüentemente, possibilitassem a construção de sentido. Sendo assim, optamos por textos orais radiofônicos classificados como comentário.

Em seguida, fizemos o levantamento dos fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua que pudessem favorecer o resgate do sentido desses textos. Os fundamentos selecionados encontram-se listados abaixo:

- a) construção de blocos semânticos;
- b) encadeamentos argumentativos;
- c) conectores;
- d) articuladores;
- e) organizadores textuais;
- f) análise polifônica de enunciados a partir da Teoria dos Blocos Semânticos.

Depois, partimos para a gravação dos comentários veiculados pela rádio CBN (Central Brasileira de Notícias), no período de 1 a 25 de setembro de 2011. A CBN é uma empresa de radiodifusão pertencente às organizações Globo, fundada em 1º de outubro de 1991, com quatro emissoras próprias e vinte afiliadas espalhadas pelo Brasil. Foi pioneira na implantação do sistema *all news*⁴³ no país

com o conteúdo 100% jornalístico. Aboliu a fórmula da rádio-revista, trazendo um novo conceito ao mercado publicitário, que até então duvidava de uma emissora nos moldes de uma agência de notícia. A CBN cresceu, ganhou credibilidade e formou a maior rede de emissoras jornalísticas do País. (GOMEZ, 2007, p. 57)

Por meio de sua programação, a rádio CBN busca atingir “ouvintes das classes AB, acima de 30 anos, economicamente ativos. É, entre as emissoras de radiojornalismo, a que possui o público ouvinte mais jovem, situados entre a faixa etária de 30 a 49 anos” (GOMEZ, 2007, p. 91). O slogan da CBN “A rádio que toca notícias” traduz um conceito de radiojornalismo que ainda não existia no território brasileiro, iniciado a partir da criação dessa emissora. Com a colaboração de aproximadamente 200 jornalistas, entre repórteres, produtores, editores, âncoras e comentaristas, a CBN traz para os seus ouvintes informações de fatos ocorridos no Brasil e no mundo, com espaço para uma pluralidade de opiniões e crítica do que está por trás dos acontecimentos⁴⁴.

Segundo Ortriwano,

A idéia de colocar em prática uma programação jornalística 24 horas por dia partiu do vice-presidente do Sistema Globo de Rádio, José Roberto Marinho, que, em viagem aos EUA, ficou impressionado com o grande número de emissoras fundamentadas na informação, interessando-se também pelo movimento das rádios locais que ocorreu na Espanha, principalmente na Catalunha. No processo de implantação do projeto, buscando garantir presença nos centros nevrálgicos da vida nacional, a CBN viu-se forçada a transmitir por FM nas praças em que não possuía uma AM. O resultado mostrou-se promissor. E o *jeitinho* não deixou de colaborar: em São Paulo, o Sistema Globo de Rádio amargava uma FM cujos destinos eram incertos pois não encontrava um nicho de atuação. A Rádio X (sim, este o nome fantasia decidido após um “concurso” com a participação do público) passou a retransmitir a programação da CBN (ex-Excelsior), para “ocupar o canal”, a baixo custo. (ORTRIWANO, 2002, p. 82)

Optamos pela rádio CBN por ser uma emissora que traz em sua programação textos de naturezas diversas, com assuntos variados, elaborados por grandes profissionais de

⁴³ Sistema de radiodifusão em que a “informação está presente durante todo o dia e a música, via de regra, surge como informação complementar, não mais como peça de resistência” (ORTRIWANO, 2002, p. 81).

⁴⁴ Informações retiradas do site: <http://cbn.globoradio.globo.com/institucional/historia/HISTORIA.htm>

áreas distintas, além dos jornalistas, e que atende a um público heterogêneo. Ainda por ser uma rádio de reconhecimento nacional e de tradição no radiojornalismo brasileiro.

No período de gravação coletamos um total de dez comentários. Mas, após a escuta e análise, levando em consideração os fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua aqui elencados e os comentários que possuísem maior concentração de marcas de argumentação (para isso levamos em consideração as escolhas linguísticas realizadas pelo locutor, ou seja, a utilização de elementos da própria língua responsáveis por conferir ao texto certa força argumentativa), dos dez comentários, selecionamos três para constituírem o nosso *corpus* final. Esclarecemos que os outros textos analisados, além dos três que compõem o *corpus* da presente pesquisa, também possuíam um certo grau de argumentatividade, porém os três selecionados possuíam um grau maior, isto é, uma maior concentração de marcas de argumentação. Por isso os consideramos com maior força argumentativa, conseqüentemente, optamos por eles.

Abaixo, segue o **Quadro 5** indicando a data de veiculação e a duração de cada um dos três comentários selecionados.

Quadro 5 – Indicação de data de veiculação e duração dos comentários

COMENTÁRIO	DATA DE VEICULAÇÃO	DURAÇÃO
I	01-09-2011	2' 36"
II	15-09-2011	3' 08"
III	23-09-2011	5'08"

Cada um dos três comentários que constituem o *corpus* final desta pesquisa foi produzido por um comentarista diferente da rádio CBN. A opção por comentaristas distintos não teve uma motivação específica. Apenas, durante a seleção dos comentários, buscamos seguir os critérios que estabelecemos para realizarmos a escolha dos textos orais e não repetirmos o mesmo autor, uma vez que não tínhamos como intenção privilegiar os textos de apenas um dos comentaristas. Pois o número de comentaristas que atuam na CBN é bem grande: 25. Foram, então, selecionados comentários de Arnaldo Jabor, Carlos Sandenberg e Lúcia Hipólito com os respectivos títulos: *A crônica da corrupção brasileira*; *Os aeroportos caóticos e o novo ministro perdido*; *Plebiscito para discutir o sistema eleitoral é fundamental*.

Antes de selecionarmos os três comentários que compõem o *corpus* final desta pesquisa, fizemos um levantamento dos comentários analisados a fim de verificarmos qual o tema mais abordado por cada um dos comentaristas nos seus textos. O **Quadro 6** apresenta os resultados obtidos a partir desse levantamento.

Quadro 6 – Temas mais abordados pelos comentaristas da rádio CBN

TEMA	COMENTARISTA
Política	Arnaldo Jabor
Economia	Carlos Sardenberg
Política	Lúcia Hipólito

Abaixo, apresentamos informações que julgamos relevantes sobre cada um desses comentaristas⁴⁵:

- a) **Arnaldo Jabor:** É crítico, cineasta e jornalista carioca, escreve textos abordando temas como política, cultura e fatos cotidianos, além de apresentar crônicas no Jornal da Globo diariamente e comentários de segunda a sexta-feira, às 8h15, pela rádio CBN. Estreou como colunista de O Globo no final de 1995 e mais tarde levou para a TV Globo, no Jornal Nacional e no Bom Dia Brasil, o estilo irônico com que comenta os fatos da atualidade brasileira.
- b) **Carlos Sardenberg:** Jornalista, âncora do programa CBN Brasil, veiculado de segunda a sexta, das 12h às 14h, pela CBN, rede nacional de radiojornalismo. É comentarista econômico dos programas noticiosos da CBN, de segunda a sexta-feira às 7h25 e 18h25, do Jornal das Dez (da Globonews), do Jornal da Globo e da TV Globo. Escreve uma coluna em O Estado de São Paulo, às segundas-feiras, e outra coluna, às quintas-feiras, no jornal O Globo. Mantém um blog no www.gl.com.br.

⁴⁵ Essas informações foram retiradas do site da rádio CBN, do site do jornalista Carlos Sardenberg (<http://www.sardenberg.com.br>) e do blog de crônicas do jornalista Arnaldo Jabor (<http://www.arnaldojabor.blogspot.com.br/>).

Também, mantém o site <http://www.sardenberg.com.br/>, com informações e comentários econômicos.

- c) **Lúcia Hipólito:** Cientista política, historiadora e jornalista, especialista em eleições, partidos políticos e Estado brasileiro. É âncora do CBN Rio e comentarista política da Rádio CBN, onde veicula seus comentários de segunda a sexta-feira às 7h55. Também é autora de vários livros sobre política, dentre os quais “PSD de raposas e reformistas”, publicado pela Editora Paz e Terra e premiado como melhor obra de ciência política pela Anpocs (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais).

Para a transcrição dos comentários, utilizamos as normas de transcrição apresentadas no **Quadro 7**, desenvolvidas por Silva (2007).

Quadro 7 – Normas para transcrição dos comentários radiofônicos

- / Barra oblíqua assinala pausa, sendo que o número de barras aumenta com a duração da pausa.
- // Barras oblíquas assinalam pausas cuja entonação indiquem encerramento de uma proposição afirmativa ou negativa.
- O ponto de interrogação (?) e o ponto de exclamação (!) indicam, respectivamente, entonação interrogativa e entonação exclamativa.
- Letras maiúsculas indicam o início de períodos e nomes próprios.
- Marcação em itálico com a letra inicial maiúscula indica o produtor do texto.
- [...] indica reformulações do produtor quanto ao melhor termo a ser utilizado na sua produção.
- “ ” indicam a fala de um personagem introduzido pelo produtor.
- ‘ ’ indicam o nome da seção do programa em que foi exposto o texto.
- [***] não identificação da palavra pronunciada.

Fonte: SILVA, 2007, p. 99.

Após a transcrição dos três comentários, realizamos as análises a partir dos procedimentos que apresentaremos a seguir, os quais foram elaborados a partir de alguns dos fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua, especialmente da sua terceira fase, Teoria dos Blocos Semânticos, conforme já informamos neste trabalho.

3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para alcançarmos os nossos objetivos, analisamos os comentários selecionados com base nos fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua. A partir desses fundamentos estruturamos os procedimentos de análise que foram organizados em sete etapas:

- 1^a) Construimos o bloco semântico correspondente à ideia central de cada um dos comentários.
- 2^a) Construimos os encadeamentos argumentativos presentes nos comentários a partir do bloco semântico elaborado na etapa 2.
- 3^a) Evidenciamos os modalizadores, articuladores e organizadores textuais, ainda, mostramos a importância de cada um desses elementos para a construção do sentido do texto.
- 4^a) Apontamos os enunciadores que perpassam os comentários.
- 5^a) Levantamos as argumentações internas ao léxico e as argumentações internas aos enunciados.
- 6^a) Apontamos o posicionamento assumido e autorizado pelo locutor diante dos enunciadores.
- 7^a) Explicitamos o posicionamento defendido pelo comentarista em relação ao tema abordado.

A seguir, apresentamos a análise dos comentários radiofônicos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

3.3 ANÁLISE DO *CORPUS*

Apenas para facilitar a compreensão das análises realizadas, nos três textos selecionados, seguiremos os procedimentos na mesma ordem que foram apresentados acima. Pois acreditamos não ser necessário termos uma ordem rígida de procedimentos para conseguirmos fazer a leitura de um texto, seja ela com maior ou menor grau de complexidade.

Por serem textos curtos e, principalmente, por iniciarmos nossas análises a partir da ideia central do texto, apresentamos os comentários transcritos em íntegra. Assim, nossa análise será realizada tomando os textos como um todo e não separando fragmentos isolados de cada um deles para serem analisados.

Apresentaremos toda a análise do comentário que estamos denominando de **TEXTO I**, em seguida apresentaremos o **TEXTO II** e sua respectiva análise até chegarmos à análise do nosso último comentário, **TEXTO III**.

Segue o primeiro comentário:

Amigos ouvintes/ às vezes/ a corrupção no Brasil fica ridícula (!)// Fica mesmo/ além dos dramáticos prejuízos que causam ao dinheiro público(!)// Já tivemos a maravilhosa bacanal do ministro do turismo Pedro Novaes que foi dada num motel com a animada participação de garotas e amigos do peito/ porque sabemos que a amizade é uma das pilastras da política torta do país/ sempre com pretexto fraternal/ fulano é o meu amigo/ companheiro// Fulano é irmão de [***]// Quando se descobriu que a bacanal havia sido paga com verbas do congresso que não precisa de comprovante/ o ministro devolveu a grana e não caiu/ e continua firme no posto mesmo agora em que há vinte e um acusados de delito dentro do ministério do turismo// É ridículo e trágico sabermos que numa época em que o turismo é vital para o país/à medida que se aproxima a copa do mundo /e depois as olimpíadas// O turismo está nas mãos de um ancião que nunca administrou nem um motelzinho! // Mas que soube criar emendas de mais de um milhão de reais para construir uma ponte em uma longínqua cidade do Maranhão/ onde nunca foi nem irá turista algum jamais(!)// Mas não podemos esquecer que Pedro Novaes é da cota de amigos do comandante do atraso do PMDB/ ou seja/ há ministros que caem/ e outros que balançam// balançam// mas ficam de pé por ser um membro da larga estirpe dos senhores feudais do nordeste(!)// Outro caso muito cômico vimos ontem na TV Globo/ no Jornal Nacional fizeram uma reportagem e descobriram que há no nordeste/ principalmente/ quinhentas pontes de viadutos prestes a cair/ corroídas pelo tempo/ pela incúria//A maioria dos estragos está no estado de Alagoas/ alguns mais graves em Murici/ um feudo do PMDB bem conhecido(!)// Questionados pela reportagem/ funcionários do ministério do transporte comunicaram que as pontes podres não estão sendo consertadas porque com as acusações do ministério público/ com o afastamento do Alfredo Nascimento/ resolveram parar com todos os reparos necessários em estradas/ ou seja/ é espantoso(!)// Pois é como se dissessem/ a normalidade do funcionamento do ministério dos transportes foi prejudicado por essas perícias e acusações/ a polícia atrapalhou o funcionamento do ministério/ cortaram a nossa onda(!)// Por isso/ paramos as obras todas(!)// Aliás/ diga-se bem/ não estavam fazendo obra alguma(!)// Por isso amigos/ vemos que a

corrupção no Brasil não é pecado contra as leis de Deus não// Corrupção é uma forma legítima de executar obras públicas(!)//
(TEXTO I – *A crônica da corrupção brasileira*/ Arnaldo Jabor)

Para iniciarmos a análise, construiremos o bloco semântico a partir da ideia central do texto acima. Como lembra Cabral, “quando procedemos às análises de um texto a partir da Teoria dos Blocos Semânticos, priorizamos algum aspecto, como a caracterização de um personagem” (CABRAL, 2010, p. 144). No nosso caso, optamos por levantar o bloco semântico a partir da ideia em torno da qual gira todo o texto, por termos como finalidade resgatar o sentido imprimido pelo locutor nos textos orais- radiofônicos analisados. Pois a Teoria dos Blocos Semânticos “não dá conta de todos os detalhes de um texto, até porque seria um trabalho desmedido tentar levantar os blocos semânticos de todas as palavras contidas nele” (CABRAL, 2010, p. 144-145). Mesmo assim, como evidenciamos neste trabalho, é uma teoria bastante eficaz quanto à construção do sentido dos textos orais radiofônicos aqui analisados.

O **TEXTO I** se organiza em torno da ideia central “Os corruptos no Brasil não estão sendo punidos”, a partir da qual podemos levantar o seguinte bloco semântico: “praticar corrupção- ser punido” que compreende a ideia central como um todo. Esse bloco semântico pode dar origem a alguns encadeamentos argumentativos, como apresentamos abaixo:

- (1)Ele praticou corrupção, logo foi punido.
- (2)Ele praticou corrupção, no entanto não foi punido.
- (3)Ele não praticou corrupção, logo não foi punido.
- (4)Ele não praticou corrupção, no entanto foi punido.

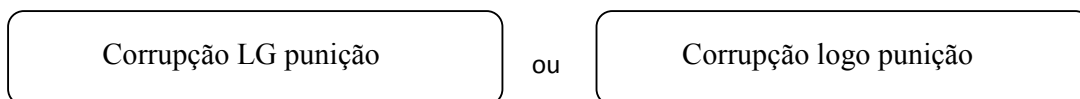
Os encadeamentos argumentativos compreendem dois aspectos, um *normativo* e outro *transgressivo*, que se ligam a regras. Ressaltamos que, assim como Cabral (2010, p. 118), na constituição dos aspectos *normativo* e *transgressivo*, optamos por utilizar os conectores *LG* (logo) e *NE* (no entanto) correspondentes à tradução dos conectores *donc*⁴⁶ e *pourtant*⁴⁷, respectivamente, para evitarmos confusões entre os conectores *pourtant*, representado pela abreviação *PT*, presente na fórmula original da Teoria dos Blocos

⁴⁶ Traduzido como PORTANTO para a Língua Portuguesa.

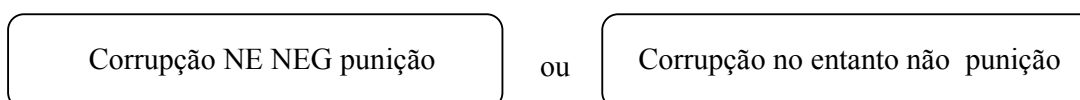
⁴⁷ Traduzido como NO ENTANTO para a Língua Portuguesa.

Semânticos X PT Y, e o conector *portanto* presente na língua portuguesa. Os encadeamentos acima constituem os seguintes aspectos:

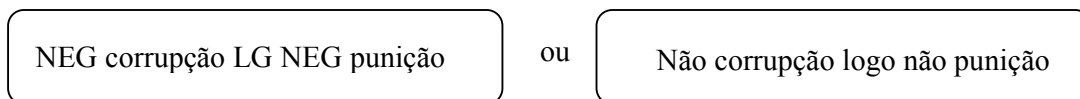
- Encadeamento (1): aspecto normativo



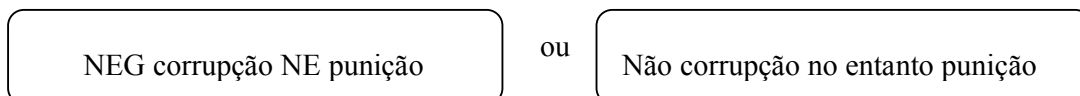
- Encadeamento (2): aspecto transgressivo



- Encadeamento (3): aspecto normativo



- Encadeamento (4): aspecto transgressivo



É importante ressaltar que os quatro encadeamentos acima estão relacionados a um mesmo bloco semântico por corresponderem a um mesmo conteúdo semântico. E, a partir desse bloco semântico, verificamos que o encadeamento (1) reafirma a ideia expressa no Bloco Semântico (“praticar corrupção – ser punido”) gerando a regra⁴⁸ 1, aspecto normal da regra. Já o encadeamento (3) se opõe a ele, gerando a regra 2, corresponde à exceção da regra. Cada uma dessas regras possui dois aspectos: um normativo e outro transgressivo. Sendo que o enunciado (1) corresponde ao aspecto normativo da regra (1) e o enunciado (2) corresponde

⁴⁸ Lembramos que “O aspecto na TBS é preso a uma regra. A regra diz respeito àquelas situações que são aceitas numa comunidade discursiva. Mas Carel traz para a TBS a noção de exceção à regra como sendo algo que também ocorre em uma comunidade discursiva. Assim, toda regra já traria embutida sua própria exceção” (CARNEIRO, 2008, p. 36). Sendo que “A regra forma-se na junção de um bloco + uma qualidade” (CARNEIRO, 2008, p. 36).

ao aspecto transgressivo desta regra. Enquanto que a regra 2 tem como aspecto normativo o enunciado (3) e como transgressivo o enunciado (4).

A partir do bloco semântico (praticar corrupção- ser punido) e dos encadeamentos que acabamos de apresentar, podemos perceber que o locutor do comentário, assimilado por Arnaldo Jabor, argumenta no mesmo sentido do aspecto transgressivo da regra 1 (Praticou a corrupção no entanto não foi punido). E, deixa subentendido para que o ouvinte resgate no seu texto o sentido representado pelo aspecto normativo da regra 1 (Praticou a corrupção, por isso precisa ser punido) e 2 (Se não praticar a corrupção não necessita de punição) para dizer ao ouvinte que no Brasil os corruptos estão ficando impunes, como se não estivessem cometendo nenhum tipo de “pecado”; como estivessem agindo dentro da legalidade. E que se não tivessem praticado a corrupção não precisariam ser punidos.

Ainda, para conduzir a sua argumentação para a direção desejada e construir o sentido pretendido, o locutor recorre a determinadas palavras que conferem certa força argumentativa ao seu comentário. Segundo Ducrot (2001) existem na língua palavras capazes de intensificar, amenizar, diminuir ou inverter a força argumentativa de enunciados. Assim, o locutor “lança mão” de algumas palavras para intensificar ou amenizar alguns termos utilizados no decorrer da sua fala, como mostramos a seguir.

Os termos *dramáticos*, *maravilhosa*, *animada*, *torta*, *longínqua*, *larga*, *muito*, *mais*, *bem*, *podres* presentes no comentário funcionam como modificadores realizantes, uma vez que o adjetivo *dramáticos* atua como um modificador realizante de *prejuízos*, o adjetivo *maravilhosa* intensifica o sentido da palavra *bacanal*, o adjetivo *animada* exerce a função de intensificador em relação a *participação*, *torta* intensifica *política*, *longínqua* modifica de forma intensificadora *cidade*, *larga* exerce uma função intensificadora em relação a *estirpe*, *muito* é um modificador realizante em relação a *cômico*, assim como *mais* é para *graves*, *bem* é para *conhecido* e *podres* em relação a *pontes*.

Esses modificadores servem para aumentar a força negativa ou positiva dos termos aos quais se relacionam, podendo exercer uma ação sobre os predicados fazendo aumentar a sua força argumentativa ou fazendo-a reduzir, como é o caso de *dramáticos* que aumenta a força negativa de *prejuízos*, intensificando o *topos* negativo ligado a *prejuízo*. Dessa forma, *prejuízos dramáticos* tem a mesma orientação argumentativa que *prejuízos*, mas possui uma força argumentativa superior em relação a *prejuízos*. Tais marcas devem ser percebidas durante a leitura/ escuta do texto por conferir a força argumentativa e, conseqüentemente, favorecer o resgate do sentido construído pelo locutor no seu comentário.

Além dos modalizadores, os articuladores e organizadores também são bastante relevantes para a leitura e a reconstrução do sentido do texto, pois, mais do que simples elementos de ligação, direcionam o leitor para a organização temporal dos fatos apresentados no decorrer do texto. Além de favorecerem a orientação argumentativa e, em muitos textos, conduzirem o texto a favor de uma conclusão. Como enfatiza Cabral (2010), esses elementos são bastante importantes para a construção dos sentidos presentes em um texto. Mostramos, a seguir, como os operadores conduzem a organização temporal e direcionam à conclusão desejada pelo locutor.

- *Às vezes* —→ *a corrupção no Brasil fica ridícula*
- *Quando* —→ *se descobriu que a bacanal havia sido paga com verbas do congresso*
- *Continua* —→ *firme no posto*
- *Agora* —→ *em que há vinte e um acusados*
- *Nunca* —→ *administrou nem um motelzinho*
- *Nunca* —→ *foi nem irã turista algum*
- *Jamais* —→ *irá turista algum*
- *Ontem* —→ *na TV Globo no Jornal Nacional fizeram uma reportagem*
- *Descobriram* —→ *que há no nordeste/ principalmente/ quinhentas pontes de viadutos prestes a cair/ corroídas pelo tempo/ pela incúria*
- *Resolveram* —→ *parar com todos os reparos necessários*
- *Paramos* —→ *as obras todas*

A expressão adverbial de tempo *às vezes* marca o início do comentário explicitando que em alguns momentos a corrupção no Brasil é uma coisa ridícula devido à falta de punição dos culpados que saem ilesos da situação, como se estivessem praticado um

ato legítimo, legal. Fica claro que o locutor ao utilizar o organizador temporal *às vezes* deixa explícito que para ele a falta de punição dos corruptos não é uma situação que ocorre constantemente no Brasil, mas em certos momentos apenas. Para dar continuidade, utiliza a conjunção temporal *quando* para delimitar que o ministro só devolveu o dinheiro desviado no momento em que descobriram que a “festinha” feita por ele tinha *sido paga com verbas do congresso* e que nesta ocasião ele poderia ter sido deposto do cargo, punido pela corrupção, mas não foi. Isso fica explícito quando o locutor utiliza o verbo *continua* para dizer que antes o ministro já estava firme no posto e que o fato ter desviado verba do congresso não abalou essa sua estabilidade no cargo, ou seja, que ele ainda está firme no congresso. Em seguida, o locutor utiliza o advérbio temporal *agora* para lembrar que neste momento estão sendo acusados de delitos vinte e uma pessoas dentro do ministério do turismo e que, mesmo estando havendo tais acusações, o ministro continua de pé, como se não tivesse praticado nenhum ato de corrupção. Este advérbio *agora* possibilita ao locutor enfatizar essas acusações não ocorrerem no passado, mas no presente, no agora, e mesmo assim, o ministro ficou de fora.

Para expressar o seu posicionamento em relação à falta de competência do ministro, Arnaldo Jabor utiliza o advérbio *nunca* para introduzir a ideia de que o ministro em nenhum momento da sua carreira atuou como administrador nem mesmo de empreendimentos pequenos, insignificantes, como um simples “motelzinho” para administrar um evento tão grande que é a Copa do mundo. Ao utilizar a palavra- “motelzinho”- no diminutivo, o locutor utiliza da ironia para mostrar como o ministro é incompetente. Dando sequência a esse posicionamento, o locutor mais uma vez recorre ao advérbio *nunca* para informar que foi destinado mais de um milhão de reais para a construção de pontes em cidades onde, em nenhuma época, ou seja, nunca, foi e nem irá nenhum turista. Para reafirmar essa ideia, Jabor encerra essa informação com o advérbio *jámais*, para enfatizar que em momento algum aparecerão turistas para apreciar e usufruir de uma obra tão cara, porém sem relevância alguma.

A fim de situar o ouvinte mais uma vez para a ordem dos acontecimentos apresentados no decorrer do seu comentário, o locutor recorre ao advérbio *ontem* para evidenciar que está relatando um fato que acabou de ocorrer e ser noticiado pela TV Globo, ou seja, ele não está falando de um caso de corrupção ocorrido num passado remoto, mas de um acontecimento muito próximo do hoje, do agora. Após, o locutor usa o verbo *descobriram* para explicitar que, até o momento, não havia sido descoberto que, principalmente no nordeste, existem mais de quinhentas pontes de viadutos podres, prestes a cair, que precisam

de reformas que até agora não aconteceram. Mostrando que esse fato só veio à tona agora, com a reportagem do Jornal Nacional.

Em seguida, o locutor argumenta que os funcionários do ministério do turismo parecem acreditar que as reformas não estão acontecendo por causa das acusações do ministério público direcionadas ao ministério do turismo e devido ao afastamento de Alfredo Nascimento, ex- ministro do turismo do governo Dilma, acusado de superfaturamento de obras. Para isso, usa o verbo *resolveram* que indica que anteriormente, para os funcionários do ministério do turismo, tudo estava funcionando muito bem, só agora é que os reparos necessários foram interrompidos, graças à ação do ministério público e da polícia.

Finalizando a ordem temporal do seu comentário, Arnaldo Jabor utiliza o verbo *paramos* para retomar de forma bastante irônica a ideia expressa anteriormente de que os funcionários do ministério do turismo estão trabalhando sim e que só agora pararam todas as obras que estavam realizando. A seguir, o locutor chama a atenção para o fato de que na verdade eles não estão executando obra nenhuma, como dizem que estão fazendo. Deixando claro que estão praticando a corrupção na realização de obras públicas e agindo como se fosse um ato legal.

Todos esses operadores conduzem fatos apresentados no decorrer do comentário até chegar à conclusão pretendida pelo locutor: **a corrupção no Brasil, às vezes, está sendo tratada como uma prática legítima, legal, e não está havendo punição para os culpados.**

Vejamos agora os articuladores presentes nos enunciados responsáveis pela condução da argumentatividade e, também, do sentido do comentário:

a) *Fica mesmo/ além dos dramáticos prejuízos que causam ao dinheiro público(!)//*

O articulador *além*, presente no enunciado acima, introduz um argumento na direção de que a corrupção no Brasil, algumas vezes, além de ser uma situação vexatória, traz prejuízos enormes ao dinheiro público. Esse articulador (*além*), ao mesmo tempo em que introduz um argumento no enunciado, leva à remissão da informação anterior por também ser responsável pela construção do sentido da ideia introduzida por ele.

b) *Já tivemos a maravilhosa bacanal do ministro do turismo Pedro Novaes que foi dada num motel com a animada participação de garotas e amigos do peito/ porque sabemos que a amizade é uma das pilstras da política torta do país/ sempre com pretexto fraternal/ fulano é o meu amigo/ companheiro// Fulano é irmão de [***]//*

Nesse enunciado, o primeiro argumento, com menor força argumentativa, introduzido pelo articulador *e*, direciona para o seguinte sentido: a “festa particular” dada pelo ministro do turismo num motel, com o dinheiro público, não contou apenas com garotas, mas também com outros políticos, além do ministro. Depois, o locutor utiliza o articulador *porque* que, mais do que apresentar uma explicação, conduz o argumento mais forte na escala argumentativa já que é o principal responsável pela orientação do ouvinte à conclusão desejada pelo locutor. Assim, conduz o ouvinte à ideia de que na política brasileira existem esses ditos “amigos do peito” que participam de ações ilícitas “em consideração ao amigo”, “em nome da amizade” e não por outros motivos, já que no Brasil esse pretexto de amizade é um dos fatores que norteiam a política.

c) Quando se descobriu que a bacanal havia sido paga com verbas do Congresso que não precisa de comprovante/ o ministro devolveu a grana e não caiu/ e continua firme no posto mesmo agora em que há vinte e um acusados de delito dentro do ministério do turismo//

No enunciado acima, o articulador *e* orienta para a conclusão de que o ministro usou verbas do Congresso para fins particulares e, quando devolveu o dinheiro, não foi destituído do cargo, como se não tivesse feito nenhum desvio de verba. O locutor mais uma vez, nesse enunciado, recorre ao articulador *e* que o possibilita introduzir o argumento mais forte, ou seja, o mais relevante, que prevalece sobre o anterior por orientar a argumentação em direção à conclusão desejada. Desse modo, esse argumento defende a ideia de que apesar de ter agido de forma desonesta, ter desviado o dinheiro público, o ministro continua firme no cargo; o que o permite dar ênfase, reafirmar o seu posicionamento e conduzir o ouvinte em direção à conclusão desejada.

d) É ridículo e trágico sabermos que numa época em que o turismo é vital para o país/à medida que se aproxima a copa do mundo /e depois as olimpíadas// O turismo está nas mãos de um ancião que nunca administrou nem um motelzinho! //

O articulador *e* introduz um novo elemento no texto e possibilita ao locutor apresentar o seguinte argumento: numa época tão importante para o país, que é a Copa do Mundo de 2014 e, em seguida, as olimpíadas, o Brasil possui um ministro do turismo sem

competência para administrar eventos tão grandiosos, o que é uma situação bastante preocupante para os brasileiros. Depois, utiliza o articulador *nem* que adiciona mais uma informação ao enunciado e introduz o argumento com maior força argumentativa, ou seja, o mais relevante, de que o ministro do turismo não tem nenhuma experiência em administração nem de empreendimentos irrelevantes, como será capaz de administrar grandes eventos no país.

e) *Mas que soube criar emendas de mais de um milhão de reais para construir uma ponte em uma longínqua cidade do Maranhão/ onde nunca foi nem irá turista algum jamais(!)//*

O locutor inicia esse enunciado com o articulador *mas* para orientar o seu ouvinte para a direção de que o ministro não tem competência para cumprir com as funções que o cargo exige, apenas cria emendas para realizar obras sem importância para a população. Além de instruí-lo a se direcionar ao enunciado anterior para que chegue ao sentido pretendido pelo locutor. Já que o texto radiofônico é bastante dinâmico e, por isso, precisa estar bem organizado para conduzir o ouvinte e direcioná-lo ao sentido que o locutor deseja que ele alcance. Dando sequência, o locutor recorre ao articulador *nem* que, mais do que adicionar um elemento novo ao enunciado, conduz o argumento com maior força argumentativa dentro desse enunciado o qual expressa a falta de relevância da ponte construída pelo ministro, uma vez que não será utilizada ou visitada por nenhum turista. Esse argumento é o mais relevante na escala argumentativa, pois prevalece sobre o anterior e é o principal responsável por orientar o ouvinte para a conclusão desejada pelo locutor .

f) *Mas não podemos esquecer que Pedro Novaes é da cota de amigos do comandante do atraso do PMDB/ ou seja/ há ministros que caem/ e outros que balançam// balançam// mas ficam de pé por ser um membro da larga estirpe dos senhores feudais do nordeste(!)//*

Novamente, o locutor utiliza o articulador *mas* para introduzir mais um argumento e construir o sentido do texto. A partir desse articulador, o locutor argumenta na direção de que o Pedro Novaes, apesar de ter desviado verbas, não será punido porque tem um “amigo do peito” do PMDB. Esse articulador leva o ouvinte a fazer uma remissão a uma informação anterior, conduzindo-o ao sentido pretendido pelo locutor. Em seguida, o locutor utiliza o

articulador *e* para trazer uma informação nova ao comentário e argumentar na direção de que nem todos os ministros que cometem atos ilícitos são punidos, mas apenas alguns. Mais uma vez recorre ao articulador *mas* para complementar a informação anterior e direcionar a sua argumentação no sentido de que alguns ministros, como o Pedro Novaes, podem até ser investigados, no entanto permanecerão inabaláveis no cargo, pois fazem parte do grupo dos senhores feudais do nordeste que não os deixa “cair”. Esse último argumento é o de maior força argumentativa dentro desse enunciado por prevalecer sobre o anterior na escala argumentativa, uma vez que é o argumento mais relevante utilizado pelo locutor para conduzir o seu ouvinte para a conclusão pretendida.

g) Outro caso muito cômico vimos ontem na TV Globo/ no Jornal Nacional fizeram uma reportagem e descobriram que há no nordeste/ principalmente/ quinhentas pontes de viadutos prestes a cair/ corroidas pelo tempo/ pela incúria//

Aqui, o locutor utiliza o articulador *e* para adicionar uma informação nova e, mais do que isso, argumentar na seguinte direção: a precariedade das pontes de viadutos, principalmente no nordeste, é uma prova de que os funcionários do ministério do turismo não estão realizando as reformas necessárias e que foi um fato descoberto e não apenas veiculado pelo Jornal Nacional.

h) Pois é como se dissessem/ a normalidade do funcionamento do ministério dos transportes foi prejudicado por essas perícias e acusações// Por isso/ paramos as obras todas(!)// Aliás/ diga-se bem/ não estavam fazendo obra alguma(!)//

Para conduzir a sua argumentação, nesse enunciado, o locutor utiliza o articulador *como* a fim de levar o ouvinte a uma reflexão da causa apresentada pelos funcionários do ministério do turismo para a paralisação das obras públicas, o que, segundo eles, se deu devido às investigações do ministério público e ações da polícia. Para, logo após, apoiando-se na informação apresentada anteriormente, trazer um argumento com maior força argumentativa, introduzido pelo articulador *aliás* na direção de que, na verdade, os funcionários do ministério do turismo não paralisaram as obras porque não estavam realizando nenhuma obra e que é uma justificativa bastante absurda. Sendo esse o argumento que prevalece na escala argumentativa por ser mais relevante em relação à conclusão a qual o locutor deseja que o ouvinte chegue.

Todos esses argumentos introduzidos pelo locutor no decorrer do seu comentário conferem ao texto uma maior força argumentativa por possibilitarem a ele conduzir todo o seu comentário à conclusão desejada a partir da utilização de vários argumentos, como acabamos de mostrar. Além de possibilitarem a construção do sentido do texto.

Quanto ao posicionamento assumido e autorizado pelo locutor dentro do seu texto, este pode ser identificado a partir dos seguintes enunciados:

Enunciado 1: “Quando se descobriu que a bacanal havia sido paga com verbas do congresso que não precisa de comprovante/ o ministro devolveu a grana e não caiu/ e continua firme no posto mesmo agora em que há vinte e um acusados de delito dentro do ministério do turismo//”

Enunciado 2: O turismo está nas mãos de um ancião que nunca administrou nem um motelzinho! //

Enunciado 3: “Mas não podemos esquecer que Pedro Novaes é da cota de amigos do comandante do atraso do PMDB/ ou seja/ há ministros que caem/ e outros que balançam// balançam// mas ficam de pé por ser um membro da larga estirpe dos senhores feudais do nordeste(!)//”

Enunciado 4: Corrupção é uma forma legítima de executar obras públicas(!)//

A partir desses enunciados, verificamos que o locutor assume o mesmo posicionamento evidenciado no encadeamento (2) que possui um aspecto transgressivo, pois defende a ideia de que “apesar de terem praticado corrupção, alguns dos envolvidos nesta prática não estão sendo punidos”. Além disso, na visão do locutor, a corrupção no Brasil está sendo tratada como uma prática correta e não “um pecado contra as leis de Deus”. Sendo assim, o locutor posiciona-se contra o ponto de vista assumido pelo (E1) que defende a ideia de que corruptos não devem ser punidos e de (E2) de que a corrupção é uma prática legal.

Apoiando-se nos outros enunciadores que perpassam o seu texto para defender o seu posicionamento, a saber:

- E3- o posicionamento de que os corruptos precisam ser punidos;

- E4- o posicionamento de que o ministro do turismo não tem competência para ocupar este cargo;
- E5- o posicionamento de que aqueles que fazem parte do grupo dos senhores feudais do nordeste não são punidos;
- E6- o posicionamento de que está havendo corrupção na execução de obras públicas;
- E7- o posicionamento de que a corrupção não é uma prática correta.

Esses enunciadores, assim como o E1 e E2, assimilados pelo locutor, contribuem para a constituição do sentido do texto que gira em torno do bloco semântico “praticar corrupção – ser punido”. Quanto ao sentido estabelecido no interior do bloco semântico, ele se dá através da interdependência entre componentes dos encadeamentos e não de forma isolada. O sentido estabelecido no interior do comentário pode ser confirmado a partir do levantamento da argumentação interna, ou AI⁴⁹, de “corrupção” e do seguinte enunciado: “(...) *o ministro devolveu a grana e não caiu/ e continua firme no posto mesmo agora em que há vinte e um acusados de delito dentro do ministério do turismo/*”

Pois, a partir do sentido estabelecido pela palavra “corrupção” e do enunciado acima, podemos alcançar o sentido geral pretendido pelo locutor durante todo o comentário – que pode ser expresso no seguinte aspecto:

- AI (corrupção): ato ilegal NE praticam.
- AI (enunciado): desvio de dinheiro público NE tratado com impunidade

Diante disso, é possível resgatar o sentido construído por Jabor no decorrer do seu comentário, o qual expõe o seu posicionamento argumentando de forma geral na mesma direção do bloco semântico “praticar corrupção – ser punido” para criticar a forma como alguns casos de corrupção têm sido tratados no Brasil e, principalmente, da impunidade dos envolvidos. O que evidencia o sentido principal do texto construído pelo locutor: **a corrupção**

⁴⁹ Abreviação que utilizaremos daqui em diante quando estivermos nos referindo à argumentação interna.

no Brasil está sendo tratada, em certos casos, com impunidade e como se fosse uma prática correta, principalmente, quando se trata da execução de obras públicas.

A seguir, apresentamos o **TEXTO II** e sua respectiva análise:

Boa noite Carolina(!)// Boa noite ouvintes da CBN(!)// Deixa eu contar uma história aqui que depois todos perceberão que tem a ver com comentário econômico// eu estava hoje [...] em Foz do Iguaçu e embarcando lá por volta das três horas/ tinha uma longa fila de embarque/ aquela fila pra gente passar na esteira do raio-X// Chegando lá eu vi que só tinha uma esteira// Olhei do lado/ falei caramba(!)/ será que nesse aeroporto aqui [...]/ com tanto turismo internacional/ só tem uma esteira (?)// Aí olhei do lado tinha uma outra esteira de raio-X/ só que estava parada// Aí eu perguntei à funcionária/ éh, por acaso aquela esteira ali ta quebrada(?)// Não não/ aquela está funcionando/ Por que que não ta passando lá(?)// Ah/ porque aquela esteira é para todos voos internacionais// Olhei do lado/ não tem nenhum vôo internacional no momento (!)// Éh/ mas tem vôo internacional hoje// Então/ resultado/ uma longa fila/ um por um passando ali na esteira dos vôos nacionais e a esteira dos vôos internacionais ali do ladinho/ ali do ladinho/ é/ parada/ e um funcionário ali do lado sem fazer nada// Bom/ é óbvio que se trata de uma gestão horrorosa e quando você olha o aeroporto de Foz do Iguaçu é uma catástrofe(!)// Pequeno/ acanhado/ lotado/ ineficiente, né(?)// E isso numa cidade que é um dos principais centros turísticos/ éh/ do Brasil e da América do Sul todinha // Não é pouca coisa [***]// Bom/ aí eu conversei com um funcionário/ com gente lá da cidade [***] eles disseram que há uma mobilização na cidade [...] para fazer um projeto [...] de aeroporto que [***] financiamento etc// Aí bom/ aí como é que faz (?)// A INFRAERO é que vai construir(?)// “ Éh, isso é que é o problema/ porque a gente vai fazer o projeto / mas [...] se a gente passar pra INFRAERO/ é evidente que vai demorar (!)”// Por que que não privatiza/né (?)// Ah/ mas a INFRAERO num gosta de privatização”// Foi o que me disse um dos empresários envolvidos/ éh/ nessa história// E aí/ pulando para Brasília nós temos a nomeação de um novo ministro do turismo que não tem nada a ver com o setor/ com a área que substitui um outro que não tem nada a ver com a área/ e o novo ministro diz o seguinte/ “olha/ minha prioridade é a copa(!)// É óbvio que a copa é prioridade(!)// Mas parece que não é a prioridade da presidente/ éh/ Dilma Rousseff// Por que se fosse prioridade o ministério do turismo teria que ser entregue a um quadro extremamente/ éh/ competente nessa área/ né (?)// Que tem que mobilizar né (?)// éh/ setores/ por exemplo [...] diversos setores pra conseguir essas modificações todas// Então/ ta aí óh/o quadro que acontece hoje na política e na economia/ brasileira (!)// É isso/ Carolina/ até mais (!)//
(Os aeroportos caóticos e o novo ministro perdido- Carlos Sardenberg)

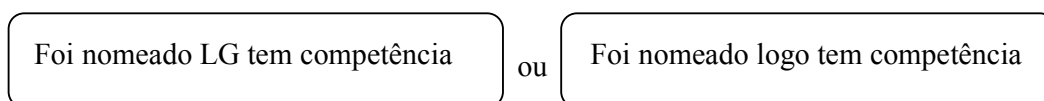
Esse texto gira em torno da ideia de que “o novo ministro do turismo nomeado para o cargo não possui competência na área para resolver os problemas relativos a este setor”. A partir desta ideia central, assim como procedemos na análise anterior, podemos

levantar um bloco semântico capaz de concentrar a ideia central do comentário em questão. Desse modo, podemos levantar o seguinte bloco semântico: “ser nomeado- ter competência”. A partir desse bloco semântico é possível construir mos alguns encadeamentos:

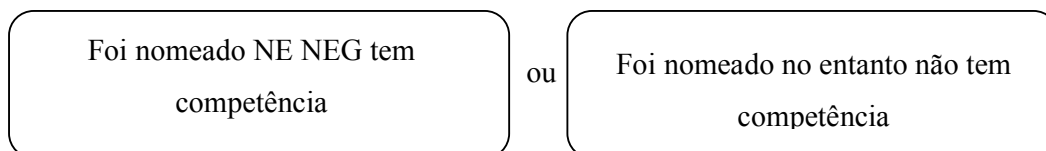
- (1) Foi nomeado pela presidente, logo tem competência.
- (2) Foi nomeado pela presidente, no entanto não tem competência.
- (3) Não foi nomeado pela presidente, logo não tem competência.
- (4) Não foi nomeado pela presidente, no entanto tem competência.

Os encadeamentos acima possuem os seguintes aspectos:

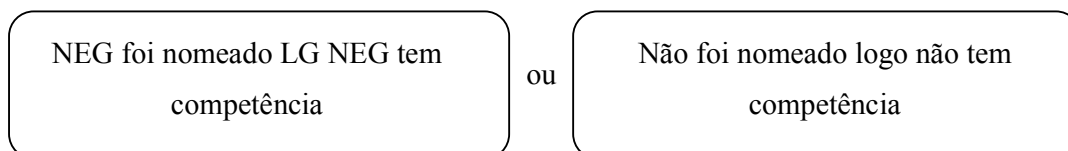
- Encadeamento (1): Normativo



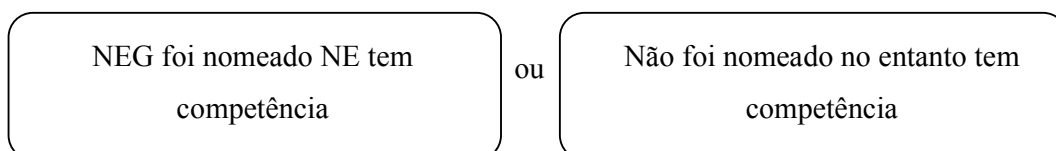
- Encadeamento (2): Transgressivo



- Encadeamento (3): Normativo



- Encadeamento (4): Transgressivo



Analisando os encadeamentos acima, verificamos que o encadeamento (1) confirma a ideia expressa pelo bloco semântico “ser nomeado- ter competência” gerando a regra 1, enquanto que o encadeamento (3) é contrário a ele, gerando a regra 2. Sendo que a

regra (1) tem como aspecto normativo o enunciado (1) e como transgressivo o enunciado (2). Já o encadeamento (3) corresponde ao aspecto normativo da regra 2 e o enunciado (4) ao aspecto transgressivo desta mesma regra.

Com base no bloco semântico (“ser nomeado- ter competência”) e nos encadeamentos apresentados acima, podemos afirmar que o locutor do comentário, assimilado por Carlos Sardenberg, conduz a sua argumentação na mesma direção do aspecto transgressivo da regra 1 (Foi nomeado no entanto não tem competência). Deixando bastante evidente no seu comentário que o novo ministro do turismo nomeado pela Presidente Dilma não tem nenhuma competência na área. Assim como acontece no **TEXTO I**, neste comentário o locutor também deixa algumas ideias subentendidas que precisam ser resgatadas pelo ouvinte para construir todo o sentido do texto. Desse modo, o locutor deixa implícito no seu comentário a mesma ideia expressa no aspecto normativo tanto da regra 1 (Foi nomeado porque é competente) quanto da regra 2 (Não será nomeado aquele que não tiver competência): *a Presidente deveria levar em consideração a competência na área para nomear os seus ministros*. E, a partir disso, dizer para o seu ouvinte que essa não parece ser a lógica de Dilma para nomear ministros, como o do turismo, uma vez que ele não tem competência para atuar neste setor, o que vem gerando problemas, como a situação do aeroporto de Foz do Iguaçu relatada no seu comentário.

Do mesmo modo que o locutor do **TEXTO I**, Sardenberg também recorre durante o seu comentário a certas palavras que possibilitam aumentar a força argumentativa do seu texto, defender o seu ponto de vista e, conseqüentemente, favorecer a construção de sentido. São elas: *longa, horrorosa, pequeno, acanhado, lotado, ineficiente e extremamente*. Essas palavras funcionam como modificadores realizantes por intensificarem o sentido do termo ao qual faz referência. Sendo assim, o adjetivo *longa* é responsável por intensificar o sentido da palavra *fila*, o adjetivo *horrorosa* exerce a função de modificador realizante de *gestão*, os adjetivos *pequeno, acanhado, lotado e ineficiente* intensificam o sentido negativo expresso pelo locutor em relação ao *aeroporto de Foz do Iguaçu*, bem como o advérbio *extremamente* que intensifica o termo *competente*.

Todos esses modificadores, exceto *extremamente* que aumenta a força positiva do termo *competente*, aumentam a força negativa dos termos aos quais se referem e, conseqüentemente, a força argumentativa. Como exemplo, temos a palavra *horrorosa* que aumenta a força negativa do termo *gestão*, intensificando, assim, o topos negativo ligado a esta palavra. Nesse sentido, *gestão horrorosa* e *gestão* têm a mesma orientação argumentativa, entretanto, *gestão horrorosa* apresenta uma maior força argumentativa.

Quanto aos elementos que conduzem a orientação temporal do texto, verificamos que o locutor utiliza alguns termos e expressões para marcar a organização temporal dos fatos e direcionar o ouvinte do início até o final do comentário e, inclusive, à conclusão desejada. É o que evidenciaremos a seguir:

- *Hoje* —→ *eu estava em Foz do Iguaçu*
- *No momento* —→ *não tem nenhum voo internacional*
- *Hoje* —→ *tem voo internacional*
- *Temos* —→ *a nomeação de um novo ministro do turismo*
- *Hoje* —→ *na economia e na política brasileira*

O termo *hoje* é o primeiro organizador temporal utilizado pelo locutor para situar o seu ouvinte de quando ocorreu o fato que ele irá relatar. Fato esse de extrema importância para a compreensão de todo o restante do comentário. Esse organizador (*hoje*) permite ao locutor, na sua fala, evidenciar que acabou de presenciar o mau funcionamento do aeroporto de Foz do Iguaçu, ou seja, que está relatando uma situação muito recente, que acabou de ocorrer e representa a atualidade do referido aeroporto. Em seguida, utiliza a expressão *no momento* para dar continuidade ao seu comentário e argumentar no sentido de que mesmo diante da longa fila de embarque a esteira para vôos internacionais estava parada, um funcionário sem fazer nada e, mesmo assim, a esteira não pôde ser utilizada para “desafogar” a de vôos nacionais. Sendo que naquela hora a esteira para vôos internacionais não estava nem iria ser utilizada.

Para mostrar ao ouvinte qual foi a justificativa de uma funcionária do aeroporto para o fato de não poder utilizar naquele momento a esteira de vôos internacionais para atender aos embarques nacionais, o locutor utiliza outra vez a palavra *hoje* deixando bem claro que os vôos, segundo a funcionária, aconteceriam neste mesmo dia, ou seja, *hoje*. E, construindo a sua argumentação no sentido de que naquele momento não estava acontecendo vôo algum e que a fila continuou longa e o problema sem ser resolvido.

Dando continuidade, o locutor utiliza o verbo *temos* que traz a ideia de um acontecimento presente que é a nomeação do novo ministro do turismo que não tem nada a ver com a área, argumentando na direção: problemas como o do aeroporto de Foz do Iguaçu não é uma preocupação do despreparado ministro, já que, segundo ele, a sua prioridade é a Copa do Mundo. Finalizando o seu comentário, o locutor utiliza mais uma vez o termo *hoje* para deixar bem claro que tudo o que acabou de dizer corresponde à atual situação da política e da economia brasileira.

Esses elementos, assim como os modalizadores, são de grande importância para a construção de sentido do texto, pois também colaboram para a condução dos argumentos apresentados pelo locutor e para a sequência das ideias apresentadas no decorrer do seu comentário. Como mostrado na análise anterior, evidenciaremos abaixo os articuladores textuais responsáveis por favorecer a construção da argumentatividade e do sentido desse comentário.

a) *Chegando lá eu vi que só tinha uma esteira//*

O articulador *só*, utilizado nesse enunciado, conduz um argumento apresentado pelo locutor na direção de que não havia mais de uma esteira funcionando no momento do embarque, apesar de toda a demanda no aeroporto para vôos nacionais.

b) *Olhei do lado/ falei caramba(!)/ será que nesse aeroporto aqui [...] / com tanto turismo internacional/ só tem uma esteira (?)//*

Mais uma vez o locutor recorre ao articulador *só* para argumentar no sentido de que é um absurdo ter apenas uma esteira funcionando naquele momento em que há a necessidade de se ter mais de uma funcionando para atender aos embarques nacionais. É como se estivesse dizendo ao seu ouvinte: *não acreditei no que estava vendo*.

c) *Aí olhei do lado tinha uma outra esteira de raio-X/ só que estava parada//*

Nesse enunciado, o locutor utiliza o articulador *só que* para introduzir um argumento contrário à ideia que acabou de apresentar, direcionando a sua fala no sentido de que o problema não era que no aeroporto tinha apenas uma esteira, na verdade tinha duas, mas

apenas uma estava funcionando, ou seja, uma estava simplesmente parada. E, assim, direcionar o seu ouvinte à conclusão desejada.

d) Então/ resultado/ uma longa fila/ um por um passando ali na esteira dos vôos nacionais e a esteira dos vôos internacionais ali do lado/ ali do lado/ é/ parada/ e um funcionário ali do lado sem fazer nada//

No enunciado acima, o locutor recorre ao articulador *e* para, além de adicionar um novo elemento no seu texto, introduzir mais um argumento para mostrar que apesar da fila da esteira de vôos nacionais estar longa, a esteira de vôos internacionais estava ali ao lado parada e poderia estar funcionando para atender aos embarques nacionais e agilizar o processo. Em seguida, utiliza mais uma vez o articulador *e* para introduzir um novo argumento com maior força argumentativa o qual prevalece sobre o argumento anterior em relação à conclusão pretendida pelo locutor e conduz o ouvinte à ideia de que além da esteira para vôos internacionais não está sendo utilizada naquele momento para embarques, ainda havia um funcionário ao lado, em pé, sem fazer nada, o qual podia também atender aos embarques nacionais e reduzir a fila dos vôos domésticos.

e) Bom/ é óbvio que se trata de uma gestão horrorosa e quando você olha o aeroporto de Foz do Iguaçu é uma catástrofe(!)//

Novamente, o locutor recorre ao articulador *e* para trazer um argumento que o possibilita mostrar ao ouvinte qual é a situação do aeroporto de Foz do Iguaçu neste momento. Assim, através do seu ponto de vista, busca informar ao ouvinte e fazê-lo construir mentalmente a imagem da situação caótica em que se encontra o referido aeroporto.

f) // E isso numa cidade que é um dos principais centro turísticos/ éh/ do Brasil e da América do Sul todinha //

Outra vez o locutor utiliza o articulador *e* para evidenciar ao ouvinte que tudo isso que ele está relatando não está acontecendo em uma cidade qualquer, mas numa cidade brasileira considerada como um dos mais importantes centros turísticos do país. Dando sequencia ao seu comentário, o locutor recorre mais uma vez ao *e* para trazer um argumento

mais forte na direção de que essa cidade onde o aeroporto é uma catástrofe não é apenas um dos principais centros turísticos do Brasil, mas de toda a América Latina, ou seja, uma cidade de tanta importância para o turismo não só nacional, mas também internacional, está com um aeroporto nessa situação.

g) *E aí/ pulando para Brasília nós temos a nomeação de um novo ministro do turismo que não tem nada a ver com o setor/ com a área que substitui um outro que não tem nada a ver com a área/ e o novo ministro diz o seguinte/ “olha/ minha prioridade é a copa(!)//*

No enunciado acima, o locutor utiliza mais uma vez o articulador *e* para introduzir seus argumentos. No primeiro caso esse articulador introduz o argumento de que o caos no aeroporto de Foz do Iguaçu está relacionado com a nomeação do novo ministro do turismo que, assim como o anterior, não tem competência nessa área. E, no segundo, o locutor utiliza o articulador *e* para mostrar que o novo ministro está afirmando que a sua prioridade é a Copa do Mundo, mas que isso ele nem precisava dizer, tem que ser prioridade mesmo. E, assim, introduzir o argumento mais forte dentro desse enunciado o qual prevalece sobre o argumento anterior por ser o principal responsável por conduzir o ouvinte até a conclusão a qual o locutor espera que ele chegue.

h) *Mas parece que não é a prioridade da presidente/ éh/ Dilma Rousseff//*

O articulador *mas*, nesse enunciado, direciona a argumentação do locutor no sentido de que a Presidente Dilma não vê a Copa como uma prioridade. Sendo que para compreender esse enunciado, é necessário fazer uma remissão ao anterior para alcançar o sentido pretendido pelo locutor.

i) *Porque se fosse prioridade o ministério do turismo teria que ser entregue a um quadro extremamente/ éh/ competente nessa área/ né (?)//*

Para complementar a ideia do enunciado anterior e direcionar o ouvinte para a conclusão do comentário, o locutor utiliza o articulador *porque* para, mais do que explicar o que acabou de dizer, mostrar ao ouvinte que se Dilma tivesse a Copa do Mundo como

prioridade não teria nomeado um ministro sem competência na área, mas conhecedor da área do turismo.

A partir dos argumentos utilizados, verificamos que o posicionamento assumido e autorizado pelo locutor pode ser evidenciado a partir do enunciado:

Enunciado 1: E aí/ pulando para Brasília nós temos a nomeação de um novo ministro do turismo que não tem nada a ver com o setor/ com a área que substitui um outro que não tem nada a ver com a área/ e o novo ministro diz o seguinte/ “olha/ minha prioridade é a copa(!)//

Dentro do comentário, podemos observar que o locutor assume o posicionamento expresso no encadeamento (2), de aspecto transgressivo, uma vez que defende a ideia de que o novo ministro do turismo nomeado por Dilma não possui competência para assumir o cargo. Desse modo, o locutor posiciona-se de maneira contrária ao ponto de vista assumido por Dilma (E1) que acredita na competência do novo ministro, caso contrário não havia o nomeado. E, apoia-se nos seguintes enunciadores:

- E2- o posicionamento de que o aeroporto de Foz do Iguaçu está caótico.
- E3- o posicionamento de que ministro do turismo não tem conhecimento na área.
- E4- o posicionamento de que Dilma nomeou um ministro despreparado.
- E5- o posicionamento de que o ministério do turismo precisa de um ministro competente.
- E6- o posicionamento de que a Copa do Mundo não é prioridade para a Presidente.

Os enunciadores apresentados, assimilados pelo locutor, favorecem a construção do sentido do texto que gira em torno do bloco semântico “ser nomeado- ter competência”. Sendo que o sentido estabelecido no interior do bloco semântico pode ser confirmado a partir do levantamento da argumentação interna da palavra “competente” e do enunciado “E aí/ pulando para Brasília nós temos a nomeação de um novo ministro do turismo que não tem nada a ver com o setor/ com a área que substitui um outro que não tem nada a ver com a área/e o novo ministro diz o seguinte/ “olha/ minha prioridade é a copa(!)//”.

A argumentação interna de “competente” e do enunciado acima podem ser expressas a partir dos seguintes aspectos:

- AI (competente): preparado LG apto para o cargo
- AI (enunciado): falta de preparo LG NEG- assumir o cargo

Diante disso, verificamos que Carlos Sardenberg apresenta o seu ponto de vista argumentando, de forma geral, na mesma direção do bloco semântico “ser nomeado- ter competência” para criticar a nomeação do novo ministro do turismo pela Presidente Dilma, uma vez que ele não possui conhecimento nesta área. E, para dizer que esse setor precisa de pessoas bastante competentes na área.

Abaixo apresentamos o **TEXTO III**, em sequência a análise:

(Participação do âncora do Jornal da CBN: Milton Jung, no comentário-suprimida) // Bom dia, Milton/Bom dia ouvinte da CBN (Âncora do Jornal da CBN: Milton Jung) Eu acho fundamental/ Milton/ Eu acho importantíssimo//Você se lembra do plebiscito de noventa e três(?)/ (Participação do âncora do Jornal da CBN: Milton Jung, no comentário-suprimida)// Pois então/ o que que [...] se perguntou ao eleitorado brasileiro(?)// Qual era o sistema de governo sob o qual nós gostaríamos de viver// Não foi isso(?)// (Participação do âncora do Jornal da CBN: Milton Jung, no comentário- suprimida) E nós escolhemos a república e o presidencialismo// Então/ na hora que os políticos estão querendo mudar o sistema eleitoral/ é fundamental que se pergunte ao eleitor qual é o sistema sob o qual ele quer eleger o seu representante isso/isso é democracia// Isso é capital para a democracia porque discute-se naquele universo paralelo/ que é o Congresso Nacional// Por exemplo financiamento público de campanha/ a última vez que isso foi perguntado numa dessas pesquisas de intenção de voto ou de satisfação do cidadão eu não me lembro mais/ Milton/ setenta e quatro por cento dos entrevistados disseram que não querem financiamento público de campanha(!)// E no entanto/ estão tentando enfiar pela goela abaixo do eleitor o financiamento público// Por que isto (?)// Por que o PT está com essa [...]obsessão(?)// Por que o mensalão vai ser julgado no Supremo Tribunal Federal o ano que vem // Então/ como os petistas e o ex-presidente Lula à frente estão querendo convencer que foi apenas um crime de caixa dois/ embora o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos tenha dito que caixa dois é coisa de bandido// Mas eles querem convencer que o pagamento por apoio/ o pagamento [...] de festa/ [...] de garotas de programa/[...]de verba[...]/ [...] de mesada pra deputado não existiu/ foi apenas pagamento de dívida de campanha// Então todos os males estão no financiamento privado// Tá aí essa insistência do PT em querer financiamento público/ mas o eleitor quando perguntaram a ele se ele queria financiamento público/ ele disse que não queria// (Participação do âncora do Jornal da CBN: Milton Jung, no comentário- suprimida) Evidente/ evidente// Outra coisa/ a lista fechada / a última vez que se perguntou também numa pesquisa dessas para o eleitor/ setenta e dois por cento recusaram a lista fechada Milton// No entanto/ estão insistindo com esta história de lista fechada/ ora/ isto é desconhecer

inteiramente [...] o desejo do eleitor // Aquela história o povo é apenas um detalhe/ ora/ é preciso ouvir o eleitor// Então esse projeto [...] é uma proposta do deputado Ivo Teixeira é capital para a democracia(!)// O sistema eleitoral brasileiro faliu (!)// Ele não reproduz mais as suas virtudes / ele só reproduz seus defeitos (!)// Tá na hora de mudar(!)// Isso acontece em muitos lugares do mundo// Nenhum sistema eleitoral é perfeito para todos os países/ em todos os tempos// Tem uma hora que passa a reproduzir os vícios e não mais as virtudes// Tá na hora de mudar(!)// não existe [...] o menor problema(!)// O Japão fez o plebiscito/ mudou o seu sistema eleitoral// A Nova Zelândia/ em noventa e quatro mudou seu sistema eleitoral// A Itália era proporcional passou pra misto todo o seu sistema eleitoral// Isso existe(!)// A Inglaterra desde o final da segunda guerra ta discutindo também a mudança do sistema eleitoral// A Alemanha/ eu tive na Alemanha conversando com políticos alemães/ eles não querem mais o sistema misto// Eles querem um [***] porque eles acham que o voto proporcional é o caminho para a corrupção// É claro (!)// A vida dos países é dinâmica/ o sistema eleitoral também// É justo/ é razoável que o Brasil tenha esgotado o seu sistema eleitoral/ o que não é razoável é enfiar pela goela abaixo do eleitor um sistema eleitoral que o eleitor primeiro/ não sabe como funciona e segundo/ talvez não queira (Âncora do Jornal da CBN: Milton Jung) // Exato(!)// Todo mundo mostra a sua cara e diz o quê que é/ explica pro eleitor todos os dados disponíveis para fazer uma escolha// (Participação do âncora do Jornal da CBN: Milton Jung, no comentário- suprimida) (*sistema eleitoral é fundamental* - Lúcia Hipólito)

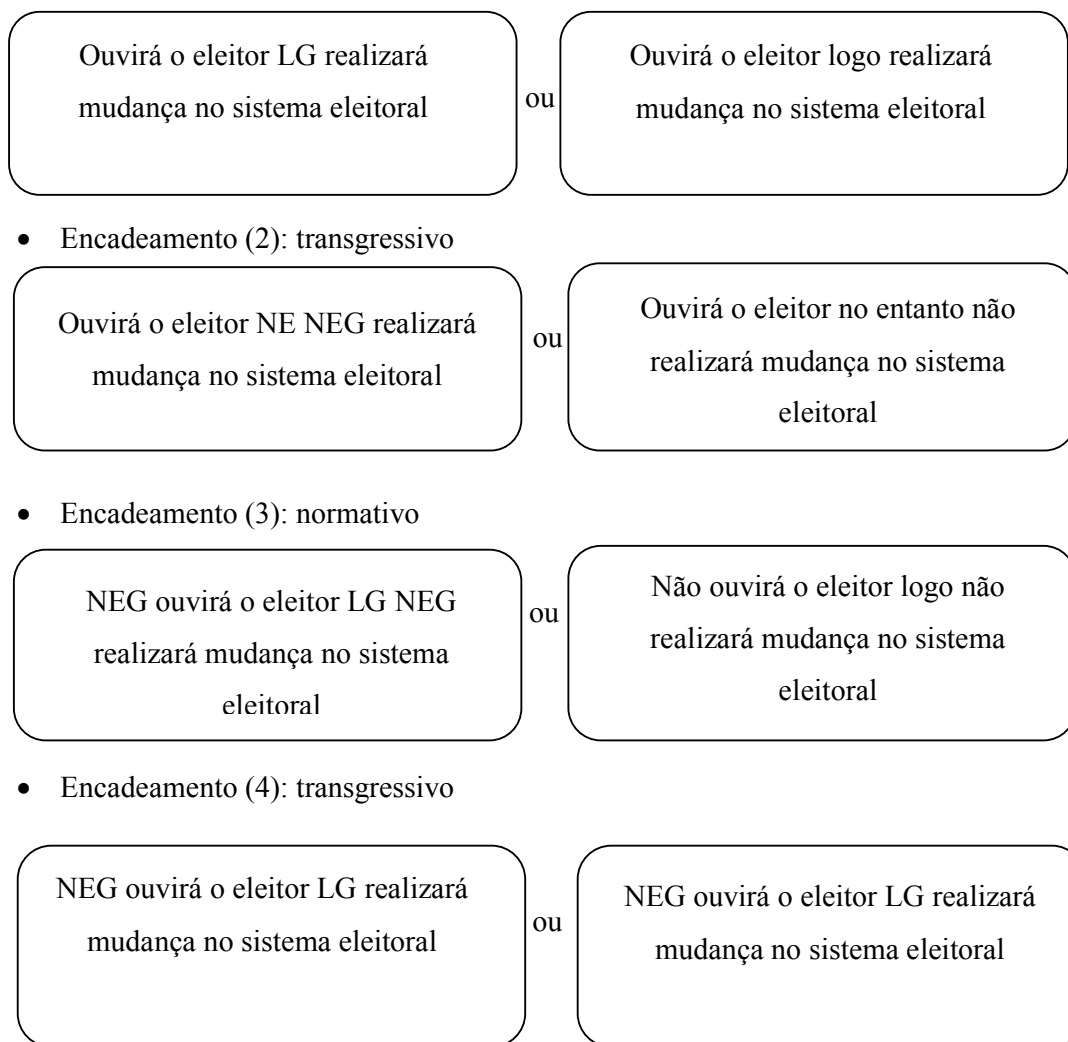
Esse texto se estrutura em torno da ideia central “os eleitores precisam ser consultados antes de serem realizadas mudanças no sistema eleitoral”. A partir dessa ideia, podemos levantar o bloco semântico “ouvir o eleitor- realizar mudanças no sistema eleitoral”, o qual direciona a argumentação geral do comentário no sentido de que a mudança no sistema eleitoral só deve ocorrer após o eleitor ser consultado sobre qual o sistema ele quer para eleger os seus representantes.

Com base nesse bloco semântico, podemos levantar alguns encadeamentos:

- (1) Ouvirá o eleitor, logo realizará mudança no sistema eleitoral.
- (2) Ouvirá o eleitor, no entanto não realizará mudança no sistema eleitoral.
- (3) Não ouvirá o eleitor, logo não realizará mudança no sistema eleitoral.
- (4) Não ouvirá o eleitor logo realizará mudanças no sistema eleitoral.

Esses encadeamentos constituem os aspectos abaixo:

- Encadeamento (1): normativo



Analisando esses encadeamentos, percebemos que o encadeamento (1) reafirma a ideia construída a partir do bloco semântico “ouvir o eleitor- realizar mudanças no sistema eleitoral” levantado anteriormente, gerando a regra 1. Já o enunciado (3) se opõe a ele gerando a regra 2. De modo que a regra 1 tem como aspecto normativo (que também pode ser entendido como aspecto positivo da regra) o enunciado (1) e como transgressivo (que pode ser compreendido como o aspecto negativo da regra) o enunciado (2). Enquanto que a regra 2 tem como aspecto normativo o enunciado (3) e transgressivo o enunciado (4).

Do mesmo modo como acontece nos dois textos anteriores, o locutor desse texto também “lança mão” de alguns termos para aumentar a força argumentativa do seu comentário e favorecer a construção de sentido. Dessa forma, utiliza as seguintes palavras: *apenas*, *menor*, *apenas* e *muitos* que funcionam como modalizadores da palavra *crime* e *problema*, das expressões *pagamento de dívida* e *lugares do mundo*, respectivamente. Sendo

que *muitos* é um modalizador realizante por intensificar a expressão *lugares do mundo* enquanto que *menor* funciona como um modificador desrealizante por amenizar o sentido negativo de *problema*, ou seja, reduzir o topos negativo destas palavras. Quanto a *crime e pagamento de dívidas* percebemos que o locutor utiliza de forma irônica o termo *apenas* para mostrar que os políticos do PT estão querendo amenizar a força negativa em relação ao mau uso do dinheiro destinado para campanha, como se não tivessem feito nada demais. Assim, verificamos que *muitos lugares do mundo* e *lugares do mundo*, por exemplo, possuem uma mesma orientação argumentativa, no entanto, *muitos lugares do mundo* possui uma força argumentativa maior que *lugares do mundo*.

Da mesma maneira que procedemos na análise dos textos anteriores, mostraremos, abaixo, quais foram os marcadores linguísticos utilizados pelo locutor desse comentário para marcar a organização temporal dos fatos no decorrer do seu comentário e, conseqüentemente, constituir seu sentido.

- *Estão querendo* —> *mudar o sistema eleitoral*
- *Última vez* —> *que isso (sobre financiamento público de campanha) foi perguntado*
- *Estão tentando* —> *enfiar pela goela abaixo do eleitor o financiamento público*
- *O ano que vem* —> *o mensalão vai ser julgado no Supremo Tribunal Federal*
- *Quando* —> *perguntaram a ele se queria financiamento público*
- *A última vez* —> *que se perguntou também numa pesquisa dessas para o eleitor 72% recusaram a lista fechada*
- *Estão insistindo* —> *com a história de lista fechada*
- *Faliu* —> *o sistema eleitoral brasileiro*
- *Mudou* —> *o seu sistema eleitoral (o Japão)*
- *Mudou* —> *seu sistema eleitoral (a Nova Zelândia em noventa e quatro)*

- *era* → *proporcional passou pra misto todo o seu sistema eleitoral (a Itália)*
- *Desde o final da segunda guerra* → *(a Inglaterra) tá discutindo também a mudança do sistema eleitoral*

A locução verbal *estão querendo* permite ao locutor indicar no seu texto que o desejo dos políticos em mudar o sistema eleitoral brasileiro não faz parte do passado, mas sim do agora, do presente. Em seguida, utiliza a expressão *última vez* para indicar aos ouvintes que está fazendo referência à pesquisa mais atual realizada junto aos eleitores para saber a opinião deles sobre o financiamento público de campanha, ou seja, está se referindo à última pesquisa realizada. Logo após, utiliza a locução verbal *estão tentando* para mostrar o desejo dos políticos de desrespeitar o direito do eleitor de posicionar-se a respeito do tipo de financiamento de campanha que deve vigorar no país.

Depois, usa a expressão temporal *o ano que vem* para deixar claro quando que o mensalão será julgado pelo Tribunal Superior Federal, dado importante para que o ouvinte compreenda o porquê da “obsessão” do PT pelo financiamento público de campanha. Dando sequência, utiliza a conjunção *quando* para informar ao seu ouvinte que, no momento em que deram aos eleitores a possibilidade de opinar acerca do financiamento público de campanha eles posicionaram-se contra, deixando implícito que agora os políticos não querem dar ao eleitor o direito de opinar, mas querem decidir entre eles mesmos. Para dar continuidade, o locutor recorre à expressão *a última vez* para evidenciar que na época em que perguntaram aos eleitores, através de uma pesquisa, sobre a lista fechada 72% foram contrários a ela, ou seja, assim como em relação ao financiamento público de campanha. Mais uma vez os eleitores foram contrários ao que os políticos defendem: financiamento público de campanha e lista fechada.

Com a finalidade de mostrar mais uma vez que as informações que está apresentando no seu texto correspondem ao que está acontecendo hoje em relação à mudança no sistema eleitoral brasileiro, o locutor a partir da locução verbal *estão insistindo* introduz a ideia de que os políticos querem que a prática da lista fechada entre em vigor, mesmo que os eleitores desaprovem tal prática.

Para evidenciar a situação do sistema eleitoral brasileiro, o locutor, a partir do verbo *faliu*, deixa claro que o sistema eleitoral do Brasil não começou a apresentar problemas agora, mas que ele já está “esgotado” desde antes. Após, o locutor usa o verbo *mudou* para

indicar que o Japão e a Nova Zelândia já mudaram o seu sistema eleitoral e argumentar no sentido de que não tem nenhum problema efetuar mudanças no sistema eleitoral do país. Em seguida, utiliza o verbo *era* para mostrar que a Itália também fez mudanças no seu sistema eleitoral, passando de proporcional para misto. E, por último, o locutor utiliza a expressão *desde o final da segunda guerra* para indicar que outro país que está discutindo as mudanças no seu sistema eleitoral é a Inglaterra e que isso já vem ocorrendo há um bom tempo.

Já os articuladores utilizados no decorrer do comentário, os quais também auxiliam na construção da argumentatividade e do sentido do texto, apresentamos a seguir:

a) *E nós escolhemos a república e o presidencialismo*//

No enunciado acima, o locutor utiliza o articulador *e* para introduzir argumentos que possuem a mesma orientação argumentativa, pois conduzem ao mesmo sentido de que o sistema de governo vigente no Brasil foi escolhido pelos brasileiros e não imposto a eles, ou seja, tanto a república quanto o presidencialismo foram escolhidos pela população. Ressaltamos que, aqui, nenhum desses dois articuladores conduz um argumento com maior força argumentativa, pois ambos defendem a mesma ideia, de modo que um não prevalece sobre o outro, isto é, nenhum possui uma maior força argumentativa.

b) *E no entanto estão tentando enfiar pela goela abaixo do eleitor o financiamento público*/

Nesse enunciado o locutor utiliza o articulador *no entanto* que, além de remeter ao enunciado anterior, introduz mais um argumento no comentário para mostrar que os políticos não estão querendo dar aos eleitores brasileiros o direito de escolher qual o tipo de financiamento de campanha deve vigorar no país, querem simplesmente impor o financiamento público de campanha.

c) *Porque o mensalão vai ser julgado no Supremo Tribunal Federal o ano que vem* //

O articulador *porque*, mais do que permitir ao locutor responder ao questionamento levantado anteriormente por ele, conduz um argumento que expressa o motivo pelo qual os políticos, principalmente do PT, estão insistindo veementemente na ideia do financiamento

público de campanha, ou seja, que a insistência se dá pelo fato de que o mensalão será julgado no Supremo Tribunal Eleitoral e eles querem mostrar que foi somente um caixa dois.

d) Mas eles querem convencer que o pagamento por apoio/ o pagamento [...] de festa/ [...] de garotas de programa/[...]de verba[...]/ [...] de mesada pra deputado não existiu/ foi apenas pagamento de dívida de campanha//

Nesse enunciado, o locutor utiliza o articulador *mas* para argumentar no sentido de que os políticos do PT, apesar de terem destinado o financiamento de campanha para o pagamento de outras despesas, querem convencer de que utilizaram o dinheiro apenas para pagar dívidas da campanha e não para outras fins.

e) Tá aí essa insistência do PT em querer financiamento público/ mas o eleitor quando perguntaram a ele se ele queria financiamento público/ ele disse que não queria//

Outra vez o locutor utiliza o articulador *mas* para argumentar no sentido de que apesar do PT querer o financiamento público, os eleitores já disseram que não querem. E, isso é que tem que ser levado em consideração: o desejo dos eleitores.

f) No entanto/ estão insistindo com esta história de lista fechada/ ora/ isto é desconhecer inteiramente [...] o desejo do eleitor //

Mais uma vez o locutor recorre ao articulador *no entanto* para introduzir no seu comentário um novo argumento. Esse marcador orienta no sentido de que, apesar de 72% dos eleitores terem demonstrado em pesquisa realizada que não concordam com a lista fechada, os políticos querem implementá-la, passando por cima do desejo do eleitor.

g) A Inglaterra desde o final da segunda guerra tá discutindo também a mudança do sistema eleitoral//

Ao utilizar o articulador *também*, o locutor busca mostrar que existem mais países discutindo sobre a mudança no seu sistema eleitoral, como a Inglaterra.

h) *A vida dos países é dinâmica/ o sistema eleitoral também//*

Novamente o locutor utiliza o articulador *também* para introduzir mais um argumento no seu comentário. Assim, esse articulador possibilita ao locutor argumentar na direção de que o sistema eleitoral do país deve acompanhar o seu crescimento, o seu desenvolvimento e não permanecer estático, sem sofrer mudanças que o permitam acompanhar a dinâmica do país.

i) *É justo/ é razoável que o Brasil tenha esgotado o seu sistema eleitoral/ o que não é razoável é enfiar pela goela abaixo do eleitor um sistema eleitoral que o eleitor primeiro/ não sabe como funciona e segundo/ talvez não queira (Âncora do Jornal da CBN: Milton Jung) // Exato(!)//*

O articulador *e* permite ao locutor argumentar no sentido de que não pode ser imposto ao eleitor o sistema eleitoral do país, por dois motivos: não saber como funciona e, mais do que isso, não querer esse sistema.

j) *Todo mundo mostra a sua cara e diz o quê que é/ explica pro eleitor todos os dados disponíveis para fazer uma escolha//*

Já finalizando a sua fala, o locutor utiliza o articulador *e* para enfatizar a importância do plebiscito, uma vez que possibilita ao eleitor abstrair as informações necessárias para fazer uma escolha consciente do sistema eleitoral que deseja que vigore no seu país.

Quanto ao posicionamento assumido e autorizado pelo locutor no decorrer do seu comentário, ele pode ser evidenciado a partir do enunciado abaixo:

Enunciado 1: Então/ na hora que os políticos estão querendo mudar o sistema eleitoral/ é fundamental que se pergunte ao eleitor qual é o sistema sob o qual ele quer eleger o seu representante isso/isso é democracia//

Verificamos, então, que o locutor, assimilado por Lúcia Hipólito, assume o posicionamento expresso no encadeamento (4), de aspecto transgressivo, uma vez que argumenta no sentido de que os políticos querem mudar o sistema eleitoral brasileiro sem perguntar a opinião do eleitor, ou seja, descer “goela abaixo” do eleitor um sistema que ele não participou da escolha.

Nesse sentido, o locutor posiciona-se de forma contrária ao ponto de vista apresentado pelos políticos (E1) que defendem a ideia de que devem alterar o sistema eleitoral brasileiro sem consultar os eleitores. E, apoia-se nos seguintes enunciadores para defender seu ponto de vista:

- E2- o posicionamento de que os políticos querem mudar o sistema eleitoral brasileiro.
- E3- o posicionamento de que o eleitor precisa participar da escolha do sistema eleitoral brasileiro.
- E4- o posicionamento de que o sistema eleitoral do Brasil precisa sofrer mudanças.
- E5- o posicionamento de que estão querendo impor ao eleitor o sistema eleitoral que ele irá eleger seus representantes.
- E6- o posicionamento de que tem países que já mudaram seu sistema eleitoral e países que estão caminhando para isso.

Da mesma forma que ocorre nos dois outros textos aqui analisados, os enunciadores que perpassam esse comentário também são bastante importantes para a constituição do sentido do texto, expresso no bloco semântico “ouvir o eleitor- realizar mudanças no sistema eleitoral”. Quanto ao sentido estabelecido no interior desse bloco semântico, este pode ser reafirmado a partir da argumentação interna da palavra *perguntar* que pode ser representada a partir do aspecto:

- AI (consultar): consultar LG poder escolher

E da argumentação interna do enunciado “*É justo/ é razoável que o Brasil tenha esgotado o seu sistema eleitoral/ o que não é razoável é enfiar pela goela abaixo do eleitor um sistema eleitoral que o eleitor primeiro/ não sabe como funciona e segundo/ talvez não queira*” que pode ser expressa a partir do aspecto:

- AI (enunciado): NEG- escutar LG impor

Diante disso, verificamos que o sentido geral construído por Lúcia Hipólito no seu comentário gira em torno do bloco semântico levantado no início da análise desse texto e permite a ela evidenciar a necessidade de mudança no sistema eleitoral brasileiro que já está falido e ressaltar a importância da participação dos eleitores nessa escolha, mesmo tendo políticos que discorde deste direito do eleitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui, apresentamos as conclusões às quais chegamos a partir do desenvolvimento deste trabalho que se embasou nos fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua para mostrar como o sentido dos textos orais radiofônicos classificados como comentário pode ser resgatado. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivos norteadores:

- a) levantar fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua capazes de favorecer o resgate do sentido de textos orais- radiofônicos classificados como comentário;
- b) analisar os comentários radiofônicos a partir de preceitos teóricos da Teoria da Argumentação na Língua;
- c) evidenciar a força argumentativa e o sentido presentes nos comentários radiofônicos analisados.

Quanto ao primeiro objetivo, foi possível através dos fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua por nós levantados elencar procedimentos de análise que colaboraram para o resgate do sentido dos comentários analisados. Sendo eles: construção de bloco semântico; encadeamentos e aspectos argumentativos; conectores, articuladores e organizadores textuais e análise polifônica de enunciados a partir de preceitos da Teoria dos Blocos Semânticos.

Em relação ao segundo objetivo, as análises mostraram como poderiam ser aplicados os fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua por nós selecionados de modo que colaborassem para a análise dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Assim, foi possível, por exemplo, evidenciar a ideia central de cada um dos textos analisados através da construção de um bloco semântico que abarcasse a ideia em torno da qual girava todo o texto e evidenciar o ponto de vista assumido pelo locutor de cada um dos comentários a partir da construção dos encadeamentos argumentativos e do levantamento dos enunciadores que perpassavam os três textos.

Tendo em vista o terceiro objetivo, a análise nos mostrou como certos fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua foram capazes de evidenciar a força argumentativa dentro dos textos analisados e resgatar o sentido construído pelo locutor no decorrer do comentário. Desse modo, foi possível percebermos quais os argumentos presentes dentro do comentário que possuíam uma maior força argumentativa, o que se tornou possível

a partir dos articuladores textuais utilizados pelo locutor, como o articulador *mas* presente no **TEXTO I** que introduziu o argumento mais forte do enunciado “*Mas não podemos esquecer que Pedro Novaes é da cota de amigos do comandante do atraso do PMDB/ ou seja/ há ministros que caem/ e outros que balançam// balançam// mas ficam de pé por ser um membro da larga estirpe dos senhores feudais do nordeste(!)*” e permitiu ao locutor argumentar na seguinte direção: políticos como Pedro Novaes podem até ser investigados, no entanto permanecerão inabaláveis no cargo, pois fazem parte do grupo dos senhores feudais do nordeste que não os deixa “cair”. E, assim, nos possibilitou reconstruir o sentido pretendido pelo locutor de que no Brasil determinados políticos praticam a corrupção, podem até ser acusados, investigados, mas não pagam por isso, ou seja, “ficam de pé”.

Ressaltamos que durante as análises tivemos certa dificuldade em relação ao **TEXTO III** por não trazer explicitamente elementos responsáveis pela organização temporal, como aconteceu nos outros dois textos em que o locutor utilizou marcadores como *agora, hoje, nunca*, etc., o que dificultou inicialmente a reconstrução da organização temporal do texto e, conseqüentemente, a reconstrução do sentido. Mas, isso não prejudicou a nossa análise, uma vez que recorreremos a determinados verbos utilizados pelo locutor que eram responsáveis pela organização temporal do comentário. Isso só comprova que o leitor/ ouvinte não deve ser ingênuo, desatento, mas um leitor/ ouvinte pesquisador, que percorre todo o texto em busca de pistas que favorecerão a ele resgatar o sentido construído pelo locutor. Além disso, quando se trata de textos veiculados pelo rádio, é necessário que o leitor/ ouvinte tenha muita atenção, pois é um texto bastante peculiar, se comparado a textos veiculados por outras mídias, como o jornal impresso, devido ao seu estilo oral-auditivo, ou seja, por ser escrito para ser falado, e pelo fato do leitor/ouvinte ter apenas uma chance para lê- lo/ escutá-lo. Diferentemente do texto impresso, por exemplo, que está diante do leitor que pode relê-lo sempre que necessário para a sua compreensão.

Desse modo, podemos afirmar que alcançamos os objetivos propostos neste trabalho, apesar das dificuldades encontradas durante a análise dos organizadores temporais presentes no **TEXTO III**, conforme já relatado. Ainda, foi possível confirmarmos as hipóteses que nortearam a nossa investigação as quais evidenciamos na introdução desta pesquisa. Além disso, acreditamos que, a partir desta dissertação, poderão ser desenvolvidos novos estudos sobre as contribuições da Teoria da Argumentação na Língua para a reconstrução do sentido de comentários construídos por outros autores e veiculados por outras rádios brasileiras, não somente pela CBN. Também, poderá servir de ponto de partida para pesquisas que contemplem outros gêneros veiculados pelo rádio, não apenas o gênero

comentário, e que levem em conta outros aspectos da Teoria que talvez sejam capazes de favorecer esse resgate de sentido, como os que elegemos neste trabalho. E, principalmente, poderá servir de base para o desenvolvimento de trabalhos que mostrem como essa teoria poderá ser aplicada na escola para favorecer tanto a leitura de textos orais, quanto vislumbrar a sua construção pelos alunos. Pois, como já ficou claro em nossas análises, a Teoria da Argumentação na Língua possui preceitos capazes de colaborar com uma leitura mais complexa e, conseqüentemente, com a reconstrução do sentido constituído no decorrer do texto. Sendo assim, por que não levá-la para a escola?

Em relação à Teoria da Argumentação na Língua – que serviu de base para este trabalho – ela nos possibilitou perceber que na língua existem palavras, ou marcas linguísticas, capazes de favorecer a construção da argumentatividade dentro de um texto, pois, como afirma Ducrot, a argumentação está inscrita dentro da própria língua. Um exemplo são os modalizadores que permitem ao locutor expressar uma avaliação acerca de determinado assunto, conforme aparece em nossas análises, “já que têm a função de determinar o modo como aquilo que se diz é dito” (KOCH, 2007, p. 29). Nesse sentido, a língua oferece ao falante elementos que o possibilitam “agir sobre o outro”.

Na verdade, o uso da linguagem pelo homem em situações de comunicação é sempre argumentativo, assim, todas as vezes que utilizamos a linguagem para nos comunicar estamos argumentando. Como lembra Koch,

Quando interagimos através da linguagem (quando nos propomos a jogar o “jogo”), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos *atuar* sobre o (s) outro (s) de determinada maneira, obter dele (s) reações (verbais ou não-verbais). É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa. (KOCH, 2007, p. 29)

Essa teoria ainda nos levou a compreender que a descrição do sentido de um texto deve ter como base estruturas da língua, ou seja, as palavras. Pois elas nos permitem conduzir todo o nosso texto para a direção desejada e, conseqüentemente, orientar o nosso interlocutor para a conclusão que pretendemos que ele chegue.

Enfim, a influência que exercemos sobre o outro durante o processo de comunicação, seja através de textos orais ou escritos, e a sua eficácia depende muito das estruturas linguísticas que escolhemos, uma vez que tais escolhas são capazes de determinar a força argumentativa dos nossos textos e conduzir o seu sentido. Ressaltamos que nesta

pesquisa não apresentamos uma forma única de leitura de textos orais radiofônicos, mas mais uma forma de se buscar ler e compreender textos tão ricos, como os por nós analisados. Além disso, apoiando-nos em Cabral (2010), queremos lembrar que um texto, a cada nova leitura, nos mostra novos sentidos. Desse modo, não podemos afirmar que contemplamos todos os sentidos expressos pelos locutores dos textos, mas evidenciamos aqueles que a Teoria nos possibilitou neste momento.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2006.

ARISTÓTELES. *A arte retórica e arte poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

_____. *Retórica das paixões*. Prefácio: Michel Meyer. Introdução, notas e tradução do grego: Isis Borges B. Da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ANSCOMBRE, J.; DUCROT, O. Argumentatividade e informatividade. In: ANSCOMBRE, J.; DUCROT, O. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Gredos, 1994.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros discursivos. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 2000.

BALTAR, M. *Rádio escolar: letramentos e gêneros textuais*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

BARBISAN, L. B. Por uma abordagem argumentativa da linguagem. In: GIERING, M. E.; TEXEIRA, M. *Investigando a linguagem em uso: estudos em lingüística aplicada*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

_____. Uma proposta para o ensino da argumentação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-138, junho, 2007.

BARBOSA FILHO, A. *Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio*. São Paulo: Paulinas, 2009.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BLOIS, Marlene M. Radio Educativo: uma escola de vida e de cidadania. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Ângelo Pedro; BENETON, Rosana (Orgs.). *Rádio: sintonia do futuro*. São Paulo: Paulinas, 2004.

BRETON, P. *A manipulação da palavra*. Tradução de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *A argumentação na argumentação*. Tradução Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2003.

CABELLO, A. R. G. Construção do texto radiofônico: o estilo oral-auditivo. *Alfa*, São Paulo, v. 39, p. 145-152, 1995.

_____. Organização do texto radiofônico: coesão e coerência. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 145-154, 1994.

_____. A expressão verbal na linguagem radiofônica. In: DEL BIANCO, N.; MOREIRA, S. V. (Orgs.). *Rádio no Brasil: tendências e perspectivas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 15-39.

CABRAL, A. L. T. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

CALABRE, L. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAMPOS, C. M. O percurso de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. *Revista da ABRALIN*, v. 6, n. 2, p. 139-169, jul. dez. 2007.

CAREL, M. Argumentation interne et argumentation externe au lexique: dès propriétés différentes. *Langages*, 142. Paris: Larousse, 2001.

_____. Argumentação interna aos enunciados. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, n. 3, p. 27-43, set. 2002.

_____; DUCROT, O. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CARNEIRO, W. J. de M. Argumentação lingüística e o sentido no texto. *Pesquisa em Foco*, v. 16, n.1, p. 30-51, 2008.

CARVALHO, C. de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTILHO, A. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.

CBN. Disponível em: <http://www.cbn.globoradio.globo.com>. Acesso em: setembro de 2011.

COELHO, M. F. S. Comentário. In: Colaboradores. *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo: FTD, 1992.

CONSANI, Marciel. *Como usar o Rádio na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2007.

COSTA, M. A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DAROS, S. C. P. *Oralidade: uma perspectiva de ensino*. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

DELANOY, C. P. O papel do leitor pela teoria da argumentação na língua. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 27-32, jan. / mar. 2008.

DUARTE, E. B.; CASTRO, M. L. D. de (Orgs.). *Comunicação audiovisual: gêneros e formatos*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Polifonía y argumentación: conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. Os topoi na teoria da argumentação na língua. *Revista Brasileira de Letras*, São Carlos, UFSCar, v. 1, n. 1, p. 1-11, 1999.

_____. Os internalizadores. *Letras de Hoje (A Teoria da Argumentação na Língua: estudos e aplicações)*. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002.

_____. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-21, mar. 2005.

DUCROT, O.; CAREL, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

FAUS BELAU, Angel. *La Rádio: introducción a un medio desconocido*. Madrid, Guadiana, 1973.

FÁVERO, L.; ANDRADE, M.; AQUINO, Z. *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2003.

GOLDSTEIN, Norma et. al. *O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade*. São Paulo: Ática, 2009.

GOMEZ, A. M. *O rádio e a publicidade: modelos de negócio do rádio no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade São Marcos, São Paulo.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

HAUSSEN, D. F. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

JABOR. Disponível em: <http://www.arnaldojabor.blogspot.com.br>. Acesso em: outubro de 2011.

KAPLUN, M. *Producción de programas de radio: el guión – la realización*. Quito: Ciespal, 1978.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2000, 2009.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2010.

KUENZER, A. (Org.). *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, A. R. Colaboração e crítica: possíveis ações do lingüista na atividade educacional. *Veredas on line – ensino*. Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 22-40, 2/2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINEZ COSTA M. P & HERRERA S. *Que son los géneros radiofónicos y por que deberian importarnos*. 2005. Disponível em: <http://gmje.mty.estem.mx>. Acesso em: outubro de 2011.

MCLEISH, R. *Produção de rádio: um guia abrangente da produção radiofônica*. São Paulo: Summus, 2001.

MELO, J. M. de. *Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo*. São Paulo: FTD, 1987.

_____. *Jornalismo opinativo – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Mantiqueira, 2003. [Editado inicialmente como: *Opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.]

MENEZES, W. A. Faces e usos da argumentação. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: FALE /UFMG, 2001.

MERAYO PÉREZ, A. *Para entender la radio: estructura del proceso informativo radiofónico*. Salamanca: UPSA, 1992.

MEYER, M. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Lisboa: Nova Biblioteca 70, 1994.

_____. Prefácio: Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Prefácio: Michel Meyer. Introdução, notas e tradução do grego: Isis Borges B. Da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. XVII-LI.

MÍDIA-DADOS. Disponível em: <http://www.gm.org.br/page/midia-dados>. Acesso em: julho de 2011.

MONTEIRO, D. A. S. *O gênero comentário: análise sócio-retórica de exemplares publicados nos jornais Diário Catarinense e Folha de S. Paulo*. Dissertação (Mestrado). 2008. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão.

OTRIWANO, G. S. *A informação no rádio: os grupos no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus: 1985.

_____. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. *REVISTA USP*. São Paulo. n.56, p. 66-85, dezembro/fevereiro 2002-2003.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINHO, J. B. *Propaganda institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas*. São Paulo: Summus, 1990.

PIOVESAN, Â. P. Rádio e Educação: uma integração prazerosa. In: BARBOSA FILHO, A.; PIOVESAN, Â. P.; BENETON, R. (Orgs.). *Rádio: sintonia do futuro*. São Paulo: Paulinas, 2004.

PLANTIN, C. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola, 2008.

PORTAL DAS COMUNICAÇÕES. Prorrogado prazo para testes de rádio digital. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/noticias-do-site/24055-080212-prorrogado-prazo-para-testes-de-radio-digital>. Acesso em: março de 2012.

PRADO, E. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1985.

- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- REIS, C. *Taxonomia dos gêneros jornalísticos no rádio: proposta de uma nova tipologia*. *Comunicação & Sociedade*, a. 32, n. 54, p. 51-70, jul./dez. 2010.
- RIBEIRO, R. M. *A construção da argumentação oral no contexto de ensino*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SALINAS, Fernando de Jesus Giraldo. *O som na telenovela: articulações som e receptor*. Tese (Doutorado). 1940. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SÁNCHEZ, J. F.; LÓPEZ PAN, F. Tipologías de géneros periodísticos en España. Hacia un nuevo paradigma. *Comunicación y estudios universitarios*, n. 8, p. 15-35, 1998.
- SANDENBERG. Disponível em: <http://www.sardenberg.com.br/site/index.php>. Acesso em: outubro de 2011.
- SANTOS, N. L. dos. A construção do sentido numa propaganda. *Letrônica*, Porto Alegre v.1, n.1, p. 52-66, dez. 2008.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix /USP, 1968.
- SILVA, C. M. R. da. *O modelo didático do gênero comentário jornalístico radiofônico: uma necessária etapa para a intervenção didática*. Dissertação (Mestrado). 2009. PUC-SP, São Paulo.
- SILVA, J. L. de O. A. da. *Rádio: oralidade mediatizada: o spot e os elementos da linguagem radiofônica*. São Paulo: Annablume, 1999.
- SMITH, F. *Leitura significativa*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- SOUZA, E. W de. Retórica, argumentação e discurso. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: FALE /UFMG, 2001.
- STIRN, F. *Compreender Aristóteles*. Trad. Ephraim f. Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.
- SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TOULMIN, S. E. *The uses of argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

TRINGALI, D. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

ANEXOS